



Relatório e Contas

1.º Semestre 2002

BPI - SGPS, S.A.

Sociedade com o capital aberto ao investimento do público

Pessoa Colectiva n.º 501 214 534

Matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Porto, sob o n.º 35 619

Sede: Rua Tenente Valadim, n.º 284, 4100-476 PORTO

Capital Social: 760 000 000 euros

Índice

RELATÓRIO

Principais indicadores	2
Introdução	3
Órgãos sociais do BPI SGPS	4
Enquadramento da actividade	5
Actividade de Banca Comercial	8
Actividade de Banca de Investimento	14
Análise financeira	21
Análise de riscos	34
Acções BPI SGPS	38

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

Demonstrações financeiras consolidadas	41
Notas às demonstrações financeiras consolidadas	49
Relatório de auditoria sobre a informação consolidada semestral elaborado por auditor registado na CMVM	98
Relatório dos auditores	100

ANEXOS

Informação sobre participações no capital	101
---	-----

Principais indicadores

(Montantes consolidados em milhões de euros, excepto quando indicado de outra forma)

	30 Junho 2001	30 Junho 2002	Δ%
Activo total	24 036.2	24 653.7	2.6%
Activo total mais desintermediação	28 376.3	28 703.5	1.2%
Situação líquida	846.8	1 116.1	31.8%
Crédito sobre Clientes (bruto) e garantias	18 012.9	19 509.6	8.3%
Depósitos de Clientes	10 798.9	11 537.2	6.8%
Recursos totais de Clientes	16 768.2	17 166.7	2.4%
Activos financeiros de terceiros sob gestão	7 326.1	7 377.0	0.7%
Cash flow corrente	160.6	155.3	(3.3%)
Resultado corrente	110.6	83.7	(24.3%)
Lucro líquido	71.8	70.8	(1.5%)
Cash flow após impostos	121.8	142.5	16.9%
Rendibilidade do activo total (ROA)	0.6%	0.6%	
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	15.6%	14.9%	
Cost-to-income ¹	58.3%	58.9%	
Ratio de eficiência ²	67.4%	66.9%	
Ratio de requisitos de fundos próprios ³	8.9%	10.4%	
Tier I ³	6.1%	7.2%	
Crédito vencido há mais de 30 dias em % do crédito a Clientes	1.0%	1.3%	
Cobertura do crédito vencido por provisões	175.9%	153.6%	
Valores por acção ajustados (euro) ⁴			
Cash flow após impostos	0.18	0.20	14.0%
Lucro líquido	0.11	0.10	(3.9%)
Valor contabilístico	1.25	1.47	17.8%
N.º médio ponderado de acções (em milhões) ⁴	679.0	696.5	2.6%
Cotação de fecho (euro) ⁴	2.61	2.46	(5.6%)
Capitalização bolsista no final do semestre	1 769.0	1 869.6	5.7%
Balcões de retalho ⁵ (número)	602	568	(5.6%)
Centros de empresas ⁶ (número)	63	62	(1.6%)
Colaboradores do Grupo BPI ⁷ (número)	8 227	7 787	(5.3%)

1) Custos de funcionamento em percentagem do produto bancário.

2) Custos de estrutura em percentagem do produto bancário, excluindo lucros em operações financeiras.

3) Calculado de acordo com as regras do Banco de Portugal sobre requisitos mínimos de fundos próprios (Aviso n.º 7 / 96).

4) Ajustados pelo aumento de capital ocorrido em 2002.

5) Inclui rede tradicional (490 balcões), rede de *in-store* banking (13 balcões), lojas à habitação (17 lojas), lojas Makro (8) e lojas automáticas (40).

6) Rede vocacionada para servir empresas de média (45 centros) e grande dimensão (13 centros da Banca de Empresas e 4 de *Wholesale Banking*).

7) Inclui Colaboradores de empresas consolidadas por *equity method* e delidas a 100% pelo Grupo BPI.

Quadro 1

Introdução

Os resultados obtidos pelo Grupo BPI, no primeiro semestre de 2002, ascenderam a 70.8 milhões de euros, o que corresponde a um decréscimo de 1.5% face ao semestre homólogo de 2001. A rentabilidade dos capitais próprios nos primeiros seis meses de 2002 situou-se em 14.9%. O resultado líquido obtido no semestre reflecte essencialmente o contributo de 54.5 milhões de euros do negócio de Banca Comercial, ou seja, 77% do lucro consolidado. O ROE da Banca Comercial foi de 12.2%.

A Banca Comercial, apesar da envolvente económica menos favorável, continua evidenciar níveis de actividade relevantes. O crédito a habitação, principal aposta comercial, cresceu 27% em termos homólogos, crescimento claramente superior ao do mercado. Por sua vez, o crédito a grandes empresas (sob responsabilidade da Banca Grossista e da Banca de Empresas) reduziu-se em 3% e constituiu o principal factor para a desaceleração do crescimento da carteira de crédito.

O crédito vencido há mais de 30 dias era, no final de Junho, de 1.3% (1.0% em Junho de 2001) e encontrava-se provisionado em 154% (176% em Junho de 2001).

A actividade de Banca Comercial continuou, no primeiro semestre de 2002, a evidenciar um crescimento dos proveitos recorrentes – margem financeira e comissões – e uma redução dos custos. Contudo, o aumento das dotações para provisões determinou que o contributo para o lucro do Grupo se reduzisse 16.5% face ao do primeiro semestre de 2001.

Por outro lado, a actividade de Banca de Investimento continua a ser condicionada pelo enquadramento persistentemente desfavorável dos mercados de acções. O contributo da Banca de Investimento para o resultado do Grupo ascendeu a 6.6 milhões de euros, no primeiro semestre de 2002.

Em Julho de 2002, o Conselho de Administração do BPI SGPS aprovou um projecto de reestruturação do Grupo BPI, a realizar até ao final de 2002¹, com os objectivos de simplificar a organização do Grupo e de obtenção de poupanças adicionais de custos. O projecto prevê que o BPI SGPS altere o seu objecto social para o de um Banco e simultaneamente incorpore, por fusão, entre outras entidades do Grupo, o Banco BPI, a BPI Leasing e a BPI Factoring. O BPI SGPS adoptará, então, a denominação Banco BPI.

Deste modo, no topo do Grupo passará a estar o Banco BPI, cuja actividade de banco comercial será alargada a um conjunto de serviços e actividades actualmente desenvolvidas por subsidiárias e que em simultâneo desenvolverá as funções de *holding* e comando estratégico do Grupo.

1) A concretização do processo de reorganização fica sujeita às aprovações dos requerimentos ao Banco de Portugal, Ministério das Finanças e Ministério da Justiça.

Órgãos sociais do BPI SGPS

BPI – SGPS, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

<i>Presidente</i>	Rui Manuel Chancerelle de Machete	
<i>Vice-Presidente</i>	Vasco Manuel Airão Marques	
<i>Secretários</i>	Galucho – Indústrias Metalomecânicas, S.A.	Vitalina Justino Antunes
	Produtos Sarcot, Lda.	Estela M. Barbot
<i>Secretário da Sociedade</i>	Rui de Faria Lélis	

Conselho de Administração

<i>Presidente</i>	Artur Santos Silva	
<i>Vice-Presidentes</i>	Carlos da Câmara Pestana	
	Fernando Ulrich	
	Ruy Octávio Matos de Carvalho	
<i>Vogais</i>	Alfredo Resende de Almeida	
	António Cândido Seruca Salgado	
	António Domingues	
	Armando Leite de Pinho	
	Corporació de Participacions Estrangeres, S.L.	Fernando Ramirez
	Isidro Fainé Casas	
	João Sanguinetti Talone	
	José Pena do Amaral	
	Klaus Dührkop	
	Manuel de Oliveira Violas	
	Manuel Ferreira da Silva	
	Maria Celeste Hagatong	
	Riunione Adriática di Sicurtà	Diethart Breipohl
	Roberto Egydio Setúbal	
	Tomaz Jervell	

Comissão Executiva do Conselho de Administração

<i>Presidente</i>	Artur Santos Silva
<i>Vice-Presidente</i>	Fernando Ulrich
<i>Vogais</i>	António Cândido Seruca Salgado
	António Domingues
	José Pena do Amaral
	Manuel Ferreira da Silva
	Maria Celeste Hagatong

Conselho Fiscal

<i>Presidente</i>	Jorge de Figueiredo Dias	
<i>Vogais</i>	José Ferreira Amorim	
	Magalhães, Neves e Associados, SROC	Augusta Francisco
	António Dias e Associados, SROC (suplente)	António Dias

Comissão de Remunerações

<i>Presidente</i>	Itaúsa Portugal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
<i>Vogais</i>	Cotesi – Companhia de Têxteis Sintéticos, S.A.
	Arsopi – Indústrias Metalúrgicas Arlindo Soares de Pinho, S.A.

Comité de Controlo Interno

<i>Presidente</i>	Ruy de Carvalho	
<i>Vogais</i>	Carlos da Câmara Pestana	
	Alfredo Resende de Almeida	
	Corporació de Participacions Estrangeres, S.L.	Fernando Ramirez

Enquadramento da actividade

ECONOMIA, SISTEMA FINANCEIRO E MERCADOS

Economia internacional

Depois da forte desaceleração da economia mundial no ano anterior, 2002 pareceu iniciar-se numa nota mais positiva, em particular nos EUA, onde o crescimento do PIB no primeiro trimestre excedeu mesmo as expectativas mais optimistas. Todavia, estas não se confirmaram, nos meses seguintes, tendo o crescimento do PIB trimestral (em taxa anualizada) descido de 5% entre Janeiro e Março para 1.1% no segundo trimestre¹.

A influenciar as perspectivas da economia americana têm estado os resultados menos favoráveis das empresas e os problemas de transparência e controlo de gestão que começaram a manifestar-se a partir da crise da Enron. O seu efeito sobre os mercados financeiros foi muito forte, interrompendo a retoma de confiança dos consumidores que veio, assim, juntar-se ao sobreinvestimento do final da década de 90 para tornar mais difícil a viragem do ciclo económico.

Um factor adicional de abrandamento é o que resulta da pouca margem de manobra que resta à política monetária e orçamental, dado o já muito baixo nível das taxas de juro, as dúvidas quanto à eficácia de as reduzir ainda mais e a grande deterioração a que já se assitiu no saldo orçamental, onde actualmente se espera um défice de 157 mil milhões de USD contra um excedente de 313 mil milhões previstos há um ano atrás.

A UE continuou a ressentir-se fortemente da recessão nos EUA, tendo-se mantido o crescimento do PIB em níveis muito modestos desde o início de 2001. Neste caso, os problemas estruturais não resolvidos e a rigidez dos mecanismos de política económica postos em prática com a moeda única têm condicionado a retoma da procura interna, que seria indispensável ao relançamento da actividade num período de quebra da economia internacional.

Em resumo, pode dizer-se que, após a euforia dos anos 90, na sequência do controlo da inflação e da abertura dos mercados, especialmente os financeiros, os grandes parceiros da economia mundial voltam a defrontar-se com problemas de fundo que, até serem resolvidos, tenderão a manter o crescimento económico em níveis modestos. Esses problemas repercutem-se nos mercados emergentes, por vezes ampliados pela gestão da política económica interna, como foi, em parte, o caso da Argentina. A volatilidade dos movimentos de capitais e a estagnação dos mercados de importação tornam, no entanto, muito difícil o ajustamento nestes países, como o exemplo do Brasil está a ilustrar.

Economia e sistema financeiro portugueses

A economia portuguesa continuou a ressentir-se da perda de competitividade acumulada nos anos anteriores e da fraca conjuntura internacional, acentuada entre nós pelo carácter pro-cíclico assumido pela política orçamental, obrigada a tomar medidas restritivas numa fase de abrandamento.

Assistiu-se, assim, à continuada degradação das expectativas dos consumidores, a que veio juntar-se a das empresas de construção, do comércio a retalho e da indústria. A despeito do fraco crescimento, que as estimativas mais recentes situam abaixo de 1% no ano corrente, a inflação manteve-se elevada relativamente ao padrão europeu. Em Junho atingia os 3.5% contra 1.8% na média da Zona Euro. A taxa de desemprego tem igualmente vindo a aumentar, embora continue a situar-se entre as mais baixas da Europa. No segundo trimestre de 2002 manteve-se em 4.5%, 0.6 p.p. acima do nível registado um ano antes.

O principal dilema da política económica em Portugal resulta agora do que pode designar-se pelo círculo vicioso da política orçamental, com a estagnação da economia a fazer abrandar o crescimento das receitas públicas e com os objectivos fixados pelo Pacto de Estabilidade a obrigar a tomar medidas de natureza restritiva que acentuam ainda mais o abrandamento conjuntural.

Não admira, por isso, que a procura de crédito bancário tenha mantido, ao longo do semestre, a acentuada desaceleração que já se fizera sentir em 2001, agora mais visível no crédito a sociedades não financeiras. Registou-se igualmente uma aceleração do crescimento dos incumprimentos no crédito a particulares, cujo ratio para o *stock* total de financiamento a esse tipo de Clientes se mantém, contudo, num nível baixo (2.1%), embora já próximo do registado, em média, para as empresas (2.2%).

1) A taxa de variação trimestral anualizada (calculada sobre dados corrigidos da sazonalidade) é a que melhor reflecte a evolução no período mais recente e, por isso, aponta para as perspectivas de curto prazo. Relativamente à taxa de variação homóloga, tem a desvantagem de uma muito maior volatilidade, mas tem a seu favor o facto de não ser influenciada pelo comportamento observado no trimestre-base do ano anterior.

No que respeita aos depósitos, foi particularmente de assinalar o decréscimo dos depósitos a prazo ao longo de todo o semestre que, embora parcialmente compensado pela subida dos depósitos à ordem, manteve reduzida a taxa de expansão dos depósitos totais nos bancos. Tal evolução deve denotar a tendência de estagnação do rendimento das famílias e a absorção da maior parte da sua poupança pelo serviço da dívida já contraída.

Mercado cambial

Nos primeiros seis meses do ano, a moeda europeia apreciou-se cerca de 10% face ao dólar americano, aproximando-se da paridade (0.9975) em final de Junho. A tendência ascendente do euro justificou-se, entre outros factores, pelo receio de deterioração do desequilíbrio da Balança Corrente americana. Anteriormente, o défice externo era facilmente financiado pela forte entrada de capitais; no entanto, a acentuada queda das bolsas implicou uma redução drástica dos movimentos de capitais para os EUA. Estando em causa a pujança da retoma americana e sendo limitadas as opções de política económica, as autoridades insinuaram o enfraquecimento da anterior política da "moeda forte", pois a depreciação do dólar constituiu um elemento adicional de promoção de crescimento.

Apesar do iene se ter apreciado cerca de 10% face ao dólar entre Janeiro e Junho, manteve-se relativamente estável face ao euro, transaccionando-se dentro de um intervalo entre 112 e 120. A incerteza sobre a evolução futura da economia nipónica e o abrandamento do ímpeto reformador não terão condicionado o comportamento da moeda japonesa nos primeiros meses do ano.

Mercado monetário

Até Março, a perspectiva de consolidação da retoma económica nos EUA induziu a formação de expectativas de regresso rápido da Reserva Federal a uma política monetária restritiva. Todavia, na segunda metade do semestre, disseminou-se a crença num crescimento mais modesto em 2002, devido, em parte, ao impacto negativo na confiança dos consumidores das importantes perdas registadas no mercado accionista. Progressivamente, as taxas de juro de curto prazo foram deslizando, acomodando expectativas de manutenção das taxas directoras durante mais tempo que o previsto inicialmente.

Na Europa, a recuperação económica tende a seguir com desfazamento a evolução da economia norte-americana. Como os riscos iniciais de maior restritividade da política monetária eram menores que nos EUA, as taxas de juro de curto prazo mantiveram-se relativamente estáveis. Apenas a rigidez da inflação à queda, aquando da melhoria das perspectivas de crescimento, possibilitou uma elevação pontual das taxas no mercado monetário. Já, no final do trimestre, instalou-se uma tendência descendente motivada por receios de necessidade de redução da taxa de refinanciamento pelo BCE de modo a evitar novo abrandamento da economia da UEM.

Mercado de obrigações

No primeiro trimestre do ano, as taxas de juro de longo prazo nos EUA e Europa evidenciaram uma subida determinada pela expectativa de recuperação económica. Durante este período, as *yields* nos 10 anos nos EUA subiram de cerca de 5% para 5.50%, enquanto, na Europa, a elevação foi de 4.75% para 5.30%. Todavia, a queda das bolsas e a deterioração das perspectivas macro-económicas globais implicaram um forte aumento da aversão ao risco, que se materializou na busca de instrumentos financeiros menos arriscados, designadamente títulos de dívida pública. Este novo movimento induziu uma redução acentuada das taxas de juro de longo prazo e um considerável aumento da inclinação das curvas de rendimentos no segundo trimestre. No final de Junho, as *yields* americanas e alemãs nos 10 anos haviam regressado a 4.75% e 5%, respectivamente.

O agravamento do risco de novo abrandamento da actividade económica mundial e os problemas de credibilidade enfrentados pelas empresas americanas geraram um movimento de fuga para a qualidade que se manifestou num forte aumento dos spreads de crédito. Contudo, ao nível de dívida pública na UEM, os diferenciais de taxas face ao referencial alemão mantiveram-se relativamente estáveis. Apenas a ocorrência de melhoria de *rating* de alguns países da União, designadamente a Espanha, implicou um ligeiro estreitamento dos spreads da sua dívida.

Mercado de acções

A expectativa positiva relativamente a uma recuperação económica mundial durante 2002 sustentou os mercados mundiais no primeiro trimestre do ano. Contudo a ausência de dados económicos positivos bem como vários escândalos empresariais, principalmente nos EUA, abalaram a confiança dos investidores. Desta forma, observou-se a continuação do comportamento negativo que tem caracterizado a evolução, desde meados do segundo trimestre de 2000, dos mercados accionistas a nível mundial. Nos primeiros 6 meses de 2002, o EuroStoxx50 caiu 17.7% enquanto que o índice S&P500 registou uma queda de 13.8%.

O arrastamento da crise argentina e a aproximação das eleições presidenciais no Brasil tiveram, também, um impacto negativo para os mercados accionistas ibéricos. Em termos mais específicos do mercado accionista Português, o corte nas expectativas de crescimento da economia portuguesa e o impacto das medidas de redução do défice também contribuíram para uma redução das expectativas de resultados das empresas portuguesas.

Desta forma, o índice PSI20 caiu pelo quinto semestre consecutivo. Nos primeiros 6 meses este índice desvalorizou-se em 13.1%, arrastado pela três principais capitalizações (BCP, Portugal Telecom e EDP) que registaram quedas de cerca de 20%.

A acompanhar a queda das cotações, o mercado Português sofreu uma vez mais uma redução acentuada da liquidez pelo segundo ano consecutivo, expressa na redução homóloga de 22% no volume negociado, atingindo-se uma média diária de 106 milhões de euros. O fenómeno de mercado periférico voltou a ser, à semelhança de períodos anteriores, responsável por esta queda de liquidez.

O mercado primário também esteve praticamente inactivo no período, com apenas três empresas portuguesas a efectuarem aumentos de capital reservados a accionistas (um dos quais terminado em Julho de 2002), não se tendo verificado nenhuma operação de captação de fundos via novas colocações de acções (mercado Primário ou ofertas Secundárias). Registe-se que este panorama esteve em sintonia com o que se verificou nos mercados internacionais.

Actividade de Banca Comercial

BANCA DE PARTICULARES

SÍNTESE

A carteira de crédito a Clientes da Banca de Particulares – particulares, pequenos negócios e empresas com volume de negócios até 2.5 milhões de euros – cresceu 21%, face a Junho de 2001, e os recursos captados de Clientes aumentaram 6%.

Recursos de Clientes e crédito na Banca de Particulares

	30 Jun. 2001	31 Dez. 2001	30 Jun. 2002	Jun. 01 / Jun. 02	Dez. 01 / Jun. 02 ¹
	M. euros	M. euros	M. euros	Δ%	Δ%
Recursos totais de Clientes (não inclui títulos)	12 830.9	13 486.9	13 572.5	5.8%	1.3%
Crédito a Clientes ²	6 794.9	7 557.5	8 191.6	20.6%	16.8%

1) Taxa de crescimento anualizada.

2) Crédito produtivo.

Quadro 2

O serviço de *homebanking* do Banco BPI, o BPI Net, e o serviço de banca telefónica, BPI Directo, continuam a registar níveis de actividade e eficiência elevados. Contavam, no final de Junho de 2002, com 250 mil aderentes. O BPI Net tinha, em Junho de 2002, 118 mil utilizadores regulares e ao longo do primeiro semestre de 2002, o BPI Net registou, em média, 1.2 milhões de consultas e 138 mil transações por mês. Por sua vez, o BPI Directo, no primeiro semestre de 2002, registou 354 mil chamadas telefónicas por mês. No final de Junho de 2002, o serviço de centralização de chamadas abrangia cerca de 50% dos balcões da rede de retalho.

RECURSOS DE CLIENTES

Os recursos totais de Clientes da Banca de Particulares ascendiam a 13 572 milhões de euros, no final do primeiro semestre de 2002, o que corresponde a um aumento de 6% face a Junho de 2001.

Os recursos de Clientes no balanço cresceram, igualmente, 6% face a Junho 2001, em resultado do aumento dos depósitos à ordem e das aplicações de taxa de juro – depósitos a prazo e obrigações de taxa fixa colocadas junto de Clientes. Os recursos fora de balanço cresceram 5%, em termos homólogos, reflectindo principalmente a colocação de fundos de tesouraria e de taxa variável, planos poupança reforma e seguros de capitalização.

Recursos de Clientes e crédito na Banca de Particulares

	30 Jun. 2001	31 Dez. 2001	30 Jun. 2002	Jun. 01 / Jun. 02	Dez. 01 / Jun. 02 ¹
	M. euros	M. euros	M. euros	Δ%	Δ%
Com registo no balanço					
Depósitos à ordem	2 300.4	2 609.5	2 568.1	11.6%	(3.2%)
Aplicações de taxa de juro	5 916.5	6 188.3	6 287.8	6.3%	3.2%
Produtos estruturados	870.8	853.1	795.4	(8.7%)	(13.5%)
Subtotal	9 087.8	9 650.9	9 651.3	6.2%	0.0%
Com registo fora do balanço					
Fundos de investimento	1 919.6	1 981.1	2 000.5	4.2%	2.0%
Planos poupança reforma e acções	1 023.5	1 105.8	1 079.9	5.5%	(4.7%)
Seguros de capitalização	800.0	749.1	840.7	5.1%	24.5%
Subtotal	3 743.1	3 836.0	3 921.2	4.8%	4.4%
Recursos totais de Clientes	12 830.9	13 486.9	13 572.5	5.8%	1.3%

1) Taxa de crescimento anualizada.

Quadro 3

CRÉDITO

O crédito concedido a particulares e pequenos negócios cresceu 21%, face a Junho de 2001, e 17% desde início do ano, em termos anualizados. A expansão da carteira de crédito hipotecário, de 28% face a Junho de 2001 e 24% face a Dezembro, em termos anualizados, constituiu a componente determinante para a expansão da carteira de crédito total.

Crédito a Clientes na Banca de Particulares

	30 Jun. 2001	31 Dez. 2001	30 Jun. 2002	Jun. 01 / Jun. 02	Dez. 01 / Jun. 02 ¹
	M. euros	M. euros	M. euros	Δ%	Δ%
Crédito hipotecário	4 504.5	5 140.6	5 747.5	27.6%	23.6%
Crédito pessoal	485.6	493.4	467.8	(3.7%)	(10.4%)
Cartões de crédito ²	116.3	132.4	123.4	6.1%	(13.7%)
Crédito a pequenos negócios ³	1 223.2	1 289.1	1 337.0	9.3%	7.4%
BPI Automóvel ⁴	182.2	193.9	198.5	9.0%	4.8%
Leasing mobiliário e imobiliário ⁴	283.1	308.0	317.4	12.1%	6.1%
Total⁵	6 794.9	7 557.5	8 191.6	20.6%	16.8%

1) Taxa de variação anualizada

2) *Outstanding* de Clientes e titulares de cartões Universo sem conta de depósito à ordem.

3) Crédito comercial e garantias concedidas.

4) Corresponde ao financiamento automóvel e *leasing* alocados à Banca de Particulares e não à totalidade do negócio.

5) Não inclui crédito concedido via *factoring*.

Quadro 4

A carteira de crédito hipotecário aumentou 1 243 milhões de euros face a Junho de 2001 (+28%), sendo que o crédito bonificado representou 39% da variação líquida da carteira.

A contratação de crédito hipotecário, no primeiro semestre de 2002, ascendeu a 859.5 milhões de euros, ligeiramente inferior à verificada no semestre homólogo (-0.9%), o que confere ao BPI uma quota de mercado de 12.2% no novo negócio. Em termos de saldo da carteira de crédito, a quota de mercado ascendia a 8.9% em Junho de 2002.

O crédito à habitação tem constituído a principal aposta comercial do BPI, que tem vindo a reforçar a sua posição como especialista neste produto. No final de Junho de 2002 o BPI dispunha de uma rede especializada formada por 17 lojas habitação e 53 espaços próprios em balcões.

A aposta reflecte-se igualmente na presença na Internet, onde, através do BPI Imobiliário, assume uma posição de referência nos sites imobiliários em Portugal. No final de Junho de 2002, anunciava perto de 146 mil imóveis e contava com cerca de mil parceiros, na sua quase totalidade agentes imobiliários.

Em 30 de Junho de 2002, o número de cartões de crédito colocados junto de Clientes atingia os 372 mil, o que corresponde a quota de mercado de 15.8% nos cartões Classic e 12.0% nos cartões Gold.

Na mesma data, o número de cartões de débito colocado era de 681 mil, a que correspondia uma quota de mercado de 8.2%.

BANCA DE EMPRESAS

SÍNTESE

O conjunto de crédito a empresas, crédito a instituições de crédito não monetárias e obrigações registou uma diminuição de 13% face a Junho de 2001, atingindo, em 30 de Junho de 2002, 6 162 milhões de euros.

A evolução da carteira de crédito inscreve-se numa política selectiva de concessão de crédito, subordinada a critérios de rentabilidade dos capitais próprios utilizados e de risco. Foi particularmente notória na evolução das aplicações de crédito a grandes empresas (crédito e títulos). Face a Junho de 2001, o crédito a grandes empresas registou uma redução de 332 milhões de euros (-8.1%) e a carteira de títulos (na sua quase totalidade de grandes empresas) diminuiu 336 milhões de euros (-79%), tendo sido os factores determinantes para a diminuição da carteira global de aplicações.

O total de recursos captados pela Banca de Empresas e Wholesale Banking ascendia, em 30 de Junho de 2002, a 1 172 milhões de euros, superior em 0.2% ao montante de recursos captados em Junho de 2001.

Principais indicadores da Banca de Empresas

Valores em milhões de euros

	30 Jun. 2001	31 Dez. 2001	30 Jun. 2002			Jun. 01 / Jun. 02	Dez. 01 / Jun. 02 ¹
			Banca de Empresas	Wholesale Banking ²	Total	Δ%	Δ%
Crédito a clientes							
Grandes empresas	4 098.3	3 841.2	1 391.2	2 374.7	3 765.9	(8.1%)	(3.9%)
Médias empresas	1 941.6	1 868.6	1 927.8		1 927.8	(0.7%)	6.3%
Crédito a instituições de crédito não bancárias	610.4	405.6	377.5		377.5	(38.2%)	(13.9%)
Crédito total	6 650.2	6 115.4	3 696.5	2 374.7	6 071.2	(8.7%)	(1.4%)
Crédito titulado	427.6	337.5	23.2	68.1	91.3	(78.7%)	(145.9%)
Crédito total e títulos	7 077.8	6 452.9	3 719.6	2 442.8	6 162.4	(12.9%)	(9.0%)
Crédito por assinatura	2 679.0	2 802.7	1 022.5	1 664.8	2 687.3	0.3%	(8.2%)
Crédito vencido	46.6	71.7	51.6	39.3	90.9	94.9%	53.6%
Total de aplicações	9 803.5	9 327.3	4 793.7	4 146.9	8 940.6	(8.8%)	(8.3%)
Recursos totais de clientes	1 169.8	1 390.8	928.2	244.1	1 172.3	0.2%	(31.4%)

Nota: No primeiro semestre de 2002, com a reorganização do negócio de Banca de Empresas, foi criado o segmento de *Wholesale Banking*, que integra a área de Banca Grossista, para o qual foram transferidos os Clientes de maior dimensão (cerca de 75, representando cerca de metade da carteira de crédito a grandes empresas). A Banca Grossista inclui também as actividades de *Corporate Finance*, *Project Finance* e Banca Institucional, o que permite o acompanhamento destes Clientes em todas as suas vertentes, de forma coordenada e centralizada.

1) Taxa de variação anualizada.

2) De forma a assegurar a comparabilidade com a informação relativa a 2001, o crédito ao segmento de *Wholesale Banking* refere-se apenas à vertente de corporate banking. Não inclui crédito concedido no âmbito de operações de *Corporate Finance*, *Project Finance* e Banca Institucional.

Quadro 5

No final de Junho de 2002, o ratio de crédito vencido, no segmento de grandes empresas, era de 0.7%, no de médias empresas era de 2.2% e no segmento de *Wholesale Banking* era de 1.6%.

O ratio de crédito vencido no segmento de *Wholesale Banking* reflecte essencialmente uma situação específica de incumprimento. No final de Junho esta situação encontrava-se provisionada a 100% para os créditos sem garantia e a 25% para os créditos com garantia.

Ratios de crédito vencido

	30 Jun. 2001	31 Dez. 2001	30 Jun. 2002
Grandes empresas	0.1%	0.7%	0.7%
Médias empresas	2.2%	2.3%	2.2%
Wholesale Banking ¹	-	-	1.6%
Total	0.7%	1.2%	1.6%

Nota: Não inclui crédito titulado

Quadro 6

1) O crédito ao segmento de *Wholesale Banking* refere-se apenas à vertente de *corporate banking*. Não inclui crédito concedido no âmbito de operações de *Corporate Finance*, *Project Finance* e Banca Institucional. Em Junho de 2001 e Dezembro de 2001 a carteira de crédito do segmento de *Wholesale Banking* estava incluída no crédito a Grandes Empresas.

WHOLESALE BANKING

No âmbito da reorganização da estrutura executiva do Grupo foram integradas numa única área – Banca Grossista – as áreas de *Corporate Finance* e de *Project Finance*, a Direcção de Banca Institucional e a Direcção de *Wholesale Banking*.

A constituição da área de Banca Grossista teve por objectivo: (i) gerir globalmente o acompanhamento dos Grandes Clientes, optimizando a rentabilidade por Cliente; (ii) aumentar a eficiência e coordenação das áreas antes atribuídas ao Banco de Investimento e ao Banco Comercial, na área de Grandes Clientes; (iii) incentivar a presença do BPI em novos negócios.

A carteira de aplicações junto dos clientes da área de *Wholesale Banking* ascendia a 4 147 milhões de euros, no final do primeiro semestre de 2002. O crédito concedido a clientes representava 57.2% do total de aplicações e o crédito por assinatura 40.1%.

A área de *Wholesale Banking* representava, no final de Junho de 2002, cerca de 46% das aplicações totais concedidas pelo Banco junto dos clientes hoje repartidos entre a Banca de Empresas e a *Wholesale Banking*.

O volume da carteira de ALD, *leasing* imobiliário e mobiliário concedido ascendia a 54.2 milhões de euros, no final de Junho de 2002.

No final do primeiro semestre de 2002 os recursos captados na *Wholesale Banking* ascenderam a 244 milhões de euros, representando cerca de 21% dos recursos captados pela Banca de Empresas e *Wholesale Banking*.

BANCA INSTITUCIONAL

A Banca Institucional, em estreita ligação com as demais unidades de produto e serviços bancários do Grupo, incluindo a Banca de Investimento, tem promovido o reforço das suas capacidades e o alargamento da oferta de produtos e serviços, abrangendo quer na gestão corrente de recursos e aplicações financeiras, quer a estruturação de fontes de financiamento de projectos quer ainda a prestação de serviços de assessoria.

Num contexto concorrencial exigente, os recursos globais aplicados por Clientes totalizaram 260 milhões de euros em Junho de 2002, correspondendo a um aumento de cerca de 21%, em termos anualizados, face a Dezembro de 2001. Durante o período, o crescimento do crédito bancário e de garantias prestadas registou taxas anualizadas semelhantes (17 e 21%, respectivamente), merecendo ainda destaque o aumento verificado nas operações de *factoring* (aumento de 48% desde Dezembro de 2001, em termos anualizados) fruto do esforço de *cross-selling* empreendido pelo Grupo.

No plano qualitativo merece ainda especial referência o serviço prestado à Câmara Municipal de Lisboa no processo de actualização do rating da edilidade junto de duas das principais agências internacionais concluído satisfatoriamente durante o mês de Julho.

Principais indicadores da Banca Institucional

	30 Jun. 2001	31 Dez. 2001	30 Jun. 2002	Jun. 01 / Jun. 02	Dez. 01 / Jun. 02 ¹
	M. euros	M. euros	M. euros	Δ%	Δ%
N.º de Clientes	611	623	672	10.0%	15.7%
N.º de contas bancárias actuais	904	1253	1324	46.5%	11.3%
Carteira de crédito	300	360	390	30.0%	16.7%
Garantias	43	58	64	48.8%	20.7%
Recursos ²	357	235	260	(27.2%)	21.3%
Factoring (s/ recurso)	60	54	67	11.7%	48.1%

1) Taxa de variação anualizada.

2) Excluindo a Direcção Geral do Tesouro.

Quadro 7

OUTRAS ACTIVIDADES

O reforço da articulação das actividades de *leasing* e *factoring* com as redes de distribuição do Banco BPI tem sido determinante para a expansão destas actividades, permitindo beneficiar da ampla cobertura nacional da rede e do esforço comercial desenvolvido pelo Banco BPI.

LEASING

A carteira de crédito líquida, considerando a vertente mobiliária e imobiliária, ascendia a 1 011 milhões de euros em 30 Junho de 2002, o que corresponde a um crescimento de homólogo de 6%.

No final de Junho de 2002, o crédito vencido representava 1.3% da carteira de crédito bruta e estava provisionado em 146%.

No primeiro semestre de 2002, o Grupo BPI ocupava, em termos de crédito contratado no período, a quarta posição na actividade de *leasing* com uma quota de mercado de 10.8%.

FACTORING

O total de créditos tomados pela BPI Factor, no primeiro semestre de 2002, ascendeu a 464.4 milhões de euros, o que representa um aumento de 6% face ao semestre homólogo de 2001.

A carteira de balanço, líquida de provisões, cresceu 13%, em termos homólogos, para 292.3 milhões de euros o que coloca o Grupo BPI na terceira posição no sector com uma quota de mercado de 16.1%.

O montante de crédito vencido com efectivo risco de cobrança¹, em 30 de Junho de 2002, era de 0.5 milhões de euros a que correspondia um ratio de crédito vencido de 0.2%.

1) O restante crédito vencido encontra-se em situação de moras técnicas, pelo que não comporta efectivo risco de crédito, sendo, no entanto, classificado como crédito vencido de acordo com a regulamentação do Banco de Portugal.

Actividade de Banca de Investimento

CORPORATE FINANCE

Apesar da envolvente negativa da actividade de *Corporate Finance*, o desempenho alcançado pelo Banco no decurso do primeiro semestre de 2002 foi globalmente positivo, destacando-se a crescente fidelização de um conjunto diversificado de Clientes para os quais se desenvolveram, entre outras, as seguintes intervenções:

Grupo Portucel: assessoria na análise de decisões de investimento e na preparação de um plano de desenvolvimento florestal;

Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation: assessoria na avaliação dos seus activos de *oil & gas*;

Vodafone Telecel: assessoria na estruturação de uma *joint-venture* com a Optimus para a actividade de *towering*;

Edinfor: assessoria na reestruturação organizacional da Empresa;

ACE: assessoria na análise de decisões de investimento;

ANA – Aeroportos de Portugal: assessoria na preparação do estudo de viabilidade do projecto de investimento no Aeroporto Francisco Sá Carneiro;

ANAM – Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira: assessoria no processo de financiamento do Aeroporto da Madeira.

PROJECT FINANCE

No decurso do 1.º semestre de 2002, o BPI continuou a marcar forte presença no mercado de Project Finance em Portugal, quer na vertente de projectos, através de consultoria / assessoria financeira e de organização, montagem, tomada firme e acompanhamento de financiamentos estruturados, com destaque para a área de infra-estruturas, quer na área das Parcerias Público-Privadas / PPP.

No que se refere a projectos de infraestruturas em Portugal, e para além da continuação do envolvimento nos projectos lançados no âmbito do Programa Rodoviário Nacional, salienta-se: a assessoria financeira ao Governo Regional dos Açores para a estruturação, lançamento e negociação da concessão rodoviária da Ilha de São Miguel, tendo o respectivo concurso sido lançado em Junho; o apoio ao Consórcio MTS, constituído pelo Grupo Barraqueiro, Siemens, MotaEngil, Teixeira Duarte e Sopol, adjudicatário do Concurso para a construção, exploração e manutenção do Metro Ligeiro da Margem Sul do Tejo, com a tomada firme de 1/3 do financiamento bancário privado (operação fechada em Julho); a participação, a diversos níveis, nas intervenções previstas no âmbito do EURO 2004.

Na vertente de Parcerias Público-Privadas, merecem especial destaque: a consultoria à Parcerias.Saúde para a definição e estruturação do modelo de parceria a adoptar na área da saúde; e a assessoria financeira ao IGA, entidade responsável pelo fornecimento de água em alta na Região Autónoma da Madeira, para o estudo de modelos alternativos de organização e estruturação do Sector da Água na Região, para além de outros estudos desenvolvidos no decurso do 1.º semestre de 2002 nas áreas da defesa, infra-estruturas desportivas e educação.

Na área internacional, destaca-se a participação do BPI, na fase de sindicância, no financiamento da Infrasppeed B.V., concessionária do projecto da área ferroviária High Speed Link (ligação entre Amsterdão e a fronteira com a Bélgica e parte integrante da Rede Trans-Europeia), promovido pelo Estado Holandês em regime de PPP / Project Finance e que inclui o projecto, construção e manutenção de parte da infraestrutura (carris e sistemas) e, ainda, a manutenção da infraestrutura de suporte, construída pelo Estado Holandês, sendo também de referir a prestação de serviços de consultoria financeira ao Governo Provincial de Luanda no âmbito da estruturação de um modelo de PPP no sector da recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos e saneamento, em associação com a GIBB.

ACÇÕES

À semelhança do verificado em 2001, o enquadramento negativo registado no mercado de acções no primeiro semestre de 2002 – o índice PSI20 teve uma queda de 13% no período e o mercado a contado de acções da Euronext Lisbon sofreu uma variação homóloga de -22% no volume negociado – repercutiu-se no negócio de acções do BPI.

Mercado primário de acções

O mercado primário esteve inactivo no período, realizando-se apenas dois aumentos de capital reservados a accionistas, um deles do próprio BPI. Já em Julho de 2002 completou-se o aumento de capital reservado a accionistas e a investidores institucionais da Sonae.com liderado pelo BPI.

Mercado secundário de acções

No mercado secundário a BPI Dealer gerou comissões no valor de 2.2 milhões de euros (uma variação homóloga negativa de 35%), sendo que cerca de 91% deste valor diz respeito à intermediação de transacções sobre acções na Bolsa nacional e em bolsas estrangeiras. A quota de mercado do valor intermediado pela BPI Dealer na Euronext Lisbon no período foi de 5.5% no segmento accionista (-0.6 p.p. face ao total de 2001) pelo que a queda no valor das comissões reflecte também a redução da corretagem média.

Durante este período, o BPI manteve a sua actividade de organização de Roadshows para Empresas portuguesas e espanholas, nomeadamente para a Portugal Telecom, Telecel, Sonae.com, Brisa, Gamesa, Banco Popular, Logista, Ebro Puleva, NH Hoteles e Bankinter.

Já em Julho de 2002 o BPI Online, serviço de corretagem online, iniciou a oferta de negociação em Bolsas internacionais em tempo real, abrangendo 160 acções internacionais pertencentes aos índices IBEX35, CAC40, AEX25, MIB30 e DAX. Brevemente, estarão também disponíveis as Bolsas de Nova Iorque, Nasdaq e Londres.

Research

No final do primeiro semestre de 2002 a cobertura de Research ascendia a 24 empresas portuguesas e 38 espanholas. As principais adições à lista de Empresas cobertas desde Janeiro de 2002 foram a TPI, Enagás, Aldeasa, Cepsa e Dragados. Para além destas, no mesmo período iniciou-se a cobertura de mais 9 empresas espanholas para o produto de *small caps* ibéricas.

Trading

Apesar do comportamento negativo do mercado a contado, a actividade de *trading* (incluindo arbitragem) teve um contributo positivo no valor de 1.4 milhões de euros para os resultados do primeiro semestre de 2002, revertendo a situação do primeiro semestre de 2001.

No mercado de futuros, o Grupo BPI, através da BPI Dealer, na actividade por conta de Clientes, e do BPI, na actividade por conta própria, aumentou a sua quota de mercado face ao ano de 2001 nos futuros sobre o índice PSI20 (16%) e nos futuros sobre acções (61%).

TESOURARIA E OBRIGAÇÕES

Mercado primário de obrigações

Ao longo do primeiro semestre de 2002, a incerteza que caracterizou o crescimento económico por um lado e os mercados financeiros pelo outro, levou a que a oferta de novas emissões de obrigações fosse extremamente reduzida. A actividade no mercado primário traduziu-se na liderança de dois empréstimos obrigacionistas no montante de 17.5 milhões de euros mas o BPI manteve o seu papel activo na colocação de emissões de papel comercial.

Produtos estruturados

O Grupo BPI realizou, no primeiro semestre de 2002, 17 emissões de produtos estruturados num montante global de 217.5 milhões de euros. Deste montante, 56% corresponderam a produtos capital seguro indexados a mercados accionistas e os restantes 44% são indexados a mercados de taxa de juro. O BPI foi o terceiro maior emissor de produtos estruturados, em termos de montantes emitidos no primeiro semestre de 2002, com uma quota de mercado de 15%.

Actividade de trading

O BPI manteve uma postura activa no trading de obrigações, procurando desenvolver as estratégias de negociação adaptadas à evolução das taxas de juro. Já no final do semestre, o desenvolvimento da situação no Brasil levou o Banco a reduzir substancialmente a sua exposição a este mercado. Com efeito, a incerteza quanto ao resultado eleitoral e os efeitos do contágio Argentina levaram a uma instabilidade no real e nos mercados de dívida pública que não se antecipa de rápida inversão. No final de Junho, a exposição a dívida brasileira era marginal no contexto da actividade de *trading* total.

O *trading* dos restantes instrumentos financeiros procurou aproveitar da evolução das taxas de juro. Estas registaram, ao longo do semestre, uma volatilidade inusitada, reflectindo a degradação dos mercados accionistas e a deterioração das expectativas de crescimento económico

PRIVATE BANKING

O volume de negócio¹ do Private Banking do BPI ascendia, em 30 de Junho de 2002, a 1 760 milhões de euros (queda homóloga de 1%), dos quais 1 368 milhões de euros eram activos sob gestão discricionária e aconselhamento.

No primeiro semestre de 2002, a actividade do *Private Banking* foi afectada pelas descidas importantes verificadas nas principais bolsas devidas, entre outras causas, a uma desaceleração económica a nível mundial cada vez mais evidente e a uma série de notícias negativas sobre várias empresas, sobretudo americanas.

A política de investimento do *Private Banking* no período, centrou-se no acompanhamento e defesa do património dos seus Clientes, concretizando importantes reduções nos níveis de exposição a activos de maior risco, por contrapartida do aumento da exposição a activos de rendimento mais estável.

Concretizaram-se no primeiro semestre várias iniciativas comerciais com especial destaque para a constituição de uma sociedade de gestão de patrimónios em Genève, BPI Suisse S.A., a par da disponibilização de uma selecção de fundos de investimento de sociedades gestoras terceiras, o lançamento de novos seguros de capitalização adaptados à legislação fiscal e a aprovação de uma nova imagem. Estas iniciativas visam satisfazer novas necessidades dos Clientes, face a um quadro envolvente em permanente mutação e a uma globalização dos seus investimentos.

1) Volume de Negócio = Activos sob gestão discricionária ou aconselhamento, crédito e participações estáveis sob custódia.

GESTÃO DE ACTIVOS

O volume de activos financeiros de terceiros sob gestão do Grupo BPI ascendia, no final de Junho de 2002, a 7 377 milhões de euros, representando um ligeiro aumento de 0.7% face a Junho de 2001.

FUNDOS DE INVESTIMENTO

No final do primeiro semestre de 2002 a BPI Fundos geria 23 Fundos de Investimento com activos totais no valor de 3 712 milhões de euros. Em termos de volumes sob gestão, os fundos de investimento com maior relevo continuam a ser o BPI Liquidez, o BPI Global, o Reforma Investimento (PPR/E) e o Reforma Segura (PPR/E).

A BPI Fundos aumentou a sua quota de mercado no final do primeiro semestre para 17.7% (17.3% no final de 2001), mantendo o 3.º lugar no *ranking* das Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento Mobiliário. Se incluirmos na análise de quota de mercado unicamente os fundos de valor acrescentado (não incluem Fundos de Tesouraria, Fundos de Taxa Variável, Fundos de Poupança Reforma e o efeito duplicação dos Fundos de Fundos) a BPI Fundos representa 19.7% do mercado (face a 19.2% no período homólogo de 2001).

Quanto às iniciativas desenvolvidas no primeiro semestre de 2002 destaca-se o esforço desenvolvido na capitalização da estrutura multicanal de que o Grupo dispõe:

- canais virtuais: a comercialização de 15 novos Fundos Internacionais através do www.bpionline.pt e o lançamento de novas áreas no site BPI Investimentos – Cursos de Formação, Simulador de Carteiras, Reformulação do Simulador de Poupança Fiscal e Fundos Internacionais;
- rede física: deu-se continuidade à realização de acções de formação e apoio à venda na rede de balcões, que se traduziram em 51 acções de formação a Colaboradores, 38 *workshops* e 648 visitas a balcões.

Evolução do volume de fundos de investimento do BPI¹

Valores em milhões de euros

	30 Jun. 2001	31 Dez. 2001	30 Jun. 2002
Segurança	1 087.9	1 366.6	1 515.4
Taxa fixa	162.9	120.6	89.1
Valorização (Acções)	418.2	334.2	321.8
Eficiência fiscal (PPR e PPA)	1 076.9	1 163.5	1 138.9
Diversificação	854.4	763.6 ²	646.8
Total	3 600.3	3 748.5	3 712.0
Fundos de fundos	48.6	0	0

1) Fundos geridos pela BPI Fundos e fundo sediado no Luxemburgo.

2) O BPI Universal passou a ser classificado na categoria "Diversificação", uma vez que, em resultado da alteração da política de investimentos, investe em fundos de terceiros.

Quadro 8

SEGUROS DE VIDA DE CAPITALIZAÇÃO

A BPI Vida, na sequência da estratégia delineada anteriormente, continuou a orientar os seus negócios exclusivamente para os seguros de vida de capitalização comercializados através das redes de distribuição do Banco de Investimento e do Banco Comercial do Grupo BPI.

O volume de activos geridos relativos à BPI Vida eram, em 30 de Junho de 2002 de 1 085 milhões de euros, crescendo, em termos homólogos, cerca de 4%.

OUTROS CLIENTES INSTITUCIONAIS

O volume de activos de outros Clientes institucionais sob gestão discricionária e aconselhamento, em 30 de Junho de 2002, ascendia a 288 milhões de euros.

FUNDOS DE PENSÕES

Em 30 de Junho de 2002, a BPI Pensões geria 29 fundos de pensões, com activos no valor de 1 874 milhões de euros, relativos a 76 empresas e 263 individuais.

Dando continuidade ao processo de estreitamento de relações comerciais com os seus Clientes, a BPI Pensões promoveu, no primeiro semestre deste ano, uma série de iniciativas, desde conferências a reuniões mais restritas, abarcando temas relacionados com a gestão dos fundos de pensões.

De entre as diversas iniciativas, são de destacar a conferência sobre o papel do investimento imobiliário nas carteiras de fundos de pensões e os encontros de divulgação das novas regras de cálculo das pensões de reforma da Segurança Social, no seguimento da publicação do Decreto-Lei n.º 35 / 2002, de 19 de Fevereiro.

O Site institucional, www.bpipensoes.pt, completou o seu primeiro ano de actividade e tem demonstrado ser um excelente veículo para divulgação de informação aos Clientes sobre os respectivos fundos de pensões, bem como ao público interessado nesta matéria.

PRIVATE EQUITY

No final do primeiro semestre de 2002, o valor de balanço do conjunto de activos sob gestão da área de *Private Equity* ascendia a 115 milhões de euros.

O agravamento da conjuntura macroeconómica condicionou fortemente a actividade de *Private Equity*, conduzindo, à imagem do que se verificou a nível europeu, a uma maior selectividade na análise de operações de investimento e a um ainda maior acompanhamento da actual carteira de participações.

No primeiro semestre de 2002 foram recebidos e analisados 42 projectos – o que representou uma redução de 36% face ao período homólogo – representativos de um montante global de intenções de investimento na ordem dos 135 milhões de euros.

Durante o primeiro semestre foram investidos 1.5 milhões de euros na aquisição (19%) e reforço (81%) de participações de *Private Equity*.

Ao nível dos desinvestimentos foram realizadas, ao longo do primeiro semestre, alienações cujo valor de venda ascendeu a aproximadamente 700 mil euros.

OUTRAS PARTICIPAÇÕES DO GRUPO BPI

No final do primeiro semestre de 2002, os investimentos do Grupo ascendiam a 460 milhões de euros, sendo representados, quase exclusivamente, pelos investimentos na Viacer, Portugal Telecom, Impresa e SIC.

No passado mês de Maio o Grupo realizou um adiantamento de capital, no valor de 1.3 milhões de euros, com vista à participação no aumento de capital da SIC.

Durante o primeiro semestre de 2002, o Grupo procedeu a um desinvestimento, no montante de aproximadamente 158 milhões de euros (preço de custo), na participação detida na Brisa.

Principais investimentos do Grupo em 30 Junho 2002

Empresa	% detida de capital
Viacer	26.00%
PT	1.65%
Impresa	10.25%
SIC	19.94%

Quadro 9

1) Uma participação de 14.7% na SIC é detida por uma empresa que o Grupo controla a 100% e consolida pelo método de integração global, enquanto o restante resulta de uma participação de 45% numa empresa filial que consolida pelo *equity method*.

Análise Financeira

LUCRO LÍQUIDO E RENDIBILIDADE DOS CAPITALS PRÓPRIOS

O LUCRO LÍQUIDO consolidado do Grupo ascendeu a 70.8 milhões de euros no primeiro semestre de 2002, o que corresponde a uma redução de 1.5% face ao semestre homólogo de 2001.

O negócio de Banca Comercial, ao qual está afecto 94% do capital, contribuiu com 54.5 milhões de euros para o lucro do Grupo, o que representou 77% do lucro consolidado.

A Banca Comercial continua a evidenciar um crescimento das linhas de negócio mais relevantes a par com uma redução dos custos. Contudo, o aumento das dotações para provisões determinou que o contributo para o lucro do Grupo se reduzisse 16.5% face ao primeiro semestre de 2001.

O negócio de Banca de Investimento continua a ser condicionado pelo enquadramento desfavorável dos mercados de acções que se verifica desde 2001. O contributo da Banca de Investimento para o resultado do Grupo ascendeu a 6.6 milhões de euros.

O contributo das participações de capital foi de 9.8 milhões de euro no primeiro semestre de 2002, e reflecte sobretudo a mais valia realizada na venda de uma participação na Brisa.

No primeiro semestre de 2002, a RENDIBILIDADE MÉDIA DOS CAPITALS PRÓPRIOS (ROE) do Grupo foi de 14.9%. O ROE da Banca Comercial situou-se em 12.2% enquanto a Banca de Investimento, em virtude do reduzido consumo de capital, registou um ROE de 55.8%.

Indicadores seleccionados

ROE	14.9%
Lucro líquido (M.€)	70.8
Contributo da Banca Comercial (M.€)	54.5

Rendibilidade (ROE) por área de negócio

Valores em milhões de euros

	Banca Comercial			Banca de Investimento			Private Equity e outras participações			Grupo BPI		
	1.º Sem. 01	1.º Sem. 02	Δ%	1.º Sem. 01	1.º Sem. 02	Δ%	1.º Sem. 01	1.º Sem. 02	Δ%	1.º Sem. 01	1.º Sem. 02	Δ%
Lucro líquido	65.2	54.5	(16.5%)	4.4	6.6	49.2%	2.2	9.8	341.5%	71.8	70.8	(1.5%)
Capital médio alocado	849.3	890.2	4.8%	27.9	23.1	(17.1%)	43.8	35.0	(20.0%)	921.0	948.3	3.0%
ROE	15.4%	12.2%		31.7%	57.1%		10.1%	55.8%		15.6%	14.9%	

Nota: Para efeitos de determinação da Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) por área de negócio, as empresas do Grupo são repartidas por três áreas: Banca Comercial, Banca de Investimento, Private Equity e Outras Participações. Os contributos das empresas para o lucro consolidado, situação líquida e activos ponderados são, com base nessa classificação, repartidos por cada uma das áreas, sendo que os contributos das subsidiárias de gestão de activos e corretagem são apropriados em parte pela Banca de Investimento e o remanescente pela Banca Comercial. Na determinação do capital alocado a cada área pressupõe-se uma utilização de capital idêntica à utilização média no Grupo. Deste modo, o valor do capital alocado de cada área é calculado pela multiplicação do activo ponderado pelo quociente entre situação líquida e activo ponderado do Grupo. Sempre que a situação líquida de uma área de negócio seja superior (ou inferior) ao capital alocado, pressupõe-se uma redistribuição de capital, sendo o contributo da área ajustado pelos proveitos (custos) que resultam da saída (entrada) de capital remunerado a uma determinada taxa de juro. A rendibilidade de cada área resulta do quociente entre o contributo ajustado e o capital alocado à área.

Quadro 10

CONTA DE RESULTADOS

Indicadores seleccionados

Lucro líquido (M.€)	70.8
Δ%	-1.5%
Cash flow corrente (M.€)	155.3
Δ%	-3.3%

Os proveitos mais recorrentes registaram, no primeiro semestre de 2001, uma evolução positiva quando comparados com o semestre homólogo de 2001: a margem financeira estrita cresceu 0.5% e as comissões e outros proveitos cresceram 8.6%. No entanto, a redução dos lucros em operações financeiras em 7.7 milhões de euros e dos dividendos recebidos em 6.4 milhões de euros determinou que o produto bancário diminuísse 1.8% face ao primeiro semestre de 2001.

A redução do produto bancário foi, no entanto, parcialmente compensada pela diminuição de 0.8% dos custos de funcionamento. Pelo que o *cash flow* corrente diminuiu 3.3%.

Verificou-se no semestre um maior esforço de provisionamento, ou seja, 45.9 milhões de euros de provisões no primeiro semestre de 2002 face a 24.6 milhões de euros no semestre homólogo de 2001. O aumento das provisões, foi, no entanto, compensado por mais-valias realizadas no primeiro trimestre de 22.0 milhões de euros (contabilizadas em resultados extraordinários) com a alienação de acções da BVLP e da Brisa.

O resultado líquido diminuiu 1.5%, em termos homólogos, para 70.8 milhões de euros.

Conta de resultados

Valores em milhões de euros

	1.º Sem. 01	1.º Sem. 02	Δ%
Margem financeira estrita	237.8	238.9	0.5%
Rendimento de títulos (de rendimento variável)	16.4	10.0	(39.0%)
Margem financeira	254.1	248.9	(2.0%)
Comissões e outros proveitos equiparados (líq.)	106.1	115.2	8.6%
Recuperações de crédito vencido	10.2	6.9	(32.0%)
Lucros em operações financeiras (líq.)	14.3	6.6	(54.0%)
Produto bancário	384.6	377.6	(1.8%)
Custos com pessoal	145.1	144.5	(0.4%)
Outros gastos administrativos	79.0	77.8	(1.6%)
Custos de funcionamento	224.1	222.3	(0.8%)
Cash flow corrente	160.6	155.3	(3.3%)
Amortizações	25.4	25.8	1.5%
Provisões (líq.)	24.6	45.9	86.6%
Resultados correntes	110.6	83.7	(24.3%)
Resultados extraordinários (líq.)	(13.7)	8.7	163.8%
Resultados antes de impostos	96.9	92.4	(4.7%)
Impostos sobre lucros	23.6	21.7	(8.3%)
Resultados de subsidiárias reavaliadas pelo equity method	9.4	5.4	(42.8%)
Interesses minoritários no lucro	10.9	5.3	(51.0%)
Lucro líquido	71.8	70.8	(1.5%)
Cash flow após impostos	121.8	142.5	16.9%

Quadro 11

Margem financeira

A margem financeira estrita (exclui dividendos) cresceu 0.5% face ao semestre homólogo de 2001. No entanto a margem financeira total diminuiu em 5.2 milhões de euros (-2.0%) em virtude da redução dos dividendos recebidos em 6.4 milhões de euros.

O crescimento do volume de actividade, que se traduziu no aumento de 10.4% do saldo médio dos activos remunerados e 9.7% dos passivos remunerados, face ao primeiro semestre de 2001, teve um impacto positivo na margem financeira de 27.8 milhões de euros. No entanto, a redução em 0.3 p.p. do spread médio entre as aplicações e os recursos (de 2.6%, no primeiro semestre de 2001, para 2.3%, no primeiro semestre de 2002) anulou o efeito positivo do crescimento dos volumes.

O saldo médio do crédito a Clientes, com um crescimento homólogo de 11.6%, foi o agregado determinante para a expansão dos activos remunerados e, por consequência, para o contributo positivo na margem financeira.

Por outro lado, a redução do *spread* médio entre as aplicações e os recursos, resultou do estreitamento de *spreads* do lado dos recursos em 0.3 p.p. (de 1.0 p.p. face à Euribor, no primeiro semestre de 2001, para 0.7 p.p. no primeiro semestre de 2002), o qual esteve principalmente associado à queda das taxas de juro de mercado, particularmente intensa ao longo de 2001, uma vez que uma parte dos recursos, nomeadamente depósitos à ordem, são remunerados a taxa zero ou próximas de zero.

Por sua vez, a estabilidade do *spread* médio das aplicações face à Euribor, reflecte essencialmente a manutenção do *spread* médio do crédito (principal componente dos activos remunerados) em 1.9 p.p.

Indicadores seleccionados

Margem financeira (M.€)	248.9
Δ%	-2.0%
Em % produto bancário	66%
Margem financeira estrita (M.€)	238.9
Δ%	+0.5%

Taxas médias dos activos remunerados e dos passivos remunerados

Valores em milhões de euros

	1.º Sem. 01			1.º Sem. 02			Δ spread médio
	Saldo médio	Taxa média	Spread médio ¹	Saldo médio	Taxa média	Spread médio ¹	
Aplicações em instituições de crédito	3 148.1	5.0%	0.4%	3 401.5	3.1%	(0.3%)	- 0.6 p.p.
Crédito a Clientes	14 028.5	6.6%	1.9%	15 660.3	5.3%	1.9%	- 0.0 p.p.
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	2 408.3	6.3%	1.6%	2 557.7	6.3%	2.9%	+ 1.3 p.p.
Activos remunerados	19 584.9	6.3%	1.6%	21 619.5	5.1%	1.7%	+ 0.0 p.p.
Débitos para com instituições de crédito	6 012.2	5.0%	(0.3%)	6 404.9	3.6%	(0.2%)	+ 0.1 p.p.
Débitos para com Clientes	11 246.4	3.0%	1.6%	11 879.1	2.2%	1.2%	- 0.4 p.p.
Débitos titulados	2 454.7	3.1%	1.6%	3 346.4	2.8%	0.6%	- 1.0 p.p.
Passivos subordinados	585.5	5.9%	(1.3%)	630.7	4.2%	(0.8%)	+ 0.4 p.p.
Passivos remunerados	20 298.7	3.7%	1.0%	22 261.1	2.8%	0.7%	- 0.3 p.p.
Spread médio entre activos e passivos remunerados			2.6%			2.3%	- 0.3 p.p.
Por memória: Euribor 3 meses		4.7%			3.4%		
Activo total médio	22 695.3			24 755.4			

1) Face à média semestral da Euribor a três meses: activos remunerados = *Yield* médio - Euribor a 3 meses
passivos remunerados = Euribor a 3 meses - *Yield* médio

Quadro 12

No quadro seguinte, analisa-se a evolução dos proveitos com juros das aplicações remuneradas e os custos com juros dos recursos remunerados.

Evolução dos proveitos e dos custos com juros

Valores em milhões de euros

	1.º Sem. 01	Efeito- -saldo	Efeito- -taxa	Efeito- -residual	Varição total	1.º Sem. 02
Aplicações em instituições de crédito	79.5	6.4	(30.0)	(2.4)	(26.0)	53.5
Crédito a Clientes	460.8	53.6	(91.0)	(10.6)	(47.9)	412.8
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	76.0	4.7	0.2	0.0	4.9	81.0
Correcção pelo efeito de estrutura ¹	-	(0.7)	0.2	0.5	-	-
Proveitos dos activos remunerados	616.3	64.0	(120.5)	(12.5)	(69.0)	547.2
Débitos para com instituições de crédito	149.7	9.8	(41.6)	(2.7)	(34.6)	115.2
Depósitos e outros débitos para com Clientes remunerados	170.1	9.6	(46.7)	(2.6)	(39.8)	130.3
Débitos titulados	37.6	13.7	(2.9)	(1.0)	9.8	47.4
Passivos subordinados	17.4	1.3	(4.9)	(0.4)	(4.0)	13.4
Correcção pelo efeito de estrutura ¹	-	1.9	0.6	(2.5)	-	-
Custo dos passivos remunerados	374.8	36.2	(95.5)	(9.2)	(68.5)	306.3
Subtotal	241.5	27.8	(25.0)	(3.3)	(0.5)	241.0
Outros proveitos e custos	(10.1)				(4.7)	(14.8)
Proveitos liq. de swaps e outras operações extrapatrimoniais	6.4				6.4	12.8
Margem financeira estrita	237.8				1.2	238.9
Rendimento de títulos de rendimento variável	16.4				(6.4)	10.0
Margem financeira	254.1				(5.2)	248.9

1) Linha de reconciliação da soma dos efeitos volume, preço e residual das componentes dos activos e passivos remunerados face ao valor desses efeitos calculados para a totalidade dos activos e passivos remunerados, em virtude de estes últimos serem igualmente influenciados pela alteração da estrutura das aplicações e recursos, cujo efeito não é apreendido pela soma dos efeitos das suas componentes.

Quadro 13

Indicadores seleccionados

Comissões ¹ (M.€)	115.2
Δ%	+8.6%
Em % produto bancário	31%

1) Inclui outros proveitos líquidos.

Comissões

As comissões e outros proveitos equiparados cresceram 9% em termos homólogos, o que reflecte essencialmente o comportamento positivo das comissões de banca comercial (+15% face ao primeiro semestre de 2001). Merecem destaque os crescimentos das comissões relativas a cartões (+18%), a crédito e garantias (+11%), cheques, transferências e ordens de pagamento (+17%) e a intermediação de seguros (+150%).

A evolução das comissões globais foi penalizada pela redução de 11% das comissões de banca de investimento, nomeadamente pela queda das comissões de corretagem e operações de mercado de capitais que diminuíram em 2.2 milhões de euros em virtude da manutenção do enquadramento negativo do mercado de acções. O peso destas comissões no total de comissões de Banca de Investimento reduziu-se de 16%, no primeiro semestre de 2001, para 9%, no primeiro semestre de 2002.

Comissões e outros proveitos equiparados líquidos

Valores em milhões de euros

	1º sem. 01	%	1º sem. 02	%	Δ%
Corretagem	3.4	3.2%	2.2	1.9%	(35.4%)
Operações de mercado primário de acções	1.0	1.0%	-	-	-
Consultoria e avaliação	4.3	4.0%	4.3	3.8%	2.0%
Gestão activos	14.9	14.0%	14.6	12.7%	(2.0%)
Colocação de fundos de investimento e de banco depositário	3.1	2.9%	2.6	2.3%	(15.6%)
Outras de Banca de Investimento	0.0	(0.0%)	0.0	(0.0%)	-
Comissões e outros proveitos de Banca de Investimento	26.6	25.1%	23.7	20.5%	(11.1%)
Proveitos com cartões	17.4	16.4%	20.5	17.8%	17.9%
Comissões associadas a crédito e garantias	22.6	21.3%	25.2	21.9%	11.4%
Cheques, transferências e ordens de pagamento	7.2	6.8%	8.4	7.3%	16.8%
Intermediação de seguros	1.7	1.6%	4.4	3.8%	150.5%
Colocação de fundos de investimento e de banco depositário	8.8	8.3%	7.4	6.5%	(15.5%)
Outras de Banca Comercial	21.8	20.5%	25.7	22.3%	17.9%
Comissões e outros proveitos de Banca Comercial	79.5	74.9%	91.5	79.5%	15.2%
Total	106.1	100.0%	115.2	100.0%	8.6%

Quadro 14

Lucros em operações financeiras

Os lucros em operações financeiras ascenderam a 6.6 milhões de euros (-54% face ao semestre homólogo) e reflectem essencialmente:

- perdas cambiais de -7.3 milhões de euros derivadas principalmente do impacto da desvalorização do dólar face ao euro no valor das aplicações (em moedas fortes) que o Grupo detém para cobertura da situação líquida da sucursal de Angola;
- ganhos de cerca de 10 milhões de euros decorrentes da liquidação antecipada de operações de médio e longo prazo, cuja valorização reflectiu a descida das taxas de juro.

O peso dos lucros em operações financeiras no produto bancário reduziu-se para 2% no primeiro semestre de 2002 (4%, no primeiro semestre de 2001).

Indicadores seleccionados

Lucros em operações financeiras (M.€)	6.6
Δ%	-54%
Em % produto bancário	2%

Lucros em operações financeiras

Valores em milhões de euros

	1.º sem. 01	1.º sem. 02	Δ M.€
Instrumentos de taxa de juro	4.6	12.7	8.0
Acções e futuros de acções	(1.7)	1.6	3.3
Produtos estruturados	0.1	0.3	0.3
Private equity	1.1	(0.0)	(1.1)
Ganhos cambiais	8.9	(7.3)	(16.2)
Outros	1.2	(0.8)	(2.1)
Total	14.3	6.6	(7.7)

Quadro 15

Custos de estrutura

A redução dos custos de estrutura em 0.6% face ao semestre homólogo reflecte o programa de racionalização em curso – que envolve, nomeadamente, o programa de reformas antecipadas, a intensificação da utilização de canais virtuais, a gestão proactiva da rede de balcões e a simplificação e automatização de processos operativos – e uma gestão rigorosa dos custos.

Indicadores seleccionados

Custos de estrutura (M.€)	248.0
Cost-to-income	59%
Ratio de eficiência	67%

O ratio *cost-to-income* situou-se em 58.9% no primeiro semestre de 2002. O ratio de eficiência¹ melhorou de 67.4%, no primeiro semestre de 2001, para 66.9% nos primeiros seis meses de 2002.

Ratio de eficiência

Valores em milhões de euros

	1.º sem. 01	1.º sem. 02	Δ %
Custos com pessoal	145.1	144.5	(0.4%)
Fornecimento e serviços de terceiros	79.0	77.8	(1.6%)
Custos de funcionamento	224.1	222.3	(0.8%)
Amortizações	25.4	25.8	1.5%
Custos de estrutura	249.5	248.0	(0.6%)
Cost-to-income ¹	58.3%	58.9%	+0.6 p.p.
Ratio de eficiência ²	67.4%	66.9%	-0.5 p.p.

1) Relação entre custos de funcionamento (custos com pessoal e fornecimentos e serviços de terceiros) e produto bancário.

Quadro 16

2) Relação entre custos com pessoal, fornecimentos e serviços de terceiros e amortizações e o produto bancário, excluindo lucros em operações financeiras.

1) Relação entre custos de estrutura (custos com pessoal, fornecimentos e serviços de terceiros e amortizações) e o produto bancário excluindo lucros em operações financeiras.

Custos com pessoal

Os custos com pessoal registaram uma redução de 0.4%, apesar da aplicação retroactiva, a contar desde início do ano e já reflectida nos resultados, da actualização da tabela salarial de 2002 e da revisão do regime de atribuição de prémios por antiguidade, ambas decorrentes do ACTV (Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário), cujo impacto efectivo nos custos com pessoal foi de cerca de 5%.

Número de Colaboradores do Grupo¹

	N.º médio			N.º em final do período			
	1.º Sem. 01	1.º Sem. 02	Δ%	30 Jun. 01	31 Dez. 01	30 Jun. 02	Δ% Jun. 01 / Jun. 02
Actividade em Portugal	7 606	7 208	(5.2%)	7 585	7 329	7 119	(6.1%)
Banco BPI	6 899	6 487	(6.0%)	6 868	6 607	6 407	(6.7%)
Outros	707	721	1.9%	717	722	712	(0.7%)
Actividade no estrangeiro ²	475	540	13.7%	481	504	523	8.7%
Total¹	8 081	7 748	(4.1%)	8 066	7 833	7 642	(5.3%)

1) Colaboradores das empresas que consolidam por integração global.

Quadro 17

2) O acréscimo do número de Colaboradores no estrangeiro esteve associado à operação em Angola. Em Julho de 2002, a actividade em Angola passou a ser desenvolvida por um banco de direito angolano denominado Banco de Fomento que resultou da transformação da anterior sucursal do Grupo.

Fornecimentos e serviços de terceiros

Os fornecimentos e serviços de terceiros reduziram-se em 1.6% face ao semestre homólogo, apesar de penalizados por custos associados à introdução em circulação das notas e moedas do euro (1.1 milhões de euros), sem as quais aquela rubrica teria diminuído 2.9%.

De referir que o custo reconhecido no semestre relativo ao diferimento do investimento em campanhas de publicidade¹ foi de 6.9 milhões de euros, ou seja, 0.8 milhões de euros superior ao do semestre homólogo. É de salientar, no entanto, que o investimento em campanhas de publicidade diminuiu de 7.1 milhões de euros, no primeiro semestre de 2001, para 3.5 milhões de euros no primeiro semestre de 2002.

Em 30 Junho de 2002, o montante ainda a imputar à conta de resultados era de 15.2 milhões de euros.

Amortizações

As amortizações ascenderam no primeiro semestre de 2002 a 25.8 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento homólogo de 1.5%.

Das amortizações no semestre, 24% corresponderam à amortização de imobilizado incorpóreo, 20% é relativo a imóveis, 27% está associado a equipamento informático e o restante refere-se a outro equipamento.

1) Os custos com campanhas de publicidade institucional e de produtos, em virtude de os seus benefícios se repercutirem em vários exercícios, são registados ao longo de 3 anos (e não apenas no exercício em que ocorrem).

Provisões

As provisões líquidas do exercício ascenderam a 45.9 milhões de euros no primeiro semestre de 2001, o que corresponde a um aumento de 21.3 milhões de euros relativamente ao semestre homólogo.

O aumento das provisões específicas para crédito em 25.4 milhões de euros foi o principal factor explicativo do crescimento das provisões totais, sendo que cerca de 17 milhões de euros corresponderam ao provisionamento de uma situação específica de incumprimento, encontrando-se no final de Junho de 2002 a exposição a esse Cliente provisionada a 100% para os créditos sem garantias e a 25% para os créditos com garantia.

Por sua vez, as provisões genéricas para crédito, que estão indexadas à expansão do crédito¹, foram de 4.7 milhões de euros (12.9 milhões de euros no primeiro semestre de 2001). As provisões totais para crédito a Clientes representaram 88% das provisões totais no primeiro semestre de 2002.

Indicadores seleccionados

Provisões (M.€)	45.9
Δ%	+87%
Em % do cash flow corrente	30%

Provisões

	1.º sem. 01	1.º sem. 02	Δ%
Provisões específicas para crédito	10.1	35.5	251.7%
Provisões genéricas para crédito	12.9	4.7	(63.5%)
Total de provisões para crédito	23.0	40.2	74.5%
Depreciação de títulos e participações	6.1	0.9	
Risco-país	1.2	(1.1)	
Provisões para riscos diversos	(5.6)	3.0	
Outras	(0.1)	3.0	
Total	24.6	45.9	86.6%

Quadro 18

Em Junho de 2002 entrou em vigor um novo regime de provisionamento e dedução aos fundos próprios das menos-valias na carteira de participações financeiras, quando aquelas menos valias excedam 15% do correspondente valor de aquisição (Aviso 4 / 2002 do Banco de Portugal).

Do montante de menos-valias latentes que exceda 15% do valor de aquisição, um mínimo de 40% deverá ser coberto por provisões enquanto o remanescente será deduzido aos fundos próprios, para efeitos de cálculo do ratio de requisitos de fundos próprios.

Para as menos-valias a 30 de Junho de 2002 em participações em entidades não sujeitas à supervisão do Banco de Portugal ou do Instituto de Seguros de Portugal, detidas em 31 de Dezembro de 2001, foi definido um regime transitório até 2006 que estabelece um provisionamento e dedução aos fundos próprios mínimo e gradual (através da aplicação de coeficientes de cobertura mínimos: 25% / 50% / 75% / 90% / 100% de 2002 a 2006).

O regime transitório permite que em 2002 e 2003 se possam constituir provisões por contrapartida de reservas, não se repercutindo dessa forma na conta de resultados.

O impacto da nova regulamentação para o BPI é o seguinte:

Requisitos de provisionamento e dedução aos fundos próprios de menos-valias

latentes em participações (nos termos do Aviso n.º 4 / 2002 do Banco de Portugal)

Valores em milhões de euros

	Em 30 Jun. 02	Regime transitório		
		Ano 2002		1.º Sem. 02
		Coeficiente	Montante	(1/3 do valor para o ano 2002)
Valor de aquisição líq.	554			
Menos valias latentes	214			
Corredor (15% do valor de aquisição líq.)	85.7			
Valor mínimo provisionável				
(min. 40% do montante fora do corredor)	53.7	x 25%	13.4	4.5
Dedução aos fundos próprios				
(montante fora do corredor não provisionado)	81.7	x 25%	20.4	6.8

Quadro 19

1) O crescimento da carteira de crédito determina a obrigatoriedade de constituição de provisões para riscos gerais de crédito correspondentes a 1% do novo crédito concedido (1.5%, no caso do crédito ao consumo).

Em 30 Junho de 2002, e relativamente ao 2.º trimestre, o BPI constituiu provisões de 4.5 milhões de euros, por abate contra reservas, e deduziu aos fundos próprios um montante de 6.8 milhões de euros, pelo que não se verifica qualquer impacto na conta de resultados.

Resultados extraordinários

Os resultados extraordinários líquidos de 8.7 milhões de euros, no primeiro semestre de 2002, reflectem essencialmente mais-valias de 22.0 milhões de euros realizadas no primeiro trimestre de 2002 com a alienação das participações na Brisa e na BVLP, e custos relacionados com pensões de 14.3 milhões de euros.

De referir que na rubrica de resultados extraordinários estão a ser periodificados ao longo do ano os custos estimados com a totalidade das reformas antecipadas que se prevê realizar ao longo de 2002.

Indicadores seleccionados

	M.€
Resultados extraordinários	-8.7
Mais-valias em imobilizado	20.9
Custos com pensões	-14.3

Resultados extraordinários líquidos

Valores em milhões de euros

	1.º sem. 01	1.º sem. 02
Mais valias na venda de imobilizado	0.6	20.9
Incentivos à reforma antecipada	(1.0)	(5.2)
Custos com periodificação do acréscimo de responsabilidades com reformas antecipadas ^{1, 2}	-	(4.9)
Periodificação de outros custos associados a pensões (perdas actuárias)	-	0.0
Amortização do acréscimo de responsabilidades derivado da não utilização de decrementos de invalidez	-	(4.3)
Contribuição extraordinária para o fundo de pensões	-14.9	-
Outros	1.6	2.1
Total	(13.7)	8.7

1) Em 30 Junho de 2002, corresponde à periodificação dos custos efectivos já incorridos com reformas antecipadas realizadas no segundo semestre de 2001 (2.3 milhões de euros) e no primeiro semestre de 2002 (0.7 milhões de euros) e inclui periodificação dos custos estimados com as reformas antecipadas que se prevê realizar no segundo semestre de 2002, no montante de 1.9 milhões de euros.

2) Em 30 Junho de 2001 realizou-se a amortização integral, por contrapartida de reservas, das contribuições para cobertura do acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas realizadas em 1999, 2000 e primeiro semestre de 2001 e ainda não relevadas como custo, que ascendiam a 80.4 milhões de euros.

Quadro 20

Resultados de subsidiárias consolidadas pelo equity method

As subsidiárias consolidadas pelo *equity method* apresentaram um contributo de 5.4 milhões de euros para o resultado consolidado do primeiro semestre de 2002, enquanto no semestre homólogo de 2001 esse contributo tinha sido de 9.4 milhões de euros.

Os maiores contributos foram das empresas seguradoras do Grupo (1.2 milhões de euros), da Finangeste (2.2 milhões de euros) que reflecte essencialmente mais-valias realizadas na venda de património imobiliário e da Viacer (1.9 milhões de euros).

Indicadores seleccionados

Resultados de subsidiárias consolidadas pelo equity-method (M.€)	5.4
--	-----

BALANÇO

O activo total líquido ascendia, em 30 de Junho de 2002, a 24 654 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento homólogo de 3%, resultante essencialmente da expansão da carteira de crédito.

A carteira de crédito a Clientes aumentou 8.6%, o que reflecte essencialmente a expansão do crédito à habitação em 27.3% e a redução de 3.3% do crédito a grandes empresas (sob responsabilidade das áreas de Banca Grossista e de Banca de Empresas), no âmbito de uma política de concessão de crédito selectiva.

Os recursos captados de Clientes com expressão no balanço¹ cresceram 2.7% em termos homólogos, enquanto a evolução dos recursos fora de balanço (+1.6% face a Junho de 2001) continua a ser condicionada pelo comportamento desfavorável dos mercados de acções.

O crescimento do crédito, superior aos dos recursos de Clientes no balanço, tem sido acompanhado por emissões de dívida de médio e longo prazo, pelo que a relação entre crédito bruto e depósitos e dívida titulada se manteve em 103%.

Em 30 Junho de 2002, o crédito vencido total, (ou seja, o crédito vencido há mais de 30 dias) representava 1.3% da carteira de crédito e estava provisionado em 154%; No final de Junho de 2002, o ratio de requisitos de fundos próprios era de 10.4%, o Tier I era de 7.2% e o ratio de solvabilidade, calculado segundo as normas do BIS, era de 11.7%.

1) Depósitos, produtos estruturados de capital garantido ou risco limitado e obrigações de taxa fixa, colocadas junto de Clientes.

Balanço

Valores em milhões de euros

	30 Jun. 01	30 Jun. 02	Δ%
Activo líquido			
Activos monetários	525.9	776.5	47.6%
Créditos sobre instituições de crédito	3 617.8	3 298.9	(8.8%)
Crédito sobre Clientes	14 789.8	16 060.4	8.6%
Carteira de obrigações de emissores públicos	1 441.6	1 503.1	4.3%
Carteira de obrigações de outros emissores	1 330.2	755.4	(43.2%)
Carteira de acções	193.1	114.3	(40.8%)
Participações	837.4	671.7	(19.8%)
Imobilizações	334.0	313.3	(6.2%)
Activos diversos	966.4	1 160.2	20.0%
Total do activo	24 036.2	24 653.7	2.6%
Passivo e situação líquida			
Débitos para com instituições de crédito	6 634.0	6 214.7	(6.3%)
Débitos para com Clientes	11 542.2	11 614.6	0.6%
Débitos titulados	3 094.8	3 573.8	15.5%
Passivos diversos	818.6	976.7	19.3%
Provisões e fundo para riscos bancários gerais	201.2	267.8	33.1%
Passivos subordinados	587.7	629.3	7.1%
Interesses minoritários	310.8	260.9	(16.1%)
Capital subscrito	645.6	760.0	17.7%
Reservas	129.3	285.3	120.6%
Lucro líquido	71.8	70.8	(1.5%)
Total da situação líquida	846.8	1 116.1	31.8%
Total do passivo e da situação líquida	24 036.2	24 653.7	2.6%
Por memória			
Activo total médio	22 695.3	24 755.4	9.1%
Recursos captados de Clientes com registo fora do balanço ¹	4 731.4	4 805.1	1.6%

1) O montante dos fundos de investimento, incluídos nestes recursos, está corrigido pelas unidades de participação nas carteiras dos bancos do Grupo.

Quadro 21

Crédito a Clientes

A carteira consolidada de crédito a Clientes cresceu 8.6% face a Junho de 2001 e 9.0% face a Dezembro de 2001, em termos anualizados, enquanto que o crescimento médio estimado para o mercado foi de 7.4%¹ face a Junho de 2001.

O crédito à habitação foi a componente mais dinâmica da carteira de crédito. O crédito a habitação cresceu 27.3% em termos homólogos, superando o crescimento médio estimado para o mercado de 15.4%¹, e 23.3% face a Dezembro de 2001, em termos anualizados. O seu peso na carteira de crédito consolidada aumentou de 30% em Junho de 2001, para 35% em Junho de 2002.

Por outro lado, a redução em 2.3%, em termos homólogos da carteira de crédito a empresas, sob responsabilidade das áreas de Banca Grossista e de Banca de Empresas, face ao crescimento estimado do mercado de 7.1%¹, inscreve-se numa política de concessão de crédito subordinada a critérios de rentabilidade e risco.

1) Crédito interno total, crédito à habitação e crédito a sociedades não financeiras; Fonte: Banco de Portugal, "Indicadores de conjuntura, Julho 2002"

Carteira de crédito a Clientes

	30 Jun. 2001	31 Dez. 2001	30 Jun. 2002	Jun. 01 / Jun. 02	Dez. 01 / Jun. 02 ¹
	M. euros	M. euros	M. euros	Δ%	Δ%
Banca Grossista ²	3 187.1	3 070.8	3 090.9	(3.0%)	1.3%
Banca de Empresas					
Grandes empresas ²	1 446.3	1 403.0	1 391.2	(3.8%)	(1.7%)
Médias empresas	1 930.6	1 868.6	1 927.8	(0.1%)	6.3%
Banca de Empresas	3 376.9	3 271.6	3 319.0	(1.7%)	2.9%
Crédito a particulares e pequenos negócios					
Crédito à habitação	4 392.6	5 007.5	5 591.0	27.3%	23.3%
Crédito a particulares – outros fins	789.1	843.6	839.2	6.3%	(1.0%)
Crédito a pequenas empresas e negócios	1 103.2	1 159.7	1 202.7	9.0%	7.4%
Crédito a particulares e pequenos negócios	6 285.0	7 010.7	7 632.9	21.4%	17.7%
Leasing	960.3	1 013.5	1 013.3	5.5%	(0.0%)
Factoring	247.5	300.9	288.5	16.6%	(8.3%)
Outros	676.5	629.1	637.4	(5.8%)	2.6%
Carteira de crédito produtivo	14 733.2	15 296.6	15 982.0	8.5%	9.0%
Crédito vencido total	153.9	174.4	204.6	33.0%	34.6%
Provisões específicas	(97.3)	(98.9)	(126.2)	29.7%	55.3%
Carteira de crédito líquida consolidada	14 789.8	15 372.1	16 060.4	8.6%	9.0%
Financiamento automóvel e de equipamentos (ALD) ³	259.4	273.1	267.1	3.0%	(4.3%)
Crédito por assinatura	3 125.8	3 297.9	3 323.0	6.3%	1.5%

1) Taxa de variação anualizada.

2) No primeiro semestre de 2002, na sequência da reorganização do negócio de Banca de Empresas, foi criada a área de Banca Grossista. Esta área passou a acompanhar os maiores clientes da Banca de Empresas em todas as suas vertentes - *corporate banking*, *Corporate Finance* e *Project Finance* - e a desenvolver a actividade de Banca Institucional. De forma a permitir a comparabilidade dos saldos em Junho de 2002, são apresentados valores pro-forma para Junho e Dezembro de 2001.

3) Crédito concedido por empresas do Grupo não consolidadas pelo método de integração global. O financiamento automóvel, na vertente aluguer de longa duração, é desenvolvido em exclusividade pela BPI Rent, consolidada pelo *equity method*, pelo que o valor do crédito concedido não está reflectido no balanço consolidado.

Quadro 22

No final de Junho de 2002, o ratio de crédito vencido há mais de 30 dias situou-se em 1.3% e estava coberto por provisões em 154%. O crédito vencido há mais de 90 dias representava 1.1% da carteira de crédito e estava provisionado em 176%.

Carteira de títulos e participações financeiras

Em 30 de Junho de 2002, a carteira de títulos e participações financeiras do Grupo BPI ascendia a 2 888 milhões de euros, ou seja, inferior em 21% face a 30 de Junho de 2001.

Em final de Junho a carteira de investimento de títulos e participações financeiras e a carteira de negociação representavam 5.2% e 6.6%, respectivamente, do total do activo.

Carteira de títulos líquida

Valores em milhões de euros

	30 Jun. 01	%	31 Dez. 01	%	30 Jun. 02	%
De negociação						
Obrigações de emissores públicos	1 016.2	27.7%	1 068.2	30.2%	1 246.1	43.1%
Obrigações de outros emissores	10.2	0.3%	0.5	0.0%	11.1	0.4%
Ações e outros títulos de rendimento variável	43.6	1.2%	54.8	1.6%	15.2	0.5%
Subtotal	1 070.0	29.2%	1 123.6	31.8%	1 272.4	44.1%
De investimento						
Obrigações de emissores públicos	425.4	11.6%	450.1	12.7%	257.0	8.9%
Obrigações de outros emissores	1 320.4	36.0%	1 186.4	33.6%	744.8	25.8%
Ações e outros títulos de rendimento variável	149.4	4.1%	100.6	2.8%	99.1	3.4%
Dos quais: acções preferenciais	67.5	1.8%	24.0	0.7%	22.7	0.8%
Participações financeiras ¹	698.6	19.1%	671.9	19.0%	515.6	17.9%
Provisões para risco-país	(0.4)	(0.0%)	(0.4)	(0.0%)	(0.4)	(0.0%)
Subtotal	2 593.5	70.8%	2 408.7	68.2%	1 616.0	55.9%
Total	3 663.5	100.0%	3 532.3	100.0%	2 888.4	100.0%

1) Exclui participações consolidadas pelo *equity method*.

Quadro 23

Indicadores seleccionados	
Títulos e participações financeiras (M.€)	2 888
Carteira de negociação em % do activo	5%
Carteira de investimento em % do activo	7%

A carteira de investimento em títulos de dívida, incluindo acções preferenciais¹, todas de instituições financeiras, é integrada predominantemente por títulos de emissores de reduzido risco de crédito.

Recursos captados

Os recursos totais de Clientes ascendiam no final de Junho de 2002 a 17 167 milhões de euros, o que correspondia a um crescimento de 2.4% em termos homólogos.

Os recursos de balanço cresceram 2.7% face a Junho de 2001, em resultado do aumento de 6.7% dos depósitos à ordem e de 1.7% dos depósitos a prazo e de poupança, enquanto os recursos fora de balanço cresceram 1.6%.

O peso dos recursos de balanço, no total de recursos de Clientes, ascendia a 72%, em Junho de 2002.

Recursos totais de Clientes

	30 Jun. 2001	31 Dez. 2001	30 Jun. 2002	Jun. 01 / Jun. 02	Dez. 01 / Jun. 02 ¹
	M. euros	M. euros	M. euros	Δ%	Δ%
Com registo no balanço					
Depósitos à ordem ²	3 863.1	4 400.3	4 123.5	6.7%	(12.6%)
Depósitos a prazo e de poupança ²	6 544.6	6 675.7	6 658.4	1.7%	(0.5%)
Produtos estruturados – capital seguro / risco limitado, e obrigações taxa fixa	1 629.0	1 573.8	1 579.7	(3.0%)	0.7%
Subtotal	12 036.8	12 649.8	12 361.6	2.7%	(4.6%)
Com registo fora do balanço					
Fundos de investimento ³	2 654.3	2 670.3	2 660.3	0.2%	(0.7%)
Planos poupança reforma (PPR) e planos poupança acções (PPA)	1 110.4	1 203.9	1 184.2	6.6%	(3.3%)
Seguros de capitalização	966.6	878.9	960.6	(0.6%)	18.6%
Subtotal	4 731.4	4 753.0	4 805.1	1.6%	2.2%
Recursos totais de Clientes	16 768.2	17 402.9	17 166.7	2.4%	(2.7%)

1) Taxas de variação anualizadas.

2) Os valores reportados excluem aplicações dos fundos de investimento e de uma sociedade gestora de produtos de capitalização, no montante total de 391.2 milhões de euros, em Junho de 2001, 418.3 milhões de euros, em Dezembro de 2001 e de 755.3 milhões de euros, em Junho de 2002.

3) Montantes corrigidos pelas unidades de participação nas carteiras dos bancos.

Quadro 24

Indicadores seleccionados

Recursos de	
Clientes (M.€)	17 167
Δ%	+2%
Recursos de balanço	12 362
Δ%	+3%

Capitais próprios

Em 30 de Junho de 2002 a situação líquida ascendia a 1 116 milhões de euros, o que correspondia a 4.5% do activo líquido.

No primeiro semestre de 2002 o BPI SGPS aumentou o capital de 645.6 milhões de euros para 760 milhões de euros, do qual resultou um encaixe 200.2 milhões de euros.

Na sequência da entrada em vigor, em Junho de 2002, do regime de provisionamento e dedução aos fundos próprios de menos-valias na carteira de participações financeiras, constituíram-se provisões de 4.5 milhões de euros, por abate contra reservas, e deduziram-se aos fundos próprios um montante de 6.8 milhões de euros, pelo que não se verificou qualquer impacto na conta de resultados.

Indicadores seleccionados

Situação líquida (M.€)	1 116
Em % do ATM	4.5%

1) As acções preferenciais são contabilizadas na carteira de acções e outros títulos de rendimento variável.

Evolução da situação líquida

Valores em milhões de euros

Situação líquida em 30 Jun. 2001	846.8
Lucro líquido no 2.º semestre de 2001	61.4
Goodwill pago na aquisição de participações	(0.2)
Outros	0.6
Situação líquida em 31 Dez. 2001	908.7
Dividendos distribuídos em 2002	(57.9)
Resultado líquido do 1.º sem. 2002	70.8
Encaixe do aumento de capital em 2002	200.2
Provisões para imobilizações financeiras	(4.5)
Outros	(1.2)
Situação líquida em 30 Jun. 2002	1 116.1

Quadro 25

Indicadores seleccionados

Ratio de requisitos de fundos próprios	10.4%
Tier I	7.2%
Ratio de solvabilidade (BIS)	11.7%

Solvabilidade

Em 30 de Junho de 2002, o ratio de requisitos de fundos próprios era de 10.4% e o Tier I era de 7.2%. O peso das acções preferenciais nos fundos próprios de base era de 20.5%.

O capital exigido para cobertura dos riscos associados à carteira de negociação e a posições em moeda estrangeira representa apenas 1.2% do total de requisitos de fundos próprios.

O ratio de solvabilidade, calculado segundo as normas do BIS, ascendia, em 30 de Junho de 2002, a 11.7% e o Tier I a 7.3%.

Ratio de requisitos de fundos próprios

Valores em milhões de euros

	30 Jun. 01	31 Dez. 01	30 Jun. 02
Capital, reservas e resultados	794.3	827.9	1 063.4
Acções preferenciais (interesses minoritários)	294.8	282.5	250.6
Contribuições para o fundo de pensões ainda não relevadas como custo	-	(41.3)	(52.3)
Imobilizações incorpóreas	(47.1)	(44.1)	(38.4)
Acções próprias	(0.7)	(1.7)	(7.1)
Outros (interesses minoritários)	5.3	4.9	5.0
Fundos próprios de base	1 046.7	1 028.3	1 221.1
Reservas de reavaliação	23.4	22.6	21.6
Dívida subordinada perpétua	263.9	139.4	138.3
Títulos de participação	18.5	17.7	16.8
Dívida subordinada	215.5	439.1	419.3
Fundos próprios complementares	521.4	618.8	595.9
Dedução de interesses em participações	(33.4)	(31.7)	(32.8)
Títulos adquiridos em operações de titularização	-	(5.7)	(5.0)
Menos valias não provisionadas em participações financeiras	-	-	(6.8)
Outras deduções	(8.3)	(8.8)	(10.1)
Deduções	(41.7)	(46.1)	(54.7)
Fundos próprios suplementares	1.5	1.2	0.4
Total de fundos próprios	1 527.9	1 602.1	1 762.8
Total de requisitos de fundos próprios			
Riscos de crédito (activos médios ponderados x 8%)	1 338.3	1 363.5	1 344.8
Riscos de mercado	36.0	35.3	15.5
Total de requisitos de fundos próprios	1 374.2	1 398.8	1 360.3
Requisitos totais x 12.5	17 178.0	17 484.6	17 003.8
Ratio de requisitos	8.9%	9.2%	10.4%
Tier I	6.1%	5.9%	7.2%

Quadro 26

Responsabilidades com pensões

Em 30 de Junho de 2002, os fundos de pensões do Grupo asseguravam o financiamento integral das responsabilidades por pensões, reconhecidas no balanço, e a cobertura a 93.6%, do total das responsabilidades com pensões.

No final de 2001, entrou em vigor um novo quadro regulamentar relativo à cobertura das responsabilidades com pensões (Aviso do Banco de Portugal n.º 12 / 2001). O novo regime determinou a não utilização, no cálculo do valor actual das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, da probabilidade dos Colaboradores saírem do activo, por invalidez, antes do tempo normal de reforma.

A alteração referida ocasionou um acréscimo no valor actual das responsabilidades com pensões de 90.1 milhões de euros, o qual está a ser financiado e reconhecido nas demonstrações financeiras, através de um plano de prestações uniformes com início em 2002 e por um período máximo de 20 anos, procedimento que mereceu o acordo do Banco de Portugal. Em 30 Junho de 2002, o montante que faltava financiar era de 89.0 milhões de euros.

Indicadores seleccionados

Responsabilidades com pensões reconhecidas no balanço (M.€)	1 297
Financiamento	100%

Grau de cobertura das responsabilidades com pensões

Valores em milhões de euros

	30 Jun. 01	31 Dez. 01	30 Jun. 02
Responsabilidades por pensões em pagamento	919.8	1 014.3	1 043.7
Responsabilidades por serviços passados de Colaboradores no activo	255.0	335.5	342.3
Total de responsabilidades com pensões	1 174.8	1 349.8	1 386.0
Responsabilidades com pensões não reconhecidas no balanço ¹	-	90.1	89.0
Total das responsabilidades reconhecidas no balanço²	1 174.8	1 259.7	1 297.0
Fundos de pensões	1 162.4	1 256.6	1 240.8
Contribuições a transferir para o fundo	12.8	3.2	56.2
Financiamento total	1 175.2	1 259.8	1 297.0
Financiamento das responsabilidades por pensões em pagamento pelos fundos de pensões	127.8%	124.2%	124.3%
Excesso de cobertura	255.3	245.6	253.4
Financiamento, pelo excesso de cobertura dos fundos, das responsabilidades (reconhecidas no balanço) por serviços passados de Colaboradores no activo²	100.1%	100.0%	100.0%
Financiamento das responsabilidades reconhecidas no balanço	100.0%	100.0%	100.0%
Financiamento das responsabilidades totais com pensões	100.0%	93.3%	93.6%

1) Acréscimo do valor das responsabilidades resultante da não utilização da probabilidade de saída do activo por invalidez (decrementos de invalidez). Estas responsabilidades serão financiadas e reconhecidas no balanço até 2021.

2) Responsabilidades com pensões a título de reforma por velhice e por invalidez.

Quadro 27

Análise de riscos

A gestão de riscos no Grupo BPI assenta na permanente identificação e análise da exposição a diferentes riscos, mediante a utilização de sistemas globais e integrados, e na execução de estratégias de maximização da rentabilidade dentro de limites de risco pré-estabelecidos e devidamente supervisionados.

Principais indicadores de risco relativo ao Grupo BPI em 30 de Junho de 2002:

- o crédito a Clientes e a instituições de crédito vencido e os títulos vencidos (há mais de 30 dias) ascendiam a 311 milhões de euros, representando 1.4% da carteira bruta destes activos, e estavam cobertos em 135% por provisões;
- a parcela de crédito a Clientes vencido há mais de 30 dias era de 204.6 milhões de euros, representava 1.3% da carteira e estava coberta por provisões em 154%;
- o crédito vencido a instituições de crédito, ascendia a 0.3 milhões de euros (excluindo o crédito provisionado a 100%) e estava garantido por depósitos cativos;
- os títulos vencidos, no montante de 0.3 milhões de euros, estavam provisionados em 86% por provisões específicas para títulos vencidos;
- a exposição ao risco-país sujeita a provisionamento estava, em média, coberta em 94%; o risco líquido perante não residentes era de 6.2 milhões de euros;
- o valor em risco de mercado máximo (VaR), no primeiro semestre de 2002, foi de 5.7 milhões de euros.

Risco de crédito

Clientes

O ratio de crédito vencido total aumentou de 1.0% em Junho de 2001 para 1.3%, em Junho de 2002.

Entre Junho de 2001 e Junho de 2002, o crédito vencido (ajustado de *write-offs*) aumentou 74.8 milhões de euros, enquanto as recuperações de crédito vencido abatido ao activo foram de 15.6 milhões de euros, do que resultou uma perda líquida de crédito de 59.2 milhões de euros (0.40% da carteira de crédito produtivo em Junho de 2001).

Do acréscimo de crédito vencido, 36.7 milhões de euros resultaram de uma situação específica de incumprimento, sendo que foram constituídas, para fazer face a essa situação, 17.8 milhões de euros de provisões que garantem a cobertura a 100% para os créditos sem garantias e a 25% para os créditos com garantia concedidos a essa entidade. Os restantes 38.1 milhões de euros representaram 0.26% da carteira de crédito produtivo em Junho de 2001.

Em 30 Junho de 2002, o crédito vencido total encontrava-se provisionado em 154%.

Qualidade da carteira de crédito a Clientes

Valores em milhões de euros

	30 Jun. 01	31 Dez. 01	30 Jun. 02
Carteira de crédito a Clientes no final do semestre (bruta)	14 887.1	15 471.0	16 186.6
Crédito vencido total no início do semestre	155.1	153.9	174.4
Acréscimo líquido de crédito vencido no semestre	15.4	23.7	51.1
Write-offs	(16.6)	(3.1)	(20.9)
Crédito vencido total no fim do semestre	153.9	174.4	204.6
Do qual: crédito vencido há mais de 90 dias	128.8	133.2	178.5
Provisões totais para crédito no início do semestre	263.7	270.7	279.8
Dotações (líquidas de reposições)			
Específicas para crédito vencido e cobrança duvidosa	10.1	9.1	35.5
Risco país	1.2	(3.2)	(1.2)
Genéricas para crédito	12.9	8.1	4.7
Transferências e reavaliação cambial ¹	(0.6)	(1.8)	16.5
Write-offs	(16.6)	(3.1)	(20.9)
Provisões totais para crédito	270.7	279.8	314.4
Crédito vencido em percentagem do crédito total no fim do semestre			
Ratio de crédito vencido total	1.0%	1.1%	1.3%
Ratio de crédito vencido há mais de 90 dias	0.9%	0.9%	1.1%
Cobertura por provisões			
Do crédito vencido total	175.9%	160.4%	153.6%
Do crédito vencido há mais de 90 dias	210.2%	210.0%	176.1%

1) Em 30 de Junho de 2002, a reavaliação cambial inclui 18.5 milhões de euros de provisões relativas à aquisição dos créditos do Fundo EFTA.

Quadro 28

O crédito vencido total, não integralmente provisionado, correspondia a 1.0% da carteira bruta (igualmente deduzida do crédito integralmente coberto por provisões) e a sua cobertura ascendia a 171%.

O quadro seguinte apresenta os ratios de crédito vencido por segmentos de mercado, bem como o contributo de cada segmento para a carteira de crédito bruta.

Crédito vencido por segmentos de mercado

	30 Jun. 01		31 Dez. 01		30 Jun. 02	
	em % do crédito bruto total	Ratio de crédito vencido	em % do crédito bruto total	Ratio de crédito vencido	em % do crédito bruto total	Ratio de crédito vencido
Banca Grossista ¹	21%	0.0%	20%	0.7%	19%	1.3%
Banca de Empresas						
Grandes empresas ¹	9.7%	0.2%	9.1%	0.5%	8.7%	0.7%
Médias empresas	13.3%	2.1%	12.4%	2.3%	12.2%	2.2%
Banca de Empresas	23.0%	1.3%	21.5%	1.5%	20.8%	1.5%
Crédito a particulares e pequenos negócios						
Crédito à habitação	29.7%	0.6%	32.5%	0.5%	34.8%	0.6%
Outro crédito a particulares e crédito a pequenos negócios	12.9%	1.8%	13.2%	2.0%	12.9%	2.1%
Crédito a particulares e pequenos negócios	42.6%	1.0%	45.7%	0.9%	47.6%	1.0%
Leasing	6.5%	0.8%	6.6%	1.2%	6.3%	1.3%
Factoring ²	1.7%	4.3%	2.0%	1.7%	1.8%	1.3%
Outros	4.7%	4.1%	4.2%	3.2%	4.0%	2.6%
	100.0%	1.0%	100.0%	1.1%	100.0%	1.3%

1) No primeiro semestre de 2002, na sequência da reorganização do negócio de Banca de Empresas, foi criada a área de Banca Grossista. Esta área passou a acompanhar os maiores clientes da Banca de Empresas em todas as suas vertentes - *corporate banking*, *Corporate Finance* e *Project Finance* - e a desenvolver a actividade de Banca Institucional. De forma a permitir a comparabilidade dos saldos em Junho de 2002, são apresentados valores pro-forma para Junho e Dezembro de 2001.

2) O montante de crédito vencido que comporta efectivo risco de cobrança no segmento *Factoring* é de 0.5 milhões de euros a que corresponde um ratio de crédito vencido de 0.2%. O restante crédito vencido de *Factoring* corresponde a moras técnicas.

Quadro 29

Títulos de rendimento fixo

Os títulos e juros vencidos, no montante de 0.3 milhões de euros, representavam, no final de Junho de 2002, 0.01% do total da carteira de obrigações bruta e estavam provisionados em 86% por provisões específicas para títulos vencidos. As provisões totais para títulos, incluindo provisões para risco-país, representavam 0.03% do total da carteira bruta.

A carteira de investimento, incluindo acções preferenciais¹, é integrada, predominantemente, por títulos de emissores de reduzido risco de crédito. Cerca de 66% da carteira tem notações de *rating* externas (implícito ou explícito nas notações de *rating* dos garantes e / ou dos colaterais das emissões), sendo que 99% têm classificação de *investment grade*. Do montante de títulos sem notações de *rating*, 72% corresponde a papel comercial, com garantias de instituições de crédito, sendo o risco associado avaliado pelo sistema de *rating* interno.

Instituições de crédito

Em Junho de 2002, do montante de 105.8 milhões de euros de crédito vencido, 105.5 milhões de euros estão integralmente provisionados e os restantes 0.3 milhões de euros estão garantidos por depósitos cativos.

A totalidade do crédito vencido respeita a crédito concedido a um banco central e é proveniente do balanço dos bancos comerciais adquiridos pelo Grupo em 1991 e 1996. Este crédito fora entretanto reescalonado, mas encontra-se actualmente em incumprimento.

Risco-país

A exposição sujeita a provisionamento nos termos das normas Banco de Portugal está, em média, coberta em 94%, do que resulta um risco líquido perante não residentes de 6.2 milhões de euros que representava 0.6% da situação líquida em Junho de 2002.

Da exposição a risco país líquida de garantias no montante de 339 milhões de euros, cerca de 67% (226 milhões de euros) está isento de provisões nos termos regulamentares, por corresponder a operações de curto prazo de financiamento de comércio externo ou a operações efectuadas com bancos multilaterais de desenvolvimento ou dispendo de seguro de risco político.

Exposição a países de risco (em 30 de Junho de 2002)

Valores em milhões de euros

País	Exposição líquida de garantias ¹	Exposição não sujeita a provisões ²	Exposição sujeita a provisões	Provisões	Exposição líquida de provisões
Angola	105.4		105.4	105.4	
Brasil	193.2	193.2			
Hungria	4.1		4.1	0.4	3.7
Marrocos	2.6		2.6	0.3	2.3
Turquia	9.7	9.7			
Outros ³	23.7	23.3	0.4	0.2	0.2
Total	338.7	226.2	112.5	106.2	6.2

1) Exposição líquida de garantias de residentes, nomeadamente da agência nacional de crédito à exportação, dos exportadores ou de depósitos.

2) Operações de curto prazo de financiamento de comércio externo ou operações com cobertura de risco político ou operações com bancos multilaterais de crédito

3) Cabo Verde, Argélia e Moçambique.

Quadro 30

1) As acções preferenciais são contabilizadas na carteira de acções e outros títulos de rendimento variável.

Risco de mercado

O valor em risco de mercado (VaR) máximo, no primeiro semestre de 2002, foi de 5.7 milhões de euros o que correspondeu a 0.5% da situação líquida em 30 Junho de 2002.

O risco de mercado assumido pelo Grupo BPI em geral (e o que resulta de posições de *trading* em acções, mercado monetário e obrigações e mercado cambial em particular) é gerido pelo Banco de Investimento, em cujo balanço é, preferencialmente, registado.

Risco de mercado global¹

Valores em milhões de euros

	1.º Sem. 01	2.º Sem. 01	1.º Sem. 02
VaR (média mensal)	3.5	2.8	2.8
Risco de taxa de Juro	2.7	2.7	2.5
Risco cambial	0.6	0.3	0.3
Risco de acções	2.0	1.0	1.8
Risco de mercadorias	0.03	0.06	0.04
VaR (máximo)	5.9	6.6	5.7

1) Perda máxima potencial, com um nível de confiança de 99%, resultante de uma evolução desfavorável dos preços, índices e taxas de juro num horizonte temporal de duas semanas, considerando no cálculo do risco global o efeito da correlação dos retornos. É assumida uma distribuição normal dos retornos.

Quadro 31

Ao longo do primeiro semestre de 2002, as posições em risco de mercado foram sempre mantidas dentro dos limites de exposição fixados pelo Conselho de Administração.

Rating

A estratégia, posição competitiva, solidez financeira e capacidade de geração de resultados do Grupo BPI continuaram a merecer, de entidades independentes e reputadas – a Fitch-IBCA, a Moody's e a Standard & Poor's – uma avaliação que se consubstancia em elevadas notações de *rating*.

Notações de rating

Em 30 de Junho de 2002

	Moody's		Fitch-IBCA		Standard & Poor's	
	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo ¹	Longo prazo	Curto prazo
Banco BPI	A2	P-1	A+	A1	A-	A-2
Banco Português de Investimento			A+	A1	A-	A-2
BPI SGPS			A	A1	A-	A-2

1) A1+, A1, A2, A3, B, C – escala de *rating* usada para Portugal em substituição de F1+, F1, F2, F3, B,C.

Quadro 32

Fitch Ratings: A+ Crédito de elevada qualidade. Os *ratings* denotam uma baixa expectativa de risco de crédito. (+ significa um posicionamento superior na classe A).

Moody's: A2 Títulos com *rating* A possuem muitos atributos favoráveis e devem ser considerados investimentos de nível médio / superior. (2 significa um posicionamento central na classe A).

Standard & Poor's: A- Uma entidade com *rating* A possui uma forte capacidade para cumprir as suas obrigações financeiras. (- significa um posicionamento na parte inferior da classe A).

Acções BPI SGPS

Resultados por acção

O lucro líquido por acção do Grupo BPI, no primeiro semestre de 2002, ascendeu a 0.10 euros, o que corresponde a uma redução de 3.9% face ao semestre homólogo de 2001.

O *cash flow* obtido por acção, descontados os impostos, situou-se em 0.20 euros, 14.0% superior face ao primeiro semestre de 2001.

O valor contabilístico de cada acção fixou-se, em 30 de Junho de 2002, em 1.47 euros, o que representa um crescimento de 17.8% face a Junho do ano anterior.

Cotação em bolsa

As acções BPI SGPS registaram, na última sessão de bolsa de Junho de 2002 da Euronext-Lisboa, o preço de fecho de 2.46 euros, o que representa uma valorização de 14.5% durante o primeiro semestre do corrente ano, enquanto que o mercado (medido pelo índice PSI20), em igual período, se desvalorizou 13.1%.

Liquidez

No primeiro semestre de 2002, as acções BPI SGPS originaram um volume de negócios de 381.2 milhões de euros, que corresponde a um volume transaccionado médio diário de 3.2 milhões de euros.

As acções BPI SGPS situaram-se, nos primeiros 6 meses de 2002, no 10.º lugar, no *ranking* por volume de negócios na Euronext-Lisboa, com uma quota de 2.9%.

Capitalização bolsista

O valor de mercado do Grupo BPI, determinado pela sua capitalização bolsista, ascendia a 1 870 milhões de euros, no final de Junho de 2002. Nesta data, o Grupo BPI era a 6.ª maior empresa com acções cotadas na Euronext-Lisboa, com um peso de 4.2% na capitalização global do mercado.

No segundo trimestre de 2002, o BPI SGPS procedeu ao aumento do capital social de 645.6 milhões de euros para 760 milhões de euros, através de uma emissão reservada a accionistas, integralmente subscrita e realizada. O encaixe obtido ascendeu a 200.2 milhões de euros.

As novas acções foram admitidas à cotação e negociação em bolsa em 19 de Junho.

Deste modo, o capital social passou a estar representado por 760 milhões de acções, com valor nominal unitário de 1 euro e todas admitidas à negociação em bolsa.

Principais indicadores das acções BPI SGPS (Montantes em euros e milhões de euros, excepto quando indicado de outra forma)

	1.º Sem. 01	2.º Sem. 01	1.º Sem. 02
Valores por acção (euros)			
Cash flow após impostos	0.18	0.22	0.20
Lucro líquido	0.11	0.09	0.10
Valor contabilístico	1.25	1.34	1.47
N.º médio ponderado de acções (em milhões)	679.0	679.0	696.5
Cotações de referência das acções do BPI SGPS (euros)			
Cotação máxima	3.83	2.70	2.63
Cotação média	3.22	2.24	2.45
Cotação mínima	2.53	1.81	2.06
Cotação de fecho	2.61	2.15	2.46
Evolução no semestre das acções do BPI SGPS e de índices de referência			
BPI SGPS	(18.0%)	(17.5%)	14.5%
Índice PSI Serviços Financeiros	(13.1%)	(1.7%)	(9.8%)
Índice PSI-20	(20.5%)	(5.4%)	(13.1%)
Liquidez			
Volume transaccionado no semestre (M. euros)	198.4	192.5	381.2
Rotação do capital	9.1%	12.6%	22.9%
Volume transaccionado médio diário (M. euros)	1.6	1.6	3.2
Valor de mercado do Grupo BPI			
Capitalização bolsista no final do semestre (M. euros)	1 769.0	1 459.1	1 869.6

Nota: cotações ajustadas pelo aumento de capital realizado no primeiro semestre de 2002.

Quadro 33

Principais accionistas

Accionistas com participações superiores a 2% do capital do BPI SGPS

Em 30 de Junho de 2002

Accionista	N.º de acções detidas	% do capital detida	% dos direitos de voto (de acordo com o código MVM)
Grupo Itaú ¹	114 619 877	15.1%	15.1%
Grupo La Caixa ¹	113 956 379	15.0%	15.1%
Grupo Allianz	65 659 233	8.6%	8.7%
Grupo Sonae	32 772 558	4.3%	4.3%
Clearstream Banking S.A., Luxembourg ²	30 990 097	4.1%	4.1%
Grupo Arsopi	22 547 249	3.0%	3.0%
Grupo Violas	21 681 062	2.9%	2.9%
Caixa Geral de Depósitos	17 708 889	2.3%	2.3%
The Chase Manhattan Bank ²	17 318 213	2.3%	2.3%
PensõesGere - S.G.F.P.	16 984 263	2.2%	2.2%

Nota: Em 26 de Junho de 2002, o BPI SGPS comunicou ao mercado ter sido informado pelo Quadro 34

Banco Totta & Açores, S.A. de que a sua participação no BPI-SGPS, S.A., calculada nos termos conjugados do artigo 16.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º, ambos do Cod.VM, ascendia a 38 021 614 acções, representativa de 5.0028% dos direitos de voto nesta sociedade. A referida participação incluía 27 689 939 acções detidas directamente pelo Banco Totta & Açores, S.A., através da sua Sucursal de Londres, adquiridas no âmbito de uma operação de reporte celebrada com a Sonae Investments BV. Nos termos do aludido contrato de reporte, e conforme oportuna comunicação da Sonae e do Banco Totta, a alienação de 27 689 939 de acções [a que correspondem 3.64% dos direitos de voto] é meramente transitória, devendo as acções ser recompradas a qualquer momento por iniciativa da Sonae Investments BV até à data do termo da vigência do contrato. A Sonae Investments BV mantém o exercício dos direitos de voto.

1) De acordo com disposição estatutária, os direitos de voto, para efeitos do seu exercício, estão limitados a 12.5%.

2) Banco de custódia.

Acções próprias

No primeiro semestre de 2002, o Banco Português de Investimento, S.A., – entidade detida a 100% pelo BPI SGPS – adquiriu, em bolsa, 3 262 702 acções (no valor de 8 346 521 euros) e alienou, em bolsa, 3 621 477 acções BPI SGPS (no valor de 9 412 810 euros). Estes valores corresponderam a 0.5% e 0.6% do capital social do BPI SGPS existente, respectivamente, e a 2.2% e 2.4% da quantidade total de acções BPI SGPS transaccionadas em bolsa.

Destas transacções, 976 781 acções adquiridas e 1 075 259 alienadas destinaram-se à cobertura de posições nos futuros do PSI20, ou seja, 0.15% e 0.16% do capital do BPI SGPS, respectivamente.

Em 30 de Junho de 2002, o Banco Português de Investimento detinha 396 658 acções BPI SGPS, ou seja, 0.05% do capital.

Por seu lado, o BPI SGPS, no âmbito do programa de remuneração variável dos Colaboradores e Administradores de 2001, através da atribuição de acções e opções de compra de acções (RVA), adquiriu, em bolsa, 3 282 489 acções (no valor de 8 654 632 euros) e alienou, em bolsa, 200 286 acções BPI SGPS (no valor de 494 735 euros). Estes valores corresponderam a 0.5% e 0.03% do capital social do BPI SGPS existente, respectivamente, e a 2.2% e 0.1% da quantidade total de acções BPI SGPS transaccionadas em bolsa. Na sequência da execução do RVA 2001, alienou, fora de bolsa, a Colaboradores, 589 806 acções BPI SGPS que corresponderam a 0.09% do capital social existente.

Em 30 de Junho de 2002, o BPI SGPS detinha 2 492 397 acções BPI SGPS, ou seja, 0.3% do capital, destinadas exclusivamente à cobertura do programa de remuneração variável em acções e opções.

As restantes subsidiárias sobre as quais o BPI SGPS detém o controlo efectivo de gestão, não adquiriram nem alienaram qualquer acção representativa do seu capital social e, em final de Junho de 2002, não detinham em carteira acções BPI SGPS.

Porto, 3 de Setembro de 2002

A Comissão Executiva do Conselho de Administração

Demonstrações financeiras consolidadas

"A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 250 do Código dos Valores Mobiliários, dispensou a publicação da informação semestral individual.

Os documentos de prestação de contas semestrais alvo desta dispensa encontram-se disponíveis para consulta, juntamente com os restantes, na sede desta Sociedade."

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2002 E 2001

ACTIVO	Notas	2002			2001
		Valor bruto	Amortizações e provisões	Valor líquido	Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.1	451 964		451 964	268 422
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	4.2	324 503		324 503	257 485
Outros créditos sobre instituições de crédito	4.3	3 404 474	105 599	3 298 875	3 617 804
Créditos sobre Clientes	4.4	16 186 605	126 222	16 060 383	14 789 768
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
Emissores públicos	4.5	1 503 088	30	1 503 058	1 441 584
Outros emissores	4.5	758 874	3 436	755 438	1 330 174
Acções e outros títulos de rendimento variável	4.6	131 433	17 108	114 325	193 079
Partes de capital em empresas associadas	4.7	109 312	1 121	108 191	90 374
Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação	4.8	47 898		47 898	48 394
Outras participações financeiras	4.9	523 926	8 325	515 601	698 615
Imobilizações incorpóreas	4.10	104 472	85 629	18 843	23 906
Imobilizações corpóreas	4.11	616 433	321 927	294 506	310 130
Das quais: [Imóveis]		[296 802]	[110 867]	[185 935]	[196 240]
Acções próprias		7 263	156	7 107	668
Outros activos	4.12	294 660	38 191	256 469	225 826
Contas de regularização	4.13	896 580		896 580	739 930
Total do activo		25 361 485	707 744	24 653 741	24 036 159

RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Garantias prestadas e outros passivos eventuais	4.28		3 322 995	3 125 821
Dos quais:				
[Garantias e avales]			[3 247 463]	[3 026 506]
[Outros]			[75 532]	[99 315]
Compromissos	4.28		3 155 364	3 475 099

O Técnico Oficial de Contas

(Montantes expressos em milhares de euros)

PASSIVO E CAPITALS PRÓPRIOS	Notas	2002	2001
Débitos para com instituições de crédito			
À vista	4.14	26 205	47 204
A prazo ou com pré-aviso	4.14	6 188 455	6 586 809
Débitos para com Clientes			
Depósitos de poupança	4.15	825 379	780 121
Outros débitos			
À vista	4.15	4 587 869	4 203 389
A prazo	4.15	6 201 344	6 558 685
Débitos representados por títulos			
Obrigações em circulação	4.16	3 573 785	3 094 766
Outros passivos	4.17	181 370	146 667
Contas de regularização	4.18	795 323	671 953
Provisões para riscos e encargos			
Provisões para pensões e encargos similares	4.19	11 191	6 763
Outras provisões	4.19	245 757	189 320
Fundo para riscos bancários gerais	4.19	10 851	5 145
Passivos subordinados	4.21	629 255	587 715
Interesses minoritários	4.22	260 854	310 848
Capital subscrito	4.23	760 000	645 625
Prémios de emissão	4.24	286 833	201 052
Reservas	4.25	(1 515)	(71 737)
Lucro consolidado do período	4.36	70 785	71 834
Total do passivo e dos capitais próprios		24 653 741	24 036 159

As notas anexas fazem parte integrante destes balanços.

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2002 E 2001**

CUSTOS	Notas	2002	2001
Juros e custos equiparados	4.29	531 717	615 109
Comissões	4.30	9 654	7 499
Prejuízos em operações financeiras	4.31	517 455	708 156
Gastos gerais administrativos			
Custos com o pessoal	4.32	144 500	145 073
Outros gastos administrativos		77 759	78 987
Amortizações do período	4.10 / 4.11	25 789	25 407
Outros custos de exploração	4.33	3 441	3 446
Provisões para crédito vencido e para outros riscos	4.27	59 747	40 780
Provisões para imobilizações financeiras	4.27	32	4 413
Perdas extraordinárias	4.34	24 888	84 651
Impostos sobre os lucros	4.35	21 656	23 615
Outros impostos		1 037	1 846
Interesses minoritários no lucro do período	4.22	5 336	10 895
Lucro consolidado do período	4.36	70 785	71 834
		1 493 796	1 821 711

O Técnico Oficial de Contas

(Montantes expressos em milhares de euros)

PROVEITOS	Notas	2002	2001
Juros e proveitos equiparados	4.29	770 643	852 860
Rendimento de títulos	4.29	9 990	16 367
Comissões	4.30	101 512	98 310
Lucros em operações financeiras	4.31	524 015	722 407
Reposições e anulações de provisões	4.27	13 885	20 595
Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação		5 398	9 438
Outros proveitos de exploração	4.33	34 737	30 752
Ganhos extraordinários	4.34	33 616	70 982

	1 493 796	1 821 711
--	-----------	-----------

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR FUNÇÕES
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2002 E 2001**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	2002	2001
Margem financeira	238 926	237 751
Provisões para risco de crédito	(38 494)	(24 575)
Margem financeira líquida	200 432	213 176
Comissões líquidas	91 859	90 812
Outros resultados de exploração líquidos	30 259	25 460
Margem de serviços	122 118	116 272
Rendimento de títulos	9 990	16 367
Resultados consolidados pelo método da equivalência patrimonial	5 398	9 438
Resultados em operações financeiras	6 560	14 251
Provisões para depreciação de títulos	(2 843)	(1 941)
Resultados antes de custos de transformação	341 655	367 563
Custos com o pessoal	(144 500)	(145 073)
Outros gastos administrativos	(77 759)	(78 987)
Amortizações do período	(25 789)	(25 407)
Custos de transformação	(248 048)	(249 467)
Resultado operacional	93 607	118 096
Outras provisões	(4 557)	1 918
Resultados na alienação de participações	20 523	82
Outros resultados extraordinários	(11 796)	(13 752)
Resultados antes de impostos e interesses minoritários	97 777	106 344
Impostos	(21 656)	(23 615)
Interesses minoritários	(5 336)	(10 895)
Lucro consolidado do período	70 785	71 834

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em milhares de euros)

	2002	2001
Actividades operacionais		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	1 070 692	1 460 159
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(662 569)	(1 142 659)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(222 376)	(140 960)
Recuperações de crédito e juros vencidos	6 927	10 187
Resultados extraordinários operacionais	(22 554)	(189)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos	170 120	186 538
Diminuições (aumentos) em:		
Outros créditos sobre instituições de crédito	214 125	(927 575)
Créditos sobre Clientes	(721 864)	(1 410 000)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	446 802	(332 818)
Acções e outros títulos de rendimento variável	31 714	99 492
Outros activos e contas de regularização	26 125	(94 083)
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais	(3 098)	(2 664 984)
Aumentos (diminuições) em:		
Débitos para com instituições de crédito – a prazo ou com pré-aviso	(460 812)	677 790
Débitos para com Clientes	(438 523)	426 347
Outros passivos e contas de regularização	(23 470)	40 445
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	(922 805)	1 144 582
Contribuições para Fundos de Pensões	(3 231)	(14 852)
Pagamento de impostos sobre lucros	(34 881)	(13 574)
	(793 895)	(1 362 290)
Actividades de investimento		
Aquisição / constituição de partes de capital		
Aquapor - Serviços, S.A.	(1 740)	
Douro – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.		(3 366)
Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.		(25 481)
Aquisições de participações e outras imobilizações financeiras	(10 966)	(3 227)
Vendas de participações e outras imobilizações financeiras	186 899	4 328
Aquisições de imobilizado incorpóreo e corpóreo	(18 863)	(22 126)
Vendas de imobilizado corpóreo:		
Imóveis de serviços próprio	289	698
Outros	1 437	589
Outras variações em imobilizado corpóreo e incorpóreo	(372)	997
Dividendos recebidos e outros proveitos	15 838	12 715
	172 522	(34 873)
Actividades de financiamento		
Emissões de dívida titulada e subordinada	666 727	1 356 748

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

(Montantes expressos em milhares de euros)

	2002	2001
Amortizações de dívida titulada	(264 979)	(286 175)
Aquisições e vendas de dívida titulada e subordinada própria	67 444	58 654
Aumento de capital		
Valor nominal	114 375	
Prémios de emissão	85 781	
Juros de dívida titulada e subordinada	(51 353)	(50 013)
Distribuição de dividendos de acções preferenciais	(5 322)	(10 972)
Distribuição de dividendos	(57 875)	(58 097)
	554 798	1 010 145
Aumento (diminuição) de caixa e seus equivalentes	(66 575)	(387 018)
Caixa e seus equivalentes no início do período	816 837	865 721
Caixa e seus equivalentes no fim do período	750 262	478 703

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

O Técnico Oficial de Contas

Domingos António Baptista Vieira

O Conselho de Administração

Presidente Artur Santos Silva

Vice-Presidentes Carlos da Câmara Pestana
Fernando Ulrich
Ruy Matos de Carvalho

Vogais Alfredo Rezende de Almeida
António Seruca Salgado
António Domingues
Armando Leite de Pinho
Fernando Ramirez
Isidro Fainé Casas
João Sanguinetti Talone
José Pena do Amaral
Klaus Dührkop
Manuel de Oliveira Violas
Diethart Breipohl
Roberto Egidio Setúbal
Tomás Jervell
Maria Celeste Hagatong
Manuel Ferreira da Silva

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2002 e 2001

(Montantes expressos em milhares de euros – m. euros – excepto quando expressamente indicada outra unidade)

1. GRUPO FINANCEIRO

O BPI – SGPS, S.A. (BPI SGPS) é uma sociedade gestora de participações sociais que resultou da transformação, em 30 de Novembro de 1995, do BPI – Banco Português de Investimento, S.A. e que exerce, em exclusivo, as funções de *holding* do Grupo BPI.

O BPI – Banco Português de Investimento, S.A. foi o primeiro banco de investimento privado criado após a reabertura do exercício da actividade bancária à iniciativa privada ocorrida em 1984 e resultou da transformação em banco de investimento, por escritura pública de Dezembro de 1984, da SPI – Sociedade Portuguesa de Investimentos, S.A.R.L., a qual havia iniciado a sua actividade em 1981.

O BPI SGPS é a entidade central de um Grupo Financeiro, centrado na actividade bancária, multiespecializado, que oferece um extenso conjunto de serviços e produtos financeiros para empresas, investidores institucionais e particulares. O BPI SGPS está cotado em Bolsa desde 1986.

Em 30 de Junho de 2002, a actividade bancária do Grupo é desenvolvida, principalmente, através do Banco Português de Investimento, S.A. (BPI Investimentos), na área da banca de investimento e do Banco BPI, S.A., na área da banca comercial. O Grupo BPI controla a totalidade do capital social destes bancos.

O BPI SGPS detém, directa e indirectamente, participações financeiras em empresas filiais e associadas. São consideradas empresas filiais aquelas em que a percentagem de participação excede 50% do seu capital. Empresas associadas são aquelas em que a percentagem de participação se situa entre 20% e 50% do seu capital ou em que o BPI SGPS, directa ou indirectamente, exerce uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira (nota 4.7).

Em 2001, o Grupo BPI passou a deter a totalidade do capital social da Douro – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., através de uma oferta pública de aquisição de acções desta sociedade, de aquisição directa e de uma aquisição potestativa nos termos do disposto no artigo 194.º do *Código dos Valores Mobiliários*.

No decurso do primeiro semestre de 2001, o Grupo BPI subscreveu parte de um aumento do capital social da Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda., tendo, em consequência, elevado a sua participação para 26% do capital social daquela sociedade.

Durante o segundo semestre de 2001, o BPI SGPS absorveu, por fusão, a BPI Capital – SGPS, S.A., a BPI Participações – SGPS, S.A. e a BPI Private Equity, SGPS, S.A. Para efeitos contabilísticos, a fusão produziu efeitos a partir de 1 de Julho de 2001.

Durante o segundo semestre de 2001, o Grupo BPI vendeu a participação que detinha na Luságua Gestão de Águas, S.A. correspondente a 30% do capital social desta sociedade.

No decurso do segundo semestre de 2001, o BPI SGPS constituiu a BPI Madeira, SGPS, Unipessoal, S.A. O capital social desta sociedade é de 150 000 m. euros e é integralmente detido pelo Grupo BPI.

No segundo semestre de 2001, a participação que o Banco BPI detem na Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. passou a ser incluída no Grupo BPI.

Durante o primeiro semestre de 2002, o Grupo BPI constituiu a BPI (Suisse), S.A. O capital social desta sociedade é de 1 500 000 francos suíços e é detido em 99.87% pelo Grupo BPI.

Durante o primeiro semestre de 2002, o BPI SGPS subscreveu integralmente o aumento do capital social da BPI – Ventures, SGPS, S.A., de 25 000 m. euros para 65 000 m. euros, por conversão de prestações suplementares de capital.

Em 30 de Junho de 2002, as sociedades que integram o Grupo BPI são:

	Sede	Capitais próprios	Activo	Lucro (prejuízo) do período	Participação directa (%)	Participação efectiva (%)	Método de consolidação
Holding							
BPI – SGPS, S.A.	Portugal	1 319 757	1 592 748	29 501			Integr. global
Bancos							
Banco Português de Investimento, S.A.	Portugal	305 319	6 347 450	229	100.0%	100.0%	Integr. global
Banco BPI, S.A.	Portugal	974 963	22 652 600	42 283	48.6%	100.0%	Integr. global
Banco de Fomento, S.A.R.L.	Moçambique	11 385	102 126	2 047	1.5%	100.0%	Integr. global
Banc Post S.A.	Roménia	99 481	585 796	3 070		17.0%	Eq. patrimonial
Crédito especializado							
BPI Leasing – Sociedade de Locação Financeira, S.A.	Portugal	55 941	1 032 035	2 374		100.0%	Integr. global
BPI Factor – Sociedade Portuguesa de Factoring, S.A.	Portugal	12 219	294 182	1 107		100.0%	Integr. global
BPI Rent – Comércio e Aluguer de Bens, Lda.	Portugal	501	378 035	(3 397)	100.0%	100.0%	Eq. patrimonial
Eurolocação – Comércio e Aluguer de Veículos e Equipamento, S.A.	Portugal	401	495	3	100.0%	100.0%	Eq. patrimonial
BPI Locação de Equipamentos, Lda.	Portugal	(3 543)	42 423	(1 267)	97.0%	100.0%	Eq. patrimonial
Gestão de activos e corretagem							
BPI Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem, S.A.	Portugal	9 809	14 762	4 293	100.0%	100.0%	Integr. global
BPI Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem (Moçambique), S.A.R.L.	Moçambique	78	436		11.5%	100.0%	Integr. global
BPI Fundos – Gestão de Fundos de Investimento Mobiliários, S.A.	Portugal	11 671	17 619	6 308	100.0%	100.0%	Integr. global
BPI – Global Investment Fund Management Company, S.A.	Luxemburgo	675	723	510		100.0%	Integr. global
BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal	3 670	4 435	896		100.0%	Eq. patrimonial
Sofinac – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Portugal	1 001	1 181	101		100.0%	Integr. global
BPI (Suisse), S.A.	Suíça	1 000	1 100	(19)		99.87%	Integr. global
Capital de risco / desenvolvimento							
F.Turismo – Capital de Risco, S.A.	Portugal	5 222	5 326	78		25.0%	Eq. patrimonial
Inter-Risco – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Portugal	22 768	27 335	(590)		83.7%	Integr. global
Dixit – Investimentos Estratégicos SGPS, S.A.	Portugal	(48 987)	144 549	(61 097)	100.0%	100.0%	Integr. global
Solo – Investimentos em Comunicação, SGPS, S.A.	Portugal	35	114 420	(5)	45.0%	45.0%	Eq. patrimonial
BPI Ventures SGPS, S.A.	Portugal	15 945	170 567	(5 028)	100.0%	100.0%	Integr. global
Seguros							
BPI Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal	34 161	1 114 608	432		100.0%	Eq. patrimonial
Cosec – Companhia de Seguros de Crédito, S.A.	Portugal	24 188	115 651	1 853		50.0%	Eq. patrimonial
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	Portugal	108 997	814 633	143		35.0%	Eq. patrimonial
Outras							
BFE Investimentos – Sociedade de Investimentos, S.A.	Portugal	14 136	14 188	97		100.0%	Integr. global
BPI Capital Finance Ltd. ¹	Ilhas Cayman	255 878	255 879	5 240	100.0%	100.0%	Integr. global
BPI, Inc. ²	E.U.A.	123	289	9	100.0%	100.0%	Eq. patrimonial
BPI Madeira, SGPS, Unipessoal, S.A.	Portugal	150 000	150 017		100.0%	100.0%	Integr. global
CrediUnivero – Serviços de Marketing, S.A.	Portugal	1 962	6 854	302	49.9%	50.0%	Integr. global
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.	Portugal	1 331	5 682	(1 233)		25.0%	Eq. patrimonial
Douro – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Portugal	3 877	3 989	26	100.0%	100.0%	Eq. patrimonial
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	Portugal	41 517	180 847	6 797		32.8%	Eq. patrimonial
Promática – Sociedade de Informação e de Organização de Empresas, S.A.	Portugal	1 194	1 753	310	100.0%	100.0%	Eq. patrimonial
Simofer – Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Construção Civil, Lda.	Portugal	(5 054)	1 252	(2)	100.0%	100.0%	Eq. patrimonial
Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.	Portugal	53 128	59 573	7 295		26.0%	Eq. patrimonial

Nota: Os valores reportam-se a 30 de Junho de 2002 (salos contabilísticos, antes de ajustamentos de consolidação) excepto se outra data for explicitada.

1) O capital social está representado por 5 000 acções ordinárias com o valor nominal de 1 dólar americano cada e por 10 000 000 de acções preferenciais, sem direito de voto, com o valor nominal de 25 dólares americanos cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Grupo BPI nesta empresa é de 0.002%.

2) Valores relativos a 30 de Setembro de 2001 resultantes da conversão de dólares americanos ao câmbio de 30 de Junho de 2002.

2. COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO, BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO

Em 30 de Junho de 2001, as demonstrações financeiras consolidadas reconhecem a amortização, por contrapartida de reservas, das despesas com custo diferido relativas à cobertura do acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas realizadas em 1999 e 2000 e ainda não amortizadas em 31 de Dezembro de 2000, bem como do acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas realizadas no primeiro semestre de 2001.

Este procedimento mereceu o acordo do Banco de Portugal e tem os seguintes efeitos sobre as rubricas de balanço:

Reservas	(80 402)
Contas de regularização (activo)	(80 402)

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do BPI SGPS e das suas filiais e associadas e foram processadas de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, estabelecido pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo n.º 1 do artigo 115.º do *Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298 / 92, de 31 de Dezembro, bem como com o regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 36 / 92, de 28 de Março. Adicionalmente, foram efectuados ajustamentos de consolidação de forma a corrigir a aplicação de certos princípios contabilísticos.

PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras das empresas filiais são consolidadas pelo método de integração global, excepto se a sua integração não permitir que as demonstrações financeiras consolidadas dêem uma imagem fiel do património, da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação (n.º 1 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 36 / 92, de 28 de Março). As transacções e os saldos significativos entre as empresas cujas demonstrações financeiras são objecto de consolidação são eliminados no processo de consolidação e o valor do capital, das reservas e dos resultados correspondente à participação de terceiros nestas empresas é apresentado na rubrica INTERESSES MINORITÁRIOS.

As demonstrações financeiras das empresas filiais excluídas da integração global nos termos da excepção ao princípio anteriormente referido bem como as das empresas associadas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial, correspondendo o valor da participação a uma percentagem do capital, das reservas e dos resultados equivalente à percentagem da participação, directa ou indirecta, do BPI SGPS nessas empresas.

As demonstrações financeiras das empresas filiais ou associadas inactivas, em que as corresponsáveis participações tenham a natureza de aplicações de capital de desenvolvimento ou quando haja a intenção de alienar tais participações são excluídas da consolidação e de reavaliação por equivalência patrimonial.

A inclusão das demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira é precedida da sua conversão para euros com base no câmbio de divisas, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal, sendo o efeito cambial originado na conversão reconhecido como resultado do exercício.

A inclusão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com a *Norma Internacional de Contabilidade 29* para as economias hiperinflacionárias é precedida da reclassificação para resultados do exercício do impacto da reexpressão dos capitais próprios em preços correntes.

Os valores de *goodwill* e *badwill*, decorrentes da diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das empresas filiais e associadas na data da primeira consolidação, foram totalmente

amortizados no ano de aquisição ou da primeira consolidação por contrapartida de reservas.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do BPI SGPS e das empresas do Grupo, estes na proporção da participação efectiva e do período de detenção respectivos após se efectuarem os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de proveitos e custos gerados em transacções realizadas entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação.

As participações de capital que não são objecto de consolidação pelo método de integração global ou de reavaliação pelo método de equivalência patrimonial registam-se de acordo com o critério definido na nota 2.4.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2002 e 2001.

2.1. Especialização de exercícios

Os juros das operações activas e das operações passivas são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Porém, os juros vencidos e não cobrados são contabilizados como juros vencidos a regularizar na data em que a cobrança se deveria ter efectivado, ficando a aguardar, pelo período máximo de 30 dias, a respectiva regularização. Decorrido este prazo, são anulados os juros contados a partir da última prestação de juros paga e é suspensa a contabilização dos juros em contas de proveitos relativamente ao capital registado em crédito vencido, com excepção das operações de crédito com garantia hipotecária cujos juros são registados até à data em que passam a ser consideradas em situação de contencioso.

As despesas com campanhas de publicidade relacionadas com o lançamento de produtos de médio e longo prazo e da marca do Banco BPI são registadas como despesas com custo diferido quando efectuadas e repartidas como custos com fornecimentos de terceiros nos trinta e seis meses seguintes.

Os dividendos são reconhecidos quando são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Os outros proveitos e os outros custos são também reconhecidos de acordo com o referido princípio contabilístico da especialização de exercícios, excepto no caso das responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência que são registados segundo o descrito na política contabilística 2.12.

2.2. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas são contabilisticamente relevadas pelo custo de aquisição ou pelo valor de reavaliação, calculado nos termos da legislação aplicável, sendo a contrapartida do saldo resultante dos movimentos contabilísticos inerentes aos processos de reavaliação registada numa rubrica dos capitais próprios denominada RESERVAS DE REAVALIAÇÃO.

As imobilizações corpóreas são amortizadas pelo método das quotas anuais constantes e das quotas anuais degressivas, por duodécimos, às taxas máximas aceites fiscalmente como custo, as quais têm subjacente o número de anos de vida útil esperada para os diferentes tipos de imobilizado como a seguir se indica:

	Anos de vida útil
Imóveis	20 a 50
Imobilizações não passíveis de recuperação efectuadas em edifícios arrendados	3 a 10
Equipamento	3 a 12
Outras imobilizações corpóreas	4 a 10

Nos termos da lei, uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resulta das reavaliações registadas não é considerada como custo para efeitos fiscais. Os correspondentes impostos diferidos passivos não são registados.

Os imóveis recebidos em dação em cumprimento de crédito vencido são registados na rubrica OUTROS ACTIVOS pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação em cumprimento do crédito. Estes imóveis são mantidos no activo até serem vendidos e são objecto de avaliações periódicas que dão lugar à constituição de provisões sempre que o valor decorrente dessas avaliações seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

2.3. Imobilizações incorpóreas

O Grupo BPI tem por política registar nesta rubrica as despesas notariais, de registo e despesas relacionadas com aumentos de capital, bem como as despesas com estudos e projectos (nomeadamente estudos de consultoria e *software*) elaborados por terceiros cujo impacto se repercute para além do exercício em que são realizados.

As imobilizações incorpóreas são amortizadas pelo método das quotas anuais constantes, por duodécimos, às taxas máximas aceites fiscalmente como custo, as quais, em geral, têm subjacente um período de amortização de três anos.

2.4. Participações

As participações em empresas cujas demonstrações financeiras não são consolidadas nem reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial encontram-se registadas ao custo de aquisição.

Até 30 de Junho de 2002 (exclusivé), a constituição de provisões para menos valias potenciais em participações financeiras foi efectuada nos termos do *Aviso do Banco de Portugal* n.º 3 / 95, de 30 de Junho, que não obriga à constituição daquelas provisões salvo se, relativamente à sociedade participada, se verificar alguma das circunstâncias seguintes:

- ter apresentado resultados negativos em três exercícios, seguidos ou interpolados, nos últimos cinco anos; e,
- encontrar-se em situação de insolvência, ter sido declarado o estado de falência, ter sido objecto de alguma providência de recuperação de empresas ou ter cessado actividade.

A partir de 30 de Junho de 2002 (inclusivé), a constituição de provisões para menos valias potenciais em participações financeiras é efectuada nos termos dos *Avisos do Banco de Portugal* n.º 3 / 95 e 4 / 2002, de 30 de Junho e 25 de Junho, respectivamente. Assim, foi mantido o regime de constituição de provisões aplicável às participações financeiras que se encontram nas circunstâncias anteriormente previstas e, adicionalmente, tornou obrigatória a constituição de provisões para menos valias potenciais nas demais participações financeiras. Quando o montante da menos valia potencial numa participação exceder 15% do valor de inscrição no balanço, há lugar à constituição de uma provisão correspondente a, pelo menos, 40% daquele excesso.

O *Aviso do Banco de Portugal* n.º 4 / 2002, de 25 de Junho, estabeleceu um regime transitório aplicável ao conjunto das participações financeiras registadas em 31 de Dezembro de 2001. No âmbito deste regime especial, a constituição de provisões e a dedução aos fundos próprios em razão das menos valias potenciais apuradas naquele conjunto de participações financeiras é efectuada de forma gradual até 2006, se se tratar de participações financeiras em empresas não sujeitas à supervisão do Banco de Portugal ou do Instituto de Seguros de Portugal, e até 2011, se se tratar de participações financeiras sujeitas à supervisão daquelas entidades. As provisões constituídas em 2002 e 2003 poderão ser registadas contra reservas. No âmbito deste regime transitório, em 30 de Junho de 2002 foram constituídas provisões correspondentes a um terço do montante a constituir no exercício de 2002.

2.5. Obrigações, acções e outros títulos de rendimento fixo ou variável

As compras e vendas de títulos são registadas na data da transacção, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

Os títulos transaccionáveis são objecto de esquemas de contabilização diferenciados em função das suas características e da prévia explicitação sobre a intenção da aquisição.

i) Títulos de negociação

São considerados títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda até um prazo que não pode exceder seis meses, visando a obtenção de uma mais-valia e em que a natureza e o volume dos títulos a transaccionar não oferecem quaisquer dúvidas quanto à sua negociabilidade tendo em conta as condições concretas de mercado.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo são escriturados pelo valor de aquisição e reavaliados diariamente com base no valor de mercado, acrescido do montante dos juros corridos e não cobrados. Na ausência de valor de mercado, tais títulos são valorizados ao custo de aquisição acrescido dos juros corridos desde a data do último vencimento de juros. As diferenças negativas ou positivas que resultam da aplicação dos critérios anteriores são registadas como custos ou proveitos (notas 2.8 e 4.5).

As acções são registadas ao valor de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. As diferenças de valorização relativas a acções que integram a composição dos índices BVL30 e PSI20 (Euronext) e a acções que apresentem liquidez adequada são registadas como custos ou proveitos. As diferenças de valorização relativas a outras acções são registadas em contas de regularização do activo ou do passivo, consoante se trate de perdas ou de ganhos potenciais, dando as perdas lugar à constituição de uma provisão (notas 2.8 e 4.6).

As acções próprias são registadas em termos idênticos aos anteriormente referidos.

ii) Títulos de investimento

Os títulos de investimento são aqueles que são adquiridos com a finalidade de os conservar por prazo superior a seis meses.

Os títulos emitidos a valor descontado são registados pelo valor de reembolso (valor nominal). A diferença entre o valor nominal e o valor de aquisição é considerada como receita com proveito diferido. Mensalmente os juros corridos são registados nas respectivas contas de proveitos de acordo com a taxa de juro implícita em regime de juro composto.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição. Os juros corridos são contabilizados como proveitos a receber. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de reembolso dos títulos – que constitui o prémio ou desconto verificado por ocasião da compra – é repercutida nos resultados de modo escalonado ao longo do período que decorrerá até à amortização.

A diferença entre o custo de aquisição (corrigido das parcelas do prémio ou do desconto reconhecidas nos resultados) e o valor de mercado das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, se for positiva, dá origem à constituição de uma provisão (notas 2.8 e 4.5).

O valor dos títulos com capitalização dos juros incorpora a periodificação desses juros.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição. Sempre que o valor de mercado (ou presumível de mercado, no caso de títulos não cotados) for inferior ao custo de aquisição, tem lugar a constituição de uma provisão (notas 2.8 e 4.6).

As acções próprias são registadas em termos idênticos aos anteriormente referidos.

iii) Vendas de títulos a descoberto

As vendas de títulos de que resultam posições curtas (vendas a descoberto) são registadas a crédito da conta vendas a descoberto, sendo o saldo desta conta incluído na rubrica DÉBITOS PARA COM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO OU DÉBITOS PARA COM CLIENTES, de acordo com a contraparte respectiva na operação.

As aquisições de títulos para cobertura de posições curtas abertas pelas vendas a descoberto são registadas por débito da conta vendas a descoberto.

O saldo da conta vendas a descoberto é ajustado diariamente em função do valor de mercado dos títulos vendidos, sendo as diferenças de valorização registadas como custos ou proveitos ou em contas de regularização consoante as regras de valorimetria que seriam aplicáveis a esses títulos se pertencessem à carteira de negociação própria.

2.6. Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas segundo o sistema *multi-currency*, isto é, nas respectivas moedas de denominação.

Os procedimentos contabilísticos diferem em função do efeito que as operações têm sobre a posição cambial. Enquanto as operações que impliquem variação do saldo líquido de uma moeda estrangeira (por exemplo, compras, vendas, integração de resultados na moeda de conversão) têm por contrapartida a posição cambial, a constituição ou a aceitação de depósitos e a concessão ou a obtenção de crédito não têm qualquer efeito na posição cambial.

i) Posição cambial e operações de permuta de divisas (swaps)

O conteúdo e critério de reavaliação da posição cambial, à vista e a prazo, são descritos de seguida.

Posição à vista

A posição à vista numa moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos nessa moeda, acrescido dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional) por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

Posição a prazo

A posição a prazo numa moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro das respectivas moedas para o prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas representam o custo ou o proveito da reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial (conta de regularização) por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

Operações de permuta de divisas (swaps)

As operações de permuta de divisas (*swaps*) e outras operações de fixação de câmbio não são consideradas na reavaliação das posições à vista e a prazo. Os prémios ou descontos destas operações são amortizados linearmente durante o seu período de vida, sendo reconhecido o respectivo custo ou proveito.

ii) Conversão em euros de saldos em moeda estrangeira

A conversão para euros dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio oficial de divisas, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

iii) Conversão em euros de resultados em moeda estrangeira

Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

2.7. Provisões para risco específico de crédito

As provisões para risco específico de crédito são constituídas para crédito, títulos e juros vencidos e para outros créditos de cobrança duvidosa, nos termos do *Aviso do Banco de Portugal* n.º 3 / 95, de 30 de Junho.

As provisões para crédito, títulos e juros vencidos destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança de créditos com prestações de capital ou juros vencidos não regularizados (notas 4.3, 4.4, 4.5 e 4.27), dependendo de eventuais garantias existentes e sendo o seu montante crescente em função do tempo decorrido desde a entrada em incumprimento.

As provisões para outros créditos de cobrança duvidosa destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança das prestações vincendas, nos seguintes casos: prestações vincendas relativas a operações de crédito em que se verifique que as prestações em mora de capital e juros excedem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos; e, prestações vincendas de todos os créditos concedidos a um mesmo Cliente, quando o valor global das prestações em mora de capital e juros relativos a esse mesmo Cliente represente pelo menos 25% do total do capital em dívida acrescido dos juros vencidos (notas 4.4, 4.12 e 4.27).

Mensalmente, as instituições de crédito do Grupo BPI avaliam a adequação das provisões para risco específico e para riscos gerais de crédito face aos riscos associados a operações de crédito, a garantias prestadas e à carteira de obrigações.

2.8. Provisões para depreciação de títulos e para outros activos

As provisões para depreciação de títulos e de outros activos são constituídas para fazer face à totalidade das perdas potenciais apuradas nos termos dos critérios valorimétricos adoptados para as obrigações, acções, outros títulos de rendimento fixo ou variável e outros activos (notas 2.4, 2.5, 4.5, 4.6, 4.9, 4.12 e 4.27).

2.9. Provisões para risco-país

As provisões para risco-país são constituídas para fazer face ao risco imputado aos activos financeiros e elementos extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco (notas 4.3, 4.4, 4.5, 4.12 e 4.27).

O regime de constituição destas provisões é o que está previsto no *Aviso do Banco de Portugal* n.º 3 / 95, de 30 de Junho, na *Instrução do Banco de Portugal* n.º 94 / 96, publicada no *Boletim de Normas e Informações* n.º 1, de 17 de Junho de 1996, e em *Carta do Banco de Portugal* sob referência 4903 / 02 / DSBDR, de 12 de Junho de 2002.

2.10. Provisões para riscos e encargos

i) Riscos gerais de crédito

As instituições de crédito do Grupo BPI sujeitas ao regime do *Aviso do Banco de Portugal* n.º 3 / 95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas pelo *Aviso do Banco de Portugal* n.º 2 / 99, de 26 de Janeiro), constituem uma provisão para riscos gerais de crédito que corresponde a 1.5% do crédito ao consumo e do crédito a particulares de finalidade não determinada e a 1% do restante crédito concedido, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga (notas 4.19 e 4.27). Nos termos da legislação fiscal em vigor, a partir do exercício de 2001 o reforço desta provisão é apenas considerado como custo fiscal por 50% do seu montante.

ii) Outros riscos e encargos

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos (notas 4.19 e 4.27).

2.11. Fundo para riscos bancários gerais

Destina-se a fazer face a riscos não específicos resultantes da actividade do Grupo BPI (notas 4.19 e 4.27).

2.12. Pensões de reforma e de sobrevivência

A generalidade dos Colaboradores do Grupo BPI não está abrangida pelo Sistema de Segurança Social. Porém, as Instituições do Grupo BPI, que aderiram ao *Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário*, assumem o compromisso de atribuir aos seus Colaboradores ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice ou invalidez, de reforma antecipada ou de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem crescente com o número de anos de serviço do Colaborador, aplicada aos seus salários.

O regime de cálculo, reconhecimento contabilístico, financiamento e imputação à conta de resultados das responsabilidades por pensões de reforma e de sobrevivência é o que está previsto no *Aviso do Banco de Portugal* n.º 12 / 2001, de 23 de Novembro. Este regime entrou em vigor em 31 de Dezembro de 2001 e introduziu alterações importantes em relação ao regime anteriormente vigente:

- obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo;
- estabelecimento de um intervalo ("corredor") de 10%, fixado em função do maior dos valores actual das responsabilidades por serviços passados ou do fundo de pensões, por forma que os ganhos e perdas actuariais resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente observados não sejam relevantes na conta de resultados, desde que o respectivo valor líquido acumulado se situe dentro daquele intervalo; e,
- não utilização, no cálculo do valor actual das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo, dos decrementos de invalidez, a não ser que naquele valor esteja incluído o valor actual das responsabilidades por serviços passados relativo à garantia das pensões de invalidez ou que o risco de invalidez se encontre total e integralmente transferido para uma companhia de seguros.

A cobertura das responsabilidades com serviços passados (incluindo o acréscimo de responsabilidades originado pelas reformas antecipadas) é assegurada por fundos de pensões.

Nos termos do *Aviso do Banco de Portugal* n.º 12 / 2001, os ganhos e perdas actuariais resultantes de alterações nos pressupostos actuariais e financeiros e de alterações nas condições gerais dos respectivos planos de pensões bem como a parcela não enquadrável no "corredor" dos ganhos e perdas actuariais resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente realizados devem ser amortizados no prazo máximo de 10 anos. Em 30 de Junho de 2002, o Grupo BPI registou as perdas actuariais decorrentes desta última situação em despesas com custo diferido – pelo montante não enquadrável no "corredor" – e em flutuação de valores – pelo montante enquadrável no "corredor" – (nota 4.13).

Nos termos do *Aviso do Banco de Portugal* n.º 12 / 2001, o acréscimo de responsabilidades por serviços passados decorrente da passagem de Colaboradores à situação de reforma antecipada é integralmente coberto por correspondente contribuição para o Fundo de Pensões, podendo tal contribuição ser reflectida na conta de resultados por prazo máximo de 10 anos a contar da data efectiva da reforma, não podendo, porém, ser ultrapassado o quarto exercício seguinte ao do ano em que presumivelmente a reforma ocorreria. Em 30 de Junho de 2002, o Grupo BPI registou o saldo das contribuições para o fundo de pensões decorrente dos acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas não relevadas como custo em despesas com custo diferido (nota 4.13).

O acréscimo de responsabilidades por serviços passados de Colaboradores no activo decorrente de não utilização de decrementos por invalidez será reconhecido no balanço e financiado de acordo com um plano de amortização de prestações uniformes anuais, durante um período máximo de 20 anos com início no exercício de 2002. Este procedimento mereceu

o acordo do Banco de Portugal. Em 30 de Junho de 2002, o Grupo BPI registou o acréscimo de responsabilidades resultantes da situação acima referida, ainda não reconhecidas no balanço nem financiadas, como elemento extrapatrimonial (nota 4.28).

2.13. Impostos sobre os lucros

Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente.

O BPI SGPS está sujeito ao regime fiscal consignado no *Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas* (CIRC) e no artigo 31.º do *Estatuto dos Benefícios Fiscais* (EBF).

As empresas filiais e associadas cuja sede se encontra localizada em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no *Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas* e no *Estatuto dos Benefícios Fiscais*.

O BPI SGPS e as suas filiais não registam os impostos diferidos activos, designadamente os que resultam dos prejuízos fiscais reportáveis. Não são igualmente registados os impostos diferidos passivos que decorrem da aplicação do regime de suspensão de tributação de mais valias realizadas em imobilizações financeiras até 31 de Dezembro de 2000, uma vez que se estima que não haverá lugar ao respectivo pagamento, face à possibilidade de utilização dos prejuízos fiscais reportáveis do Grupo e de reinvestimento em participações a manter no longo prazo.

2.14. Locação financeira

Como locatário

O imobilizado corpóreo é amortizado de acordo com o procedimento descrito na nota 2.2. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os passivos são reduzidos pelo montante correspondente à amortização do capital de cada uma das rendas.

Como locador

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor do desembolso líquido efectuado na data de aquisição dos bens locados. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de rendimento periódico constante sobre o capital em dívida.

2.15. Operações em produtos derivados

Contratos de trocas de taxas de juro (swaps de taxas de juro)

Os contratos de trocas de taxas de juro (*swaps* de taxas de juro) têm a natureza de cobertura e são registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor notional).

Os fluxos de juros são registados em contas de resultados de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. A reavaliação dos contratos apenas é efectuada se tiver havido lugar à constituição de provisões para depreciação dos activos cobertos.

Contratos a prazo de taxas de juro (FRA)

Os contratos de fixação a prazo de taxas de juro (FRA) são registados em contas extrapatrimoniais pelo seu montante teórico (valor notional), distinguindo-se consoante a sua natureza de cobertura ou de negociação. Este registo é anulado na data da liquidação.

No caso dos contratos de cobertura as importâncias relativas a diferenciais de juros recebidas ou pagas na data de liquidação são periodificadas durante o prazo da operação e imputadas às contas de custos ou proveitos associadas aos elementos do passivo ou activo que foram objecto de cobertura.

No caso dos contratos de negociação as operações são reavaliadas mensalmente com base no custo ou no proveito que seria obtido se o

contrato fosse liquidado na data em que a reavaliação é efectuada. As diferenças negativas ou positivas daí resultantes são registadas como custos ou proveitos por contrapartida de contas de regularização.

Futuros

Os contratos de futuros, realizados com finalidade de negociação e por conta própria, são registados em contas extrapatrimoniais pelo valor de mercado actualizado diariamente. Este registo é anulado na data do fecho das posições.

Estas posições são reavaliadas diariamente com base nas cotações do mercado ou no preço de fecho (tratando-se de posições encerradas), sendo os lucros e as perdas relevados em resultados do exercício por contrapartida de contas de devedores (no caso de se tratar de lucros) e de credores (no caso de se tratar de perdas). Por sua vez, os saldos destas contas são anulados por contrapartida dos movimentos financeiros originados diariamente pela regularização das variações das cotações do mercado.

Opções

Os contratos de opções são registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional), distinguindo-se consoante a sua natureza de cobertura ou de negociação.

Os contratos de opções de negociação são reavaliados mensalmente com base nas cotações de referência disponíveis, sendo os lucros e as perdas relevados em resultados do exercício por contrapartida de contas de devedores e credores. O montante dos prémios recebidos (por opções vendidas) ou pagos (por opções compradas) é registado como um proveito ou custo diferido até à data em que ocorra a execução do contrato.

Os contratos de opções sobre índices, realizados com finalidade de cobertura de riscos, são reavaliados mensalmente em consonância com a evolução dos índices subjacentes e os resultados das reavaliações são registados como custos ou proveitos por contrapartida de contas de regularização. Estes resultados são compensados por resultados de sinal oposto registados em relação com as operações cobertas. Os prémios pagos pelas opções compradas bem como os prémios recebidos pelas opções vendidas são registados como despesas com custo diferido e receitas com proveito diferido e periodificados linearmente durante o prazo dos contratos.

2.16. Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados ao valor de mercado ou, na sua ausência, ao valor nominal (no caso dos títulos de rendimento fixo), ao valor de aquisição (no caso dos títulos de rendimento variável) ou ao valor patrimonial (no caso de unidades de participação).

3. REPARTIÇÃO SECTORIAL DAS APLICAÇÕES E INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Repartição sectorial das aplicações

Em 30 de Junho de 2002, a estrutura sectorial das aplicações das empresas do Grupo BPI consolidadas pelo método de integração global era:

	Crédito sobre Clientes		Crédito ¹ e títulos vencidos		Garantias prestadas ²		Obrigações ³		Acções ⁴		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Agricultura, silvicultura e pesca	64 656	0.4	2 444	1.2	3 595	0.1					70 695	0.3
Indústrias extractivas	65 034	0.4	322	0.2	8 785	0.3					74 141	0.4
Indústrias transformadoras												
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	267 919	1.7	3 182	1.6	63 335	1.9	32 709	4.3	61		367 206	1.8
Indústrias têxtil e vestuário	339 786	2.1	11 323	5.5	63 325	1.9	814	0.1	2 496	1.9	417 744	2.0
Indústrias do couro e dos produtos do couro	48 171	0.3	3 467	1.7	2 939	0.1			144	0.1	54 721	0.3
Indústrias da madeira e da cortiça	121 056	0.8	3 121	1.5	54 536	1.6					178 713	0.9
Indústrias de pasta, de papel e cartão, edição e impressão	143 013	0.9	1 634	0.8	101 921	3.1	3 372	0.5	399	0.3	250 339	1.2
Indústrias de coque, produtos petrolíferos e combustível nuclear	3 017		46		14 746	0.4					17 809	0.1
Indústrias químicas e de fibras sintéticas ou artificiais	81 880	0.5	787	0.4	29 616	0.9	5 493	0.7	275	0.2	118 051	0.6
Indústrias da borracha e de matérias plásticas	68 857	0.4	1 643	0.8	13 825	0.4	3 259	0.4			87 584	0.4
Indústrias de outros produtos minerais não metálicos	366 021	2.3	496	0.2	55 302	1.7	14 287	1.9	1 425	1.1	437 531	2.1
Indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos	196 437	1.2	4 333	2.1	68 059	2.0			63	0.1	268 892	1.3
Fabricação de máquinas e de equipamentos	91 273	0.6	1 137	0.6	39 257	1.2			89	0.1	131 756	0.6
Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	84 251	0.5	1 494	0.7	46 749	1.4	1 746	0.2	1 558	1.2	135 798	0.7
Fabricação de material de transporte	66 100	0.4	1 249	0.6	50 865	1.5	5 000	0.7	731	0.6	123 945	0.6
Outras indústrias transformadoras	87 819	0.6	3 750	1.8	10 131	0.3			8		101 708	0.5
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	288 188	1.8	2 057	1.0	348 956	10.5	70 084	9.2	4 378	3.3	713 663	3.5
Construção e obras públicas	780 235	4.9	44 634	21.8	728 223	21.9	21 107	2.8	1 862	1.4	1 576 061	7.7
Comércio por grosso e a retalho	1 292 760	8.1	22 500	11.0	507 722	15.3	10 103	1.3	652	0.5	1 833 737	9.0
Alojamento e restauração	132 300	0.8	1 961	1.0	22 119	0.7			11		156 391	0.8
Transportes, armazenagem e comunicações	655 251	4.1	2 082	1.0	174 698	5.3	18 591	2.5	3 598	2.7	854 220	4.2
Bancos e outras instituições de crédito ⁵	58 938	0.4	552	0.3	97 032	2.9	35 840	4.7	3 064	2.3	195 426	1.0
Outras instituições financeiras e seguradoras	67 646	0.4	191	0.1	9 497	0.3	5 009	0.7	29 230	22.2	111 573	0.6
Sociedades gestoras de participações sociais	514 939	3.2	275	0.1	214 941	6.5	31 135	4.1	2 575	2.0	763 865	3.7
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados a empresas	936 956	5.9	5 421	2.6	226 624	6.8	6 983	0.9	1 287	1.0	1 177 271	5.8
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	409 317	2.6	141	0.1	63 354	1.9					472 812	2.3
Educação, saúde e acção social	272 419	1.7	2 248	1.1	35 568	1.1			41		310 276	1.5
Actividades recreativas, culturais e desportivas	49 729	0.3	323	0.2	66 455	2.0			2 149	1.6	118 656	0.6
Outras empresas de serviços	47 156	0.3	430	0.2	2 984	0.1			1 510	1.2	52 080	0.3
Particulares												
Crédito imobiliário	5 012 100	31.4	35 583	17.4							5 047 683	24.7
Outros	2 002 603	12.5	35 929	17.5	44 336	1.3					2 082 868	10.2
Instituições financeiras supranacionais	5 046		58				122 558	16.2			127 662	0.6
Outros sectores	162 478	1.0	1 045	0.5	48		10 131	1.3	44 025	33.5	217 727	1.1
Não residentes	1 198 642	7.5	9 039	4.4	153 439	4.6	360 368	47.5	29 802	22.7	1 751 290	8.6
	15 981 993	100.0	204 897	100.0	3 322 982	100.0	758 589	100.0	131 433	100.0	20 399 894	100.0

1) O crédito vencido corresponde a crédito sobre Clientes.

2) Inclui garantias e avals, créditos documentários abertos, cartas de crédito *stand-by*, fianças e indemnizações e aceites e endossos.

3) Não inclui obrigações de emissores públicos.

4) Inclui quotas, unidades de participação e outros valores.

5) O crédito sobre Clientes e o crédito vencido correspondem a crédito concedido pela BPI Leasing.

3.2 Inventário de títulos e participações financeiras

Em 30 de Junho de 2002, os títulos e participações financeiras detidos pelas empresas do Grupo BPI consolidadas pelo método de integração global eram:

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Provisões
		euros			m. euros	
TÍTULOS – NEGOCIAÇÃO						
Títulos de rendimento fixo – emitidos por residentes						
De dívida pública portuguesa						
Obrigações do Tesouro						
OT 3.625% Agosto 1999 / 2004	8 469 806 195	0.01	0.01	0.01	86 611	
OT 3.95% Julho 1999 / 2009	5 550 944 756	0.01	0.01	0.01	54 354	
OT 4.8125% Abril 1998 / 2003	2 570 885 975	0.01	0.01	0.01	26 173	
OT 4.875% Agosto 2002 / 2007	2 690 845 895	0.01	0.01	0.01	27 506	
OT 5% Junho 2002 / 2012	6 128 405 500	0.01	0.01	0.01	61 515	
OT 5.375% Junho 1998 / 2008	3 488 655 198	0.01	0.01	0.01	35 948	
OT 5.45% Setembro 1998 / 2013	501 795 330	0.01	0.01	0.01	5 333	
OT 6.625% Fevereiro 1997 / 2007	570 579	0.01	0.01	0.01	6	
OT 8.875% Janeiro 1994 / 2004	882 051 124	0.01	0.01	0.01	9 803	
OT 9.5% Fevereiro 1996 / 2006	41 753 496	0.01	0.01	0.01	500	
OT 11.875% Fevereiro 1995 / 2005	211 408 343	0.01	0.01	0.01	2 591	
Rep. Portuguesa – Eur – 7.125% (02/07/2003)	383 500 000	0.01	0.01	0.01	4 231	
					314 571	
Títulos de rendimento fixo – emitidos por não residentes						
De emissores públicos estrangeiros						
Obrigações						
Belgium Kingdom – 4.75% (28.09.2005)	119 545 000	1.00	1.01	1.01	125 701	
Belgium Kingdom – 4.75% (28.09.2006)	5 100 000	1.00	1.00	1.01	5 328	
Belgium Kingdom – 5% (28.09.2011)	2 445 000 000	0.01	0.01	0.01	25 195	
Belgium Kingdom – 5.5% (28.09.2017)	17 500	1 000.00	994.34	1 015.90	17 844	
Belgium Kingdom – 5.75% (28.09.2010)	53 845 000	1.00	1.04	1.05	58 757	
Belgium Kingdom – 6.25% (28.03.2007)	1 550 000	0.01	10.64	0.01	16 814	
Belgium Kingdom – 6.5% (31.03.2005)	4 500	1 000.00	1 062.68	1 057.40	4 831	
Belgium Kingdom – 7.5% (29.07.2008)	880 000 000	0.01	0.01	0.01	10 643	
Belgium Kingdom – 8% (24.12.2012)	462 000 000	0.01	0.01	0.01	5 845	
Bilhetes de Tesouro (Moçambique)	9	216.29	432 582.08		3 893	
Bundesobligation – 5% (19.08.2005)	2 210 000 000	0.01	0.01	0.01	23 531	
Bundersrepublik Deutschl 4.5% (04/07/2009)	1 000 000 000	0.01	0.01	0.01	10 278	
Bundersrepublik Deutschl 5.625% 4 / 28	490 000 000	0.01	0.01	0.01	5 241	
Buonni Poliennali – 4.5% (01.07.2004)	10 500	1 000.00	1 003.94	1 009.50	10 835	
Buonni Poliennali – 4.5% (15.05.2005)	10 000	1 000.00	1 004.90	1 006.60	10 123	
Buonni Poliennali – 4.75% – (01.07.2005)	22 000	1 000.00	1 013.31	1 013.50	22 817	
Buonni Poliennali – 5% – (15/02/2004)	12 850	1 000.00	1 022.93	1 016.90	13 308	
Buonni Poliennali – 5.25% – (15/12/2005)	5 000	1 000.00	1 025.20	1 028.00	5 151	
Buonni Poliennali – 8.75% – (01/07/2006)	950 000 000	0.01	0.01	0.01	11 384	
Fed Republic of Brasil – 3.75% (28.08.2003)	600	8 460.24	8 362.94	7 563.45	4 602	
Fed Republic of Brasil – 11.25% (26.07.2007)	1 500	1 002.51	815.37	646.62	1 042	
France (Govt of) – 5% – (25.04.2012)	9 850 000	1.00	1.00	1.00	9 928	
France OAT – 5.5% (25/04/2004)	8 650 000	1.00	1.03	1.03	8 968	
France OAT – 7.25% (25/04/2006)	20 000 000	1.00	1.09	1.10	22 222	
French Treasury Note 4.5% (12/07/2006)	10 200 000	1.00	0.99	1.00	10 670	
Netherlands Government – 3.75% (15.07.2009)	19 700 000	1.00	0.93	0.93	19 120	
Netherlands Government – 5% (15.07.2012)	5 000 000	1.00	0.98	0.99	5 063	
Obligac. Del Estado – 3.25% (31/01/2005)	16 000	1 000.00	969.74	978.40	15 868	
Obligac. Del Estado – 4% (31/01/2010)	27 360	1 000.00	927.97	938.80	26 135	
Obligac. Del Estado – 4.65% (31/10/2004)	43 590	1 000.00	1 009.00	1 012.00	45 457	
Obligac. Del Estado – 5.15% (30/07/2009)	6 360 501 176	0.01	0.01	0.01	67 521	
Obligac. Del Estado – 5.4% (30/07/2011)	83 520	1 000.00	1 017.28	1 022.30	89 522	
Obrigações do Tesouro – 1999 (Moçambique)	454		43.48		20	
Poland Government Bond – 5.5% (12/03/2012)	15 000	1 000.00	976.49	972.40	14 835	

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Provisões
			euros		m. euros	
De emissores públicos estrangeiros (cont.)						
<i>Obrigações (cont.)</i>						
Rep.Brasil – 9.5% (29/07/2002)	6 636	1 000.00	997.55	1 000.00	7 216	
Rep.Grecia – 5.35% (18/05/2011)	10 000	1 000.00	991.10	1 008.90	10 152	
Rep.Grecia – 5.95 (24.03.2005)	1 000 000 000	0.01	0.01	0.01	10 584	
Rep.Grecia –6.6% (15/01/2004)	1 000 000 000	0.01	0.01	0.01	10 691	
Rep.Grecia – 6% (19/05/2010)	388 001 827	0.01	0.01	0.01	4 121	
Rep. Grecia – 8.6% (26/03/2008)	2 650 000 000	0.01	0.01	0.01	35 585	
Rep. Grecia – 8.8% (19/06/2007)	1 000 000 000	0.01	0.01	0.01	11 788	
Rep.Of Austria – 5% (15/01/2008)	1 530 000 000	0.01	0.01	0.01	15 857	
Rep.Of Austria – 5.5% (15/01/2010)	42 250	1 000.00	1 032.29	1 031.70	44 646	
Rep.Of Austria – 5.875% (15/07/2006)	3 080 000 000	0.01	0.01	0.01	34 069	
U.S.Treasury – 3.5% (15/11/2006)	2 500	1 002.51	967.38	984.02	2 471	
U.S.Treasury – 5% (15/08/2011)	5 000	1 002.51	985.97	1 016.29	5 174	
U.S.Treasury – 5.25% (15/05/2004)	7 500	1 002.51	1 039.67	1 047.15	7 903	
U.S. Treasury – 6.125% (15/08/2007)	2 500	1 002.51	1 076.72	1 091.95	2 787	
					931 536	
Organismos Financeiros Internacionais						
<i>Obrigações</i>						
BEI – EUR / 2002 – 5.375% (15.10.2012)	5 000	1 000.00	992.72	1 014.20	5 099	
					5 099	
De outros não residentes						
<i>Outras Obrigações</i>						
Kredit Fuer Wieder – 4.25% (18.04.2005)	5 000	1 002.51	999.99	1 019.05	5 138	
Obrigações Cimentos / 2002	100 000	4.33	4.33		433	
Obrigações Madal / 99	1 071	43.26	43.26		46	
TDM 2001	76 450	4.33	4.82		368	
					5 985	
Títulos de rendimento variável – emitidos por residentes						
<i>Ações</i>						
Banco Comercial Português – Nom.	641 231	1.00	3.78	3.51	2 251	
Banco Espírito Santo – Nom.	30 804	5.00	11.51	11.55	356	
Banco Espírito Santo – Inc.Res. – Em.2002	11 112	5.00	11.15	11.10	124	1
Brisa – Nom.	305 177	1.00	5.63	5.70	1 740	
Cimpor – Cim.de Portugal – SGPS	45 592	5.00	20.27	19.66	896	
Cin – Corporação Industrial Norte	500	1.00	5.20	5.20	3	
Cofina – SGPS	23 749	0.50	2.49	2.33	55	
EDP – Electricidade de Portugal – Nom.	1 093 080	1.00	2.24	1.96	2 142	
Ibersol – SGPS	10 281	1.00	3.60	3.56	37	
Impresa – SGPS	78 512	1.00	2.46	2.50	196	
Jerónimo Martins – SGPS	1 801	5.00	7.12	7.16	13	
Novabase, SGPS	10 846	0.50	7.98	6.59	71	
Pararede – SGPS	48 685	1.00	0.41	0.25	12	
Portucel Industrial – Nom.	166 796	1.00	1.33	1.32	220	
Portugal Telecom – Nom.	468 170	1.00	7.12	7.15	3 347	
PT Multimédia, SGPS – NOM.	17 647	0.50	9.06	8.95	158	
SAG GEST – Soluções Autom. Globais, SGPS	17 765	1.00	1.94	1.80	32	
Semapa – Soc. de Inv. e Gestão – SGPS	181 762	1.00	4.57	4.69	852	
Sonae.Com., SGPS	34 408	1.00	2.84	2.24	77	
Sonae SGPS	883 377	1.00	0.63	0.57	504	
Teixeira Duarte – Eng. constr. – St. split	119 867	0.50	1.17	1.02	122	
Vodafone-Telecel – Comunicações Pessoais – Nom.	35 306	0.50	7.09	7.08	250	
					13 458	1

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Provisões
			euros		m. euros	
Títulos de rendimento variável – emitidos por não residentes						
Acções						
Banco Popular Espanol	5 000	0.50	43.48	44.77	224	
Enagas	40 000	1.50	6.50	6.38	260	5
Endesa – Empresa Nacional Electricidade	10 000	1.20	14.30	14.71	147	
Gas Natural SDG	15 000	1.00	19.90	19.50	293	
Grupo Empresarial Ence	10 823	4.50	16.68	15.90	178	5
Inditex	10 000	0.15	22.20	21.38	214	
Sol Melia	5 000	0.20	7.81	7.69	38	
					1 354	10
Unidades de Participação						
Rydex US Government Money Mark Fund	441 435 290		0.00	0.00	442	
					442	
Títulos próprios						
BPI – SGPS	396 658	1.00	2.41	2.46	976	
					976	
					1 273 421	11
TÍTULOS – INVESTIMENTO						
De rendimento fixo – de emissores públicos						
De dívida pública portuguesa						
Obrigações do Tesouro						
OT 4.8125% Abril 1998 / 2003	15 000 087	0.01	0.01	0.01	150	
OT 8.875% Janeiro 1994 / 2004	104 100	0.01	0.01	0.01	1	
OT 10.625% Junho 1993 / 2003	6 725 403 383	0.01	0.01	0.01	67 994	
OT 11.875% Fevereiro 1995 / 2005	445 669 088	0.01	0.01	0.01	4 680	
OT 3.625% Agosto 2004	260 004 000	0.01	0.01	0.01	2 553	
OT 5.25% Outubro 2005	200 000 000	0.01	0.01	0.01	2 031	
OTRV 1996 / 2002	4 015 073 671	0.01	0.01	0.01	40 151	20
OTRV 1996 / 2003	86 784 008	0.01	0.01	0.01	867	3
					118 427	23
Outras obrigações						
República Portuguesa – USD – 5.75% (8/10/2003)	60 000	1 002.51	1 002.51	1 002.51	60 150	
					60 150	
De outros emissores públicos nacionais						
Obrigações						
Governo Regional da Madeira / 1994 var	8 167 816	0.01	0.01	0.01	82	1
					82	1
De emissores públicos estrangeiros						
Obrigações						
Banco Nacional de Angola					30 588	
Banco Nacional Hungria –DEM / 1993 – 8.75% (08/09/2003)	8 000	511.29	511.29	537.37	4 090	
Gov. Spain – JPY / 1995 – 4.75% (14/03/2005)	100	84 602.37	84 602.37	95 313.03	8 460	
National Treas. Manag. Ag. CHF / 92 – 7.25% (21/10/2002)	312	33 965.08	33 965.08	33 965.08	10 597	
Republica da Grécia – EUR / 1998 – 5.75% (31/3/2008)	15 000 000	1.00	0.99	1.04	14 884	
Republica da Grécia – JPY / 1999 – 0.76% (29/01/2004)	1 000	8 460.24	8 448.09	8 460.24	8 456	
Xunta de Galicia – PTE / 1996 Tx. Vr. (04/07/2003)	2 500	498.80	498.67	496.46	1 247	6
					78 322	6
De rendimento fixo – de outros emissores						
Emitidos por residentes						
Obrigações de caixa						
Banco Alves Ribeiro / 1999 – Ob. Cx. – Sr. A	30 000	50.00	50.00	50.00	1 500	
Banco Alves Ribeiro / 2001 – Ob. Cx. – 1.º Em.	500	5 000.00	5 000.00		2 500	
Credifin / 2000 – 1.º Em. – 1.º Sr. – Ob. Cx.	150 000	50.00	50.00	50.00	7 500	
Leasimo / 98 – 1.º – Ob. Cx.	249 398 949	0.01	0.01	0.01	2 494	
Leasimo / 98 – 2.º – Ob. Cx.	249 398 949	0.01	0.01	0.01	2 494	
					16 488	

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Provisões
			euros		m. euros	
De rendimento fixo – de outros emissores (cont.)						
Emitidos por residentes (cont.)						
Outras obrigações						
Atlantis – Cristais Alcobaca	500 000	4.99	4.99	4.96	2 495	13
Auto Sueco / 1999	896 000	5.00	5.00	5.00	4 480	
Auto Sueco / 2000	1 000 000	5.00	5.00	5.00	5 000	
Cin / 95	1	0.01		0.00		
Cin / 99	250 000	10.00	9.99	10.00	2 499	
Cofina SGPS / 98 (Obrig. s/ warrants)	13 020	4.99	4.99	4.79	65	3
Est. Jer.Martins & F.º / 1996 (Warrant)	50 000 000	0.01	0.01	0.01	494	8
Fábrica Porcelana Vista Alegre / 1998	72 826	4.99	4.99	4.99	363	
Fábrica Textil de Vizela / 1987 (Ac. Cred.)	127 800	4.46	4.18		540	313
Fábrica Vidros Barbosa & Almeida / 1997	698 317 056	0.01	0.01	0.01	5 987	1
Fapobol / 1995	200 000	1.24	2.46		266	17
Foncar	73 800	3.12	3.12		257	29
Imoloc, SGPS	180 000	1.87	1.87	1.87	337	
Inparsa / 1998 (Obg. S/ war.)	949 711	0.01	0.01	0.01	9	
Lisnave – Estaleiros Navais de Lisboa – 92 / 070530	9 854 251	0.01	0.01	0.01	89	
Modelo Continente SGPS 95 / 03	11 072 316	0.01	0.01	0.01	111	
Pargeste / 1996	700 000	4.99	4.96	4.99	3 481	
Polimaia / 89 – Série C	4 000	2.74	1.85		11	
Salvador Caetano / 2002 – 1.º Em.	500 000	10.00	10.00		5 000	
Secil Prebetão – Prefabricados de Betão, S.A.	53 066 909	0.01	0.01	0.01	442	
Soares da Costa / 2000	1 250 000	5.00	4.98	5.00	6 228	
Solidal / 1998	350 000	4.99	4.99	4.99	1 746	
Somague SGPS / 1998	115 084	4.99	4.99	3.49	574	172
Somelos – 1987 – Sr. A e B	26 885	0.63	0.61		17	17
					40 491	573
Papel comercial						
Amoreiras Center 44.º					6 983	
Cin – Comp. Ind. Norte Em 165					2 495	
Cinca Em. 58					5 000	
Climaespaco 24.º					1 559	
Conduril 11.º					2 494	
Conduril 12.º					2 494	
Conduril 13.º					948	
Conduril 14.º					2 494	
Conduril 15.º					1 000	
Conduril 16.º					450	
Emp.Cervejas Madeira 1.º					3 237	
Emp.Cervejas Madeira 2.º					2 763	
Emp.Elect Madeira 35.º					1 875	
Euroges 10.º					950	
Finantel SGPS 5.º					1 665	
Finantel SGPS 6.º					1 665	
Grupo Barraqueiro e 5					131	
Grupo Barraqueiro e 7					2 765	
Incompol 4.º					623	
Isar Rakoll – 27.º Emissão					499	
JMR Gestão Emp Retalho 9					6 550	
JMR Gestão Emp Retalho 10					9 650	
Jornal Noticias Em 22					2 125	
Lagoplaste Em. 21					2 993	
Maltiberica Em. 7					1 250	
Manuel Poças Junior 2.º					469	

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Provisões
			euros		m. euros	
De rendimento fixo – de outros emissores (cont.)						
Emitidos por residentes (cont.)						
Papel comercial (cont.)						
Metropolitano Lisboa 35.ª					3 350	
Mundileasing Em. 13					1 300	
Papelaco – 24.ª Emissão					1 247	
RAR Em. 94					4 050	
RAR – Refin. Açucar Reu E93					2 700	
Recheio SGPS 7.ª					4 900	
Recheio SGPS 8.ª					8 200	
Ren-Rede Elec Nac 26.ª					46 650	
Ren-Rede Elec Nac 32.ª					20 000	
Rentipar Em.6.ª					5 000	
Soares da Costa 5.ª					5 000	
Soc. Franc. Man. Santos 9.ª					10 509	
Soc.Vi.Terras Valdigem 3.ª					312	
Tertir 12.ª					2 344	
Unicer 2.ª					17 928	
					198 617	
Emitidos por não residentes						
Por organismos financeiros internacionais						
Obrigações						
BEI – PTE / 1995 – Tx. Vr. (Mar.2005)	5 226 600	4.99	5.00	4.96	26 072	140
BEI – PTE / 1995 – C.Zero (Ago.2003)	23 548 395 143	4.99	0.00		117 459	
BEI – PTE / 1996 F.R.N. (Dez.2006)	3 299 500	4.99	4.99	4.99	16 458	
					159 989	140
Por outros não residentes						
Outras obrigações						
Aegis SRL – CL 1 Tx. Vr. (01.06.2016)	50	100 250.63	100 250.62	100 150.38	5 013	5
Argentaria Global Finance – PTE / 1997 (27/02/2007)	300	498.80	498.80	529.58	150	
Avalon Capital Ltd. 2 – Tx.Vr. (24/5/2012)	4 000	1 002.51	1 002.51	1 002.51	4 010	
Avalon Capital Ltd. 2 – Tx.Vr. (24/5/2012)	10 000	1 002.51	1 001.74	1 017.45	10 019	
Banco BPI – Cayman – 4% (28/05/2002/05)	248	1 002.51	1 002.33	1 011.51	249	
Brazil Div Pymt rights – T.V. (20/03/2007)	10 000	1 002.51	1 002.51		10 025	
CaixaVigo – PTE / 1998 – Tx. Vr. (27/03/2003)	500 000	4.99	4.99	5.03	2 494	
Crediop Overseas Bank Limited – PTE / 1996 – Tx Vr. (30/06/2003)	1 000 000	4.99	4.99	4.99	4 988	
Crédit Local France Cup.Zero – PTE / 2007	25 000	498.80	532.37	760.85	17 270	
CVRD Finance LtdTx.Vr. (15/10/2007)	30	100 250.63	100 250.63	100 250.63	3 008	
Dutch Mor. Port. Loans (15.9.34) – O. Hip. – Cl. B	8	500 000.00	500 850.00	500 000.00	4 006	6
EFG Hellas PLC – Tx. Vr. (7/02/2003)	11 250	1 000.00	996.90	993.52	11 243	66
EFG Ora Funding Ltd – 2% – conv.(4.5.2005)	25 000	1 000.00	1 000.00	1 000.00	25 000	
El Monte Int Finance – Tx. Vr. (12.12.2005)	5 000	1 000.00	997.80	999.00	4 992	
Eurofima – PTE / 1994 – Tx. Vr. (17/08/2004)	2 632 000	4.99	4.99	4.97	13 128	51
Eurofima – PTE / 1995 – Tx. Vr. (19/01/2005)	6 000 000	4.99	4.99	4.97	29 928	121
Eurofima – PTE / 1998 – Tx. Vr. (28/05/2008)	1 564	4 987.98	4 987.98	4 918.65	7 801	108
Euro Vip – USD / 1990 – Tx. Vr. (23/11/2030)	6 000	1 002.51	1 002.51	802.01	6 015	1 203
Finbnk Trd & Div Pymt – Tr – Tv (15.03.2005)	5 000	846.15	846.15	846.15	4 230	
Ford Credit Europe – PTE / 1996 – Tx. Vr. (09/09/2002)	11 000	498.80	498.64	498.86	5 487	
Goldman Sachs Group – PTE / 1997 – Tx. Vr. (24/04/2007)	10 000	498.80	498.80	491.05	4 988	78
Hellenic Railway Corp. – EUR / 1999 – Tx. Vr. (29/03/2005)	1 000	10 000.00	10 000.00	9 819.30	10 000	181
Hfc Bank PLC – Tx.Vr.(02.05.2006)	50	100 000.00	99 777.00	99 020.00	4 991	40
Ibercaja Finance – EUR / 1998 – Tx. Vr. (07/07/2003)	5 000	1 000.00	998.05	998.90	4 998	3
Italease Finance Spa (10/03/2011) O. Hip. – Cl. A	5 000	1 000.00	998.90	1 000.00	4 995	
Lone Star Industr. Inc. 5.875% (8/11/2004)	5 000	1 000.00	995.02	1 028.50	4 988	
Madison Avenue C. Ltd (24/03/2014) – O. Hip. Cl. A	10	501 253.13	501 253.10	494 533.85	5 013	67

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Provisões
			euros		m. euros	
Por outros não residentes (cont.)						
<i>Outras obrigações (cont.)</i>						
OTE PLC	10 000	1 000.00	982.38	1 005.51	9 870	
Public Power Corp. – 6.25% (08/11/2010)	10 000	1 000.00	1 002.00	1 032.30	10 017	
Public Power Corp. – ITL / 1999 – Tx. Vr. (08/01/2004)	16 200	516.46	515.32	513.40	8 361	44
Royal KPN NV – 3.5% – Conv. (24.11.2005)	10 000	1 000.00	1 000.00	1 000.00	10 000	
Stichting Eurostar CDO (10/03/2013) O. H – CI – A1	10	500 000.00	500 000.00	490 490.84	5 000	95
Tafisa, S.A.	80	60 100.16	60 101.21		4 808	
Telefonica Europe – USD / 1997 – 6.375% (08/01/2003)	19 236	1 002.51	1 000.17	1 015.32	19 152	
					276 237	2 068
<i>Papel comercial</i>						
Brazcomp One Ltd 5.ª Em					4 483	
Douro Fin-Jun-11.ª Em.S.11-A					355	
Douro Fin-Jun-12.ª Em.S.12-A					2 941	
Douro Fin-Sen-12.ª Em.S.12-A					47 904	
					55 683	
Valores de rendimento variável – emitidos por residentes						
<i>Acções</i>						
Alar – Emp. Ibérica de Material Aeronautico, S.A.	2 200	4.99	9.02		20	
Apis – Soc. Ind. Parquetes Azarujense	65 000	4.99				
Banco Espírito Santo (Inc.+Res.) – Em. 2002	3 438	5.00	11.15	11.10	38	
Boavista Futebol Clube	21 900	5.00	5.00		109	
Brasopi – Comércio de Vestuário	649 420	4.99	3.99		2 591	1 944
Caderno Verde S.A.	18 065	4.99	46.59		842	421
Carmo & Braz	65 000	4.99				
Casa Hipólito, S.A.	17 789	4.99	4.99		89	
Change SGPS, S.A.	3 740 000	1.00	2.00		3 740	
Chipidea – Microelectrónica, S.A.	37 550	0.50	154.80		581	
Cimpor – Cimentos de Portugal, S.A.	713	5.00	9.46	19.66	7	
Cin – Corporação Industrial Norte	49 900	1.00	4.73	5.20	247	
Companhia Águas da Fonte Santa de Monfortinho, S.A.	10	5.00	4.50			
Companhia Aurifícia, S.A.	578	7.48	41.42		24	
Companhia Aurifícia, S.A.	30	3.74	20.80		1	
Companhia de Diamantes de Angola	166 816	4.99				
Companhia de Diamantes de Angola Em 71	900	4.99				
Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe, S.A.	240	4.99	1.25			
Companhia Portuguesa do Cobre – Imobiliária, S.A.	57 200	4.99	0.07		4	
Comundo – Consórcio Mundial de Import.e Export., S.A.	3 269	0.50	1.74		6	4
Corticeira Amorim – SGPS	127 419	1.00	2.47	0.85	315	207
Cosec	251 110	5.00	17.84		4 479	
EDP – Electricidade de Portugal – N	941 006	1.00	2.49	1.96	2 235	391
Empresa Cinematográfica S. Pedro – Águeda	100	4.99	4.99			
Empresa O Comércio do Porto, S.A.	50	2.49	15.56		1	
Esence – Soc. Nac. Corticeira – Nom.	54 545	4.99				
Estamparia Império – Emp. Industriais e Imobiliários, S.A.	170	4.99	7.89		1	
Eurofil – Ind. de Petróleos, Plástico e Filamentos, S.A.	11 280	4.99	2.21		25	
Eurominas – Electro Metalurgia, S.A.	23	4.99	5.00			
Fábricas Vasco da Gama – Ind. Transformadoras, S.A.	33	4.99	22.82		1	
Fernando & Irmão, Lda.	41 190	100.00	100.00		4 119	
Finantel, SGPS	2 588 500	0.50	2.82		7 305	
Fit – Fomento e Industria do Tomate, S.A.	148	4.99	16.95		3	
Foncar – Org. Industrial Com. Textil, S.A.	6	4.99	4.17			
Futebol Clube do Porto	105 000	5.00	5.14	2.34	539	294
Gap – Gestão Agro-Pecuária, SGPS, S.A.	548	4.99	4.99		3	
GEIE – Gestão de Espaços de Incub. Empres. S.A.	12 500	1.00	1.00		13	

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Provisões
		euros			m. euros	
Valores de rendimento variável – emitidos por residentes (cont.)						
Ações (cont.)						
Gregório & Ca.	1 510	4.99	2.89		4	
Ibersol SGPS	145 000	1.00	4.96	3.56	720	204
Impresa – SGPS	271 819	1.00	5.82	2.50	612	
Incal – Indústria e Comércio de Alimentação, S.A.	2 514	1.13	0.89		2	
Interhotel, S.A.	6 604	4.99	3.03		20	16
Intersis, S.A.	42 147	4.99	31.01		1 307	1 307
Investimento Directo – Soc. Corretora, S.A.	300 000	10.00	12.43		3 729	
J. Soares Correia – Armazéns de Ferro, S.A.	84	5.00	21.17		2	
Jotocar – João Tomás Cardoso, S.A.	3 020	4.99	2.49		8	
Lisnave – Est. Navais	180	5.00	4.99		1	
Matur – Sociedade de Empreend. Tur. da Madeira, S.A.	13 439	4.99	10.85		146	142
Maxstor	8 190	4.99	4.99		41	41
Metalurgia Casal, S.A.	127	4.99	4.94		1	
Multitema	41 485	1.00	6.00		249	
Myplace – Conteúdos Imobiliários Internet	16 667	1.00	1.00		17	
Nutroton – Indústrias da Avicultura	12 323	4.99	4.05		50	
Oliva – Indústrias Metalúrgicas, S.A.	8	4.99	112.25		1	
Pema, S.A.	532	2.49	0.07			
Pirites Alentejanas, S.A.	78 473	4.99	0.00			
Porto de Cavaleiros, SGPS	2	4.99				
Portugal Telecom – N	4 080	1.00	14.04	7.15	57	28
Ricon	76 923	5.00	32.42		2 494	
Salvador Caetano, Ind. Maq. e Veic. de Transp., S.A.	261 925	4.99	3.94	2.89	1 032	275
Salvor – Soc. Investimentos Hoteleiros, S.A.	10	4.99				
Secca – Construções Metálicas – Ac. Ord. Em.92	3 627	4.99	4.99		18	18
Secca – Pref. S/ Voto – Em. 92	3 627	4.99	4.99		18	18
Semapa – Soc. Inv. Gestão – SGPS – Stock Split	4 278	1.00	3.74	4.69	17	
Senal – Soc. Nacional de Promoção de Empresas, S.A.	450	0.50				
Sociedade de Construções ERG	50	4.99	7.38			
Sociedade Gestora F. Margueira	149	4.99	4.99		1	
Sociedade Industrial Aliança, S.A.	1	2.49	2.00			
Somotel – Soc. Portuguesa de Moteis, S.A.	1 420	4.99	0.07			
Sonae Indústria – SGPS	56 074	4.99	7.72	4.35	433	189
Sonae SGPS	774 763	1.00	3.58	0.57	2 770	2 328
Sonae SGPS – Em. 2000	3 026 650	1.00	1.24	0.57	3 753	2 028
Sopeal – Soc. Promoção Educacional Alcacerense, S.A.	100	4.99	4.99			
Sorefame – Socs. Reunidas Fabricações Metálicas, S.A.	31	4.99	9.81			
SPC – Serviço Português de Contentores, S.A.	2	4.99	5.00			
Sport Lisboa e Benfica (Pub.Geral)	16 010	5.00	4.99		80	
Star – Turismo, S.A.	533	4.99	4.99		3	
SVB, SGPS, S.A.	1 250	4.99	5.00		6	
TECMIC	11 324	4.99	121.13		1 372	
Telecine Moro, S.A.	170	4.99	6.48		1	1
Terologos – Tecnologias de Manutenção – P	7 960	4.99	4.99		40	
Textil Lopes da Costa, S.A.	4 900	4.99	1.70		8	8
Trusted System	6 500	1.00	1.00		7	
Turopa – Operadores Turísticos, S.A.	5	4.99	5.00			
TVTEL – G.P.	191 250	4.99	7.18		1 374	
Unicer – União Cervejeira, S.A.	1 002	1.00	8.07		8	
VAA – Vista Alegre Atlantis – Stock split	160 000	1.00	3.30	0.75	528	408
Whatevernet	132 600	0.50	9.78		1 297	
Xelb Cork – Co. e Ind. Cortiça	87	4.99	4.99			
					49 565	10 272

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Provisões
			euros		m. euros	
Valores de rendimento variável – emitidos por residentes (cont.)						
Unidades de participação						
Frie BPI 1	600 000	4.99	4.99		2 993	253
Frie – IPE Capital Retex / Paiep	20	24 939.89	24 939.90		499	
Frie – Norpedip – Fundo de Reest. Intern. Empresarial	575 000	4.99	4.99		2 868	1 320
Frie – Sulpedip – Fundo de Reest. Intern. Empresarial	575 000	4.99	4.99		2 868	550
Frie – Sulpedip – Retex	200 000	4.99	4.99		998	181
Fundo BPI – América	200 000	4.99	4.99		998	
Fundo Grupo BFE Imobiliário	73 707	4.99	5.01	5.77	371	2
Margueira Capital – Fundo de Investimento Imobiliário	130 730	4.99	4.99		652	
					12 247	2 306
Outros valores						
BPI SGPS – Dir. Inc.94	1					
Oliva – Direitos de redução	100		0.45			
Cimpor – Cim. Portugal – SGPS – Dir. Inc. – Em – 99	1					
Cofina SGPS – warrant (obrig.98)	13 020			1.40		
Inparsa – Direitos sobranes	2		21.50			
Fabricas Triunfo – Dir. redução Em. 2001	8		5.00			
Soc. Construções Erg / 93	3					
Somague – SGPS – Warrant (Obgs. 98)	115 015			0.02		
Valores de rendimento variável – emitidos por não residentes						
Acções						
Altitude Software	5 984 560	0.45	2.34		14 013	2 340
BPI Strategies, LTD. – Class B	5 000	0.01	1 002.51	1 036.23	5 013	
Cis Corporation	39 512	4.49	4.67	0.15	163	157
European Investment Fund	6	1 000 000.00	1 000 000.00		6 000	
Growela Cabo Verde	19 000	9.07	7.34		139	139
Liaoyang EFACEC	1 700	1 151.54	749.39		1 274	1 274
Multiwave	151 516		1.88		284	
Parques Reunidos	304 140	0.25	5.19	3.63	1 580	476
Sofaris	13	49.55	94.75		1	
Unirisco Galicia	80	1 202.02	1 202.03		96	
					28 563	4 386
Acções preferenciais / Perp.						
BCI Funding Acções Pref. Perp.	12 800	1 000.00	981.75	988.50	12 566	
Central Hispano Euroc. – Acç. Pref. S/ voto – A	200 000	25.06	25.53	24.87	5 107	133
K2 Corporation – Tx.Vr. – Pref.Perp	5 000	1 002.51	1 002.51	1 002.51	5 013	
					22 686	133
Unidades de participação						
Fundo BPI – Europa (Luxemburgo)	23 405	0.01	7.32		172	
Fundo E Millenium	2 821 312		1.00		2 821	
Scudder New Europe Fund Inc.	10 000	10.03	12.33	18.67	125	
					3 118	
Títulos próprios						
BPI – SGPS	2 492 397	1.00	2.62	2.46	6 287	156
					6 287	156
					1 126 952	20 064

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Provisões
			euros		m. euros	
IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS						
Partes de capital em empresas associadas						
Aquapor – Serviços, S.A.	323 400	5.00	35.78		11 572	167
Banc Post, S.A.	113 015 995	0.03	0.06		16 911	
Caravela Gest, SGPS, S.A.	108 572	5.00	4.99		542	
Centro de Educação Integral, S.A.	51 765	4.99	4.99		258	258
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	2 768 178	5.00	15.06		38 149	
Cosec – Companhia de Seguros de Crédito, S.A.	750 000	5.00	9.40		12 000	
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.	1 875 000	1.00	1.00		333	
F.Turismo – Capital de Risco, S.A.	250 000	5.00	4.99		1 306	
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	1 814 125	5.00	14.91		13 610	
Solo – Investimentos em Comunicação, SGPS, S.A.	45 000	0.50	0.47		16	16
Telemanutenção – Assistência Remota e Computadores, S.A.	4 900	4.99	49.88		244	122
Vera Cruz Exportação – Indústria e Comércio, S.A.	689 145	0.36	0.81		558	558
Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.					13 813	
					109 312	1 121
Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação						
BPI, Inc	300		17.76		123	
BPI Locação de Equipamentos, Lda.						
BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	200 000	5.00	7.24		3 669	
BPI Rent – Comércio e Aluguer de Bens, Lda.					4 344	
BPI Strategies Ltd.	1 000	0.01	0.01			
BPI (Suisse)	1 498	679.30	679.30			
BPI Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	3 597 510	5.00	5.57		34 161	
Douro – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	3 580 088	5.00	3.48		3 877	
Eurolocação – Comércio e Aluguer de Veículos e Equipamento, S.A.	30 000	5.00	3.54		416	
Promática – Sociedade Informação e de Organização de Empresas, S.A.	150 000	5.00	5.72		1 308	
Simofer – Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Construção Civil, Lda.						
					47 898	
OUTRAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS						
Participações sujeitas ao regime transitório definido no Aviso do Banco de Portugal n.º 4 / 2002						
<i>No país – em instituições de crédito</i>						
SPGM – Sociedade de Investimentos, S.A. – N	23 750	49.88	49.88		1 185	
SPGM – Sociedade de Investimentos, S.A. – P	16 640	49.88	49.88		830	
<i>No país – em outras empresas</i>						
Alberto Gaspar, S.A.	60 000	4.99	4.99		299	107
Arco Bodegas Unidas	63 382	6.01	69.41		4 399	16
Associação EASDA	100		250.32		25	21
Barbosa & Almeida	1 090 493	5.00	14.71	14.99	16 039	
Cofina SGPS	4 354 960	0.50	2.76	2.33	12 019	1
Conduril – Construtora Duriense, S.A.	184 262	5.00	4.37	4.50	806	
EIA – Ensino, Investigação e Administração, S.A.	10 000	4.99	4.99		50	1
Ibersol – SGPS, S.A.	1 265 930	1.00	4.30	3.56	5 444	2
IES – A	106 400	4.99	3.19		339	
IES – B	159 600	4.99	6.19		988	
Impresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	7 380 687	1.00	10.25	2.78	75 652	1 160
International Factors Group	12	50.00	50.00		1	
Mimalha, S.A.	40 557	4.99	8.27		336	336
NET – Novas Empresas e Tecnologias, S.A.	6 099	4.99	0.52		3	
Pararede – SGPS, S.A.	4 811 910	1.00	1.44	0.25	6 951	3 053
PME Capital – Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S.A.	261 250	5.00	4.99		1 303	
PME Investimentos – Sociedade de Investimentos S.A.	261 250	5.00	4.99		1 303	
Portugal Telecom, S.A.	20 743 391	1.00	10.76	7.80	223 197	696
Ricardo Gallo – Vidro de Embalagem, S.A.	39 600	5.00	7.27		288	72
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	738 455	5.00	4.22		3 115	

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Provisões
			euros		m. euros	
Participações sujeitas ao regime transitório definido no Aviso do Banco de Portugal n.º 4 / 2002 (cont.)						
<i>No país – em outras empresas (cont.)</i>						
SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A.	734 233	4.99	194.45		142 774	1 679
Soc. Portuguesa de Inovação, Consultoria Emp. e Fomento da Inovação, S.A.	10 980	4.99	4.99		55	
Sonae SGPS, S.A.	244 430	1.00	2.34	0.57	573	10
Soset – Sociedade Desenvolvimento Regional Península Setúbal, S.A.	68 000	4.99	4.99		339	149
Tagusparque – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque, S.A.	480 000	5.00	4.99		2 394	
Unicre – Cartão Internacional de Crédito	299 265	5.00	3.53		1 057	
VAA – Vista Alegre Atlantis SGPS (Fusão)	8 391 597	1.00	1.43	0.77	12 035	120
VAA – Vista Alegre Atlantis SGPS (St.Split.)	988 485	1.00	2.71	0.75	2 680	902
Vista Alegre Investimentos, SGPS, S.A.	1 025	4.99	4.99		3	
<i>No estrangeiro – em outras empresas</i>						
CLD – Credit Logement Developpment	100	15.24	15.25		2	
InterBancos	49 900	943.16	0.95		47	
Swift – Society for Worldwide Inf.Dev	5	123.95	1 234.51		6	
Tharwa Finance (dirhams)	105 000	9.51	9.51		998	
Participações não sujeitas ao regime transitório definido no Aviso do Banco de Portugal n.º 4 / 2002						
<i>No país – em outras empresas</i>						
Plastrate – Com.Intern.Plasticos – S.A.	19 200		5.00		96	
<i>No estrangeiro – em outras empresas</i>						
Empresa Interbancaria de Serviços	7 875	10.03	10.03		79	
Euronext	301 000	1.00	20.65	19.00	6 216	
					523 926	8 325
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS						
<i>Cauções</i>					374	
<i>Empréstimos subordinados</i>					128	
<i>Prestações suplementares de capital</i>						
Plastrate					154	
<i>Contratos de suprimento</i>						
Auto Estradas do Atlântico					5 411	
Caravela Gest SGPS					1 354	
Digimarket					879	
IES – A					267	
IES – B					401	
InterBancos – Suprimentos					229	
Intersis					50	50
Maxstor – Suportes e Matrizes Informáticos, S.A.					957	957
Myplace					1 378	
Multitema SGPS (suprimentos)					199	
Sociedade Imobiliária Urbanização do Parque, S.A.					137	
SVB SGPS, S.A.					2 301	
ViaLitoral – Conc. Rodoviária da Madeira					891	
Solo – Investimentos em Comunicação SGPS, S.A.					51 224	587
					65 678	1 594
<i>Outros</i>						
Participações sujeitas ao regime transitório definido no Aviso do Banco de Portugal n.º 4 / 2002						
Ambelis – Agência p/ Modernização Económica de Lisboa, S.A.	400	49.88	49.88		20	
Amsco – African Management Services Com	1 807	1 002.51	554.79		1 002	1 003
Apor – Agência p/ Modernização do Porto – Cl. B	2 400	4.99	4.99		12	
Associação para Escola Gestão do Porto / 2000	2	4.99	24 940.00		50	1
Auto-Estradas Atlântico II – Conc.Serviços	1 000	5.00	5.00		5	
Auto-Estradas Atlântico	1 100 000	5.00	4.99		5 487	
Chipidea – Microelectrónica					655	16
Citeve – Cent. Tec. Ind. Tex. Vest. Portugal	20	498.80	498.80		10	
Club Financiero Vigo	1	15 626.31	17 730.00		18	1

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Provisões
		euros			m. euros	
Outros (cont.)						
Participações sujeitas ao regime transitório definido no Aviso do Banco de Portugal n.º 4 / 2002 (cont.)						
Coimbravita – Agência Desenvolvimento Regional	15 000	4.99	4.99		75	
FIEP – Fundo para a Internacionalização das Emp. Portuguesas SGPS, S.A.	3 900 000	4.99	4.99	5.05	19 465	
Frie Ipe Capital – Retex / Paiep	20	24 939.89	24 939.90		499	
Frie – PME Capital – Retex	200 000	4.99	4.99		998	92
Fundo Inv.Capital de Risco – F. Turismo	43	24 939.89	25 222.91		1 084	255
Fundo Inv. Imobiliário Margueira Cap.	2 949 761	4.99	4.99		14 713	
Gestinsua – Aq. Al. Património	430	5.00	5.00		2	1
Margueira – Sociedade Gestora de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.	3 362	4.99	4.99		17	
Oficina de Inovação					15	
Parque Industrial da Matola – MZM	10 680 004	0.04	0.01		65	1
Porticentro – Sociedade de Construção, Gestão e Turismo, Lda.					100	100
Primus – Prom. e Desenvolvimento Regional, S.A.	8 000	4.99	4.99		40	
Ricardo Gallo – Vidro de Embalagem, S.A.	100 100	5.00	7.92		793	
Sanjimo – Sociedade Imobiliária	1 620	4.99	4.99		8	5
SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A. (adiantamento)					733	
Sociedade Imobiliária Urbanização do Parque, S.A.	1 402	4.99	4.99		7	4
Sodera – Sociedade de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	1 950	24.94	20.78		41	
Spidouro – Sociedade Promoção e Investimento Douro e Tras-os-Montes	15 000	4.99	4.99		75	42
SUBLOC – Locação de submarinos, S.A.	2 500	10.00	10.00		25	
Swift – Society for Worldwide Inf.Dev	57	123.95	235.03		41	
ViaLitoral – Conc. Rodoviária da Madeira	142 500	5.00	5.18		738	
Participações não sujeitas ao regime transitório definido no Aviso do Banco de Portugal n.º 4 / 2002						
SDEM – Soc. De Desenvolvimento Empr.Madeira, SGPS	937 500	1.00	1.00		937	
					47 730	1 521
					114 064	3 115

Em 30 de Junho de 2002, os valores de balanço e os valores de mercado (ou valores atribuíveis, se aqueles não existirem) das principais participações financeiras¹ detidas pelo Grupo BPI são:

	Valor de balanço				Valor de mercado ⁵	Valor atribuível ⁶	Mais (menos) valia
	Valor bruto	Mais-valia suspensa	Provisão	Valor líquido			
Arco Bodegas Unidas, S.A.	4 399		17	4 382		3 243	(1 139)
Auto Estradas do Atlântico, S.A.	5 492			5 492		8 852	3 360
Barbosa & Almeida, S.A.	16 039			16 039	16 205		166
Cofina, SGPS, S.A.	12 018		1	12 017	10 191		(1 826)
Euronext	6 216			6 216	6 496		280
FIEP – Fundo para a Internacionalização das Empresas Portuguesas SGPS, S.A.	19 465			19 465		29 550	10 085
Fundo Inv. Imobiliário Margueira Cap.	14 714			14 714		22 070	7 356
Ibersol, SGPS, S.A.	5 444		2	5 442	4 570		(872)
Impresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ²	75 652	14 388	1 160	60 104	17 271		(42 833)
ParaRede, SGPS, S.A.	6 951		3 053	3 898	2 310		(1 588)
Portugal Telecom, S.A.	223 197		696	222 501	168 851		(53 650)
SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A. ³	193 997	48 716	2 281	143 000		55 051	(87 949)
VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.	14 716		1 022	13 694	7 420		(6 274)
Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda. ⁴	13 813			13 813		130 000	116 187
	612 113	63 104	8 232	540 777	233 314	248 766	(58 697)

1) São consideradas as participações em que o valor de aquisição é superior a 5 milhões de euros. Não é incluída a participação no capital social da Aquapor – Serviços, S.A. em virtude de o BPI dispor de uma opção de venda (condicionada a participação no capital social de sociedade do Grupo Águas de Portugal) e de uma opção de venda (incondicional mas resolúvel na eventualidade de a primeira opção ser exercida) que asseguram a recuperação do montante investido.

2) A mais valia suspensa é dedutível ao valor de balanço por o seu reconhecimento como resultado do exercício se encontrar suspenso.

3) Esta participação corresponde a 734 233 acções detidas pela Dixit – Investimentos Estratégicos, SGPS, S.A. e a 263 424 acções detidas através da Solo – Investimentos em Comunicação, SGPS, S.A. A mais valia suspensa é dedutível ao valor de balanço por o seu reconhecimento como resultado do exercício se encontrar suspenso. O valor atribuível depende do valor de mercado da Impresa segundo a relação determinada na avaliação da Oferta Pública de Venda desta sociedade.

4) O valor atribuível corresponde à avaliação do BPI.

5) O valor de mercado é determinado pela média de cotações diárias dos últimos seis meses completos.

6) Excepto quanto à SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A. e quanto à Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda., o valor atribuível é determinado pelo produto da parte correspondente à situação líquida da sociedade participada pelo factor 1.5.

4. NOTAS

4.1. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Caixa	121 193	97 158
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	251 640	85 899
Depósitos à ordem em bancos centrais estrangeiros	79 131	85 365
	451 964	268 422

A rubrica DEPÓSITOS A ORDEM NO BANCO DE PORTUGAL inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

4.2. Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País		
Depósitos à ordem	1 578	4 238
Cheques a cobrar	196 003	174 658
Outras disponibilidades	1 270	9 882
Disponibilidades sobre instituições de crédito no Estrangeiro		
Depósitos à ordem	119 958	64 460
Cheques a cobrar	5 624	4 247
Outras disponibilidades	70	
	324 503	257 485

O saldo da rubrica CHEQUES A COBRAR SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO PAÍS corresponde a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições monetárias residentes, os quais, em geral, não permanecem nesta conta por mais de um dia útil.

4.3. Outros créditos sobre instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Aplicações em bancos centrais		
No Banco de Portugal		
Títulos de depósito	272 975	353 136
	272 975	353 136
Aplicações em outras instituições monetárias		
Mercado monetário interbancário	53 000	83 500
Outros	103 415	75 243
	156 415	158 743
Aplicações em outras instituições de crédito		
No país	411 881	430 256
No estrangeiro	2 457 355	2 675 207
	2 869 236	3 105 463
	3 298 626	3 617 342
Crédito e juros vencidos	105 848	124 591
Provisões para crédito vencido	(105 549)	(124 089)
Provisões para risco país	(50)	(40)
	(105 599)	(124 129)
	3 298 875	3 617 804

Os títulos de depósito representam depósitos constituídos junto do Banco de Portugal sob forma escritural que foram subscritos, em montantes fixados pelo Banco Central, no âmbito da alteração do regime de constituição das disponibilidades mínimas de caixa entrado em vigor em 1 de Novembro de 1994. Em 30 de Junho de 2002 e 2001, estes títulos venciam juros às taxas de 3.30% e 4.77%, respectivamente.

A rubrica CRÉDITO E JUROS VENCIDOS respeita a créditos sobre um Banco Central.

O movimento ocorrido nas provisões durante os primeiros semestres de 2002 e 2001 é apresentado na nota 4.27.

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, esta rubrica apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2002	2001
Até 3 meses	2 488 487	2 504 641
De 3 meses a 1 ano	441 655	616 639
De 1 a 5 anos	344 782	484 584
Superior a 5 anos	20 076	2 744
Indeterminado	3 626	8 734
	3 298 626	3 617 342

Nota: Não inclui crédito e juros vencidos.

4.4. Créditos sobre Clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Crédito a curto prazo		
Interno		
Desconto	365 839	362 704
Créditos titulados por efeitos	301 339	291 549
Créditos em conta corrente	1 703 089	1 762 751
Descobertos em depósitos à ordem	653 076	688 582
Créditos tomados – factoring	288 243	246 796
Outros créditos	9 339	29 194
Ao exterior	321 629	320 086
	3 642 554	3 701 662
Crédito a médio e longo prazos		
Interno		
Desconto	25 632	28 967
Empréstimos		
Imobiliário	4 973 861	3 990 532
Outros	4 190 820	3 625 961
Créditos titulados por efeitos	30 117	31 210
Créditos em conta corrente	1 202 636	1 367 941
Outros créditos	3 988	4 303
Ao exterior	883 945	1 006 283
	11 310 999	10 055 197
Locação financeira mobiliária	634 189	621 855
Locação financeira imobiliária	382 355	342 501
Empréstimos subordinados	11 242	11 236
Aplicações de recursos consignados	654	764
	15 981 993	14 733 215
Crédito e juros vencidos	204 612	153 867
Provisões para crédito de cobrança duvidosa	(35 105)	(4 112)
Provisões para crédito vencido	(89 574)	(87 275)
Provisões para risco país	(1 543)	(5 927)
	(126 222)	(97 314)
	16 060 383	14 789 768

O movimento ocorrido nas provisões durante os primeiros semestres de 2002 e 2001 é apresentado na nota 4.27.

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, esta rubrica apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2002	2001
Até 3 meses	2 091 557	2 752 947
De 3 meses a 1 ano	2 844 986	2 004 812
De 1 a 5 anos	3 083 833	3 300 101
Superior a 5 anos	7 429 983	6 100 253
Indeterminado	531 634	575 102
	15 981 993	14 733 215

Nota: Não inclui crédito e juros vencidos.

4.5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valor de balanço		Valor de mercado	
	2002	2001	2002	2001
A. Emissores públicos				
Títulos cotados				
De negociação				
Obrigações de emissores públicos nacionais				
Taxa fixa	314 571	672 004	314 571	672 004
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	927 623	342 594	927 623	342 594
De investimento				
Obrigações de emissores públicos nacionais				
Taxa fixa	137 559	279 975	141 980	306 766
Taxa variável	41 100	48 688	41 076	48 626
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	47 734	51 610	49 742	54 479
Provisões para depreciação de títulos	(30)	(64)		
	1 468 557	1 394 807	1 474 992	1 424 469
Títulos não cotados				
De negociação				
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	20	1 566		
Outros títulos de emissores públicos estrangeiros	3 893			
De investimento				
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	30 588	45 211		
	34 501	46 777		
	1 503 058	1 441 584		
B. Outros emissores				
Títulos cotados				
De negociação				
Obrigações de outros emissores estrangeiros	5 138	9 974	5 095	9 974
Obrigações de organismos financeiros internacionais	5 099		5 071	
De investimento				
Obrigações de outros emissores nacionais	48 388	265 140	48 227	263 916
Obrigações de organismos financeiros internacionais	42 530	49 239	42 393	48 985
Obrigações de outros emissores estrangeiros	261 403	410 836	262 307	416 034
Títulos subordinados		65 763		65 555
Provisões para depreciação de títulos	(2 406)	(3 062)		
	360 152	797 890	363 093	804 464
Títulos não cotados				
De negociação				
Obrigações de outros emissores estrangeiros	847	183		
De investimento				
Obrigações de outros emissores nacionais	207 208	387 495		
Obrigações de organismos financeiros internacionais	117 459	117 459		
Obrigações de outros emissores estrangeiros	70 517	27 968		
Provisões para depreciação de títulos	(375)	(412)		
	395 656	532 693		
Provisões para risco país	(409)	(409)		
Títulos e juros vencidos	285	1 198		
Provisões para títulos e juros vencidos	(246)	(1 198)		
	39	0		
	755 438	1 330 174		

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, a rubrica OBRIGAÇÕES DE OUTROS EMISSORES NACIONAIS NÃO COTADAS, da carteira de investimento, inclui 198 617 m. euros e 380 168 m. euros, respectivamente, relativos a papel comercial. Em 30 de Junho de 2002, a rubrica OBRIGAÇÕES DE OUTROS EMISSORES ESTRANGEIROS NÃO COTADAS, da carteira de investimento, inclui 55 683 m. euros relativos a papel comercial.

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, as obrigações da carteira de investimento estão, em parte, afectas à cobertura de passivos e elementos extrapatrimoniais.

O movimento ocorrido nas provisões durante os primeiros semestres de 2002 e 2001 é apresentado na nota 4.27.

4.6. Acções e outros títulos de rendimento variável

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valor de balanço		Valor de mercado	
	2002	2001	2002	2001
Titulos cotados				
De negociação				
Acções	14 812	43 025	14 801	42 896
Unidades de participação	442	722	443	739
Flutuação de valores		18		
Provisões para depreciação de títulos	(11)	(130)		
De investimento				
Acções	20 060	25 070	13 334	18 813
Acções preferenciais	22 686	67 524	22 639	67 524
Outras unidades de participação	497	2 556	612	2 344
Provisões para depreciação de títulos	(7 119)	(7 134)		
	51 367	131 651	51 829	132 316
Titulos não cotados				
De investimento				
Acções	58 068	56 278		
Unidades de participação em FRIEs	10 226	10 226		
Outras unidades de participação	4 642	2 994		
Provisões para depreciação de títulos	(9 978)	(8 070)		
	62 958	61 428		
	114 325	193 079		

O movimento ocorrido nas provisões durante os primeiros semestres de 2002 e 2001 é apresentado na nota 4.27.

4.7. Partes de capital em empresas associadas

As partes de capital em empresas associadas correspondem a:

	Participação efectiva (%)		Valor de balanço (liq.)	
	2002	2001	2002	2001
Aquapor – Serviços, S.A. ¹	24.5		11 405	
Banc Post, S.A.	17.0	17.0	16 911	17 521
Caravela Gest, SGPS, S.A.	16.7	16.7	542	542
Centro de Educação Integral, S.A. ²	19.7	19.7		
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	35.0	35.0	38 149	36 423
Cosec – Companhia de Seguros de Crédito, S.A.	50.0	50.0	12 000	11 522
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. ³	25.0		333	
F. Turismo – Capital de Risco, S.A.	25.0	25.0	1 306	1 299
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	32.8	32.8	13 610	11 844
Luságua – Gestão de Águas, S.A. ⁴		30.0		344
Solo – Investimentos em Comunicação, SGPS, S.A. ⁵	45.0	45.0		836
Telemanutenção – Assistência Remota a Computadores, S.A.	22.8	22.8	122	122
Vera Cruz Exportação – Indústria e Comércio, S.A.	20.9	20.9		110
Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.	26.0	26.0	13 813	9 811
			108 191	90 374

Nota: O valor de balanço das empresas associadas integradas no Grupo BPI (nota 1) corresponde à reavaliação da participação pelo método de equivalência patrimonial.

1) Esta participação não é incluída no perímetro de consolidação por o Grupo BPI dispor de uma opção de venda que tenciona exercer.

2) Esta participação está integralmente provisionada.

3) Em 30 de Junho de 2001, esta participação estava registada na carteira de investimento, na rubrica AÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL (nota 4.6).

4) Esta participação foi alienada no segundo semestre de 2001.

5) O Grupo BPI adquiriu, inicialmente, a totalidade do capital social da Solo – Investimentos em Comunicação, SGPS, S.A. Posteriormente, o Grupo BPI alienou 55% daquele capital social e emitiu uma opção de venda, a favor do adquirente, abrangendo a totalidade do capital alienado. Em 30 de Junho de 2002, o valor desta participação para efeitos de consolidação é nulo por estar integralmente provisionado.

O movimento ocorrido nas provisões durante os primeiros semestres de 2002 e 2001 é apresentado na nota 4.27.

Em 30 de Junho de 2002, os saldos respeitantes a operações com as empresas associadas integradas no Grupo BPI são os seguintes:

Crédito concedido	2
Devedores	14 725
Depósitos	32 637
Credores	109
Garantias prestadas	863

4.8. Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação

As partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação correspondem a:

	Participação efectiva (%)		Valor de balanço (liq.)	
	2002	2001	2002	2001
BPI, Inc.	100.0	100.0	123	128
BPI Locação de Equipamentos, Lda. ¹	100.0	100.0		
BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	100.0	100.0	3 669	3 650
BPI Rent – Comércio e Aluguer de Bens, Lda.	100.0	100.0	4 344	4 559
BPI Strategies, Ltd.	100.0	100.0		
BPI (Suisse), S.A.	99.9			
BPI Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	100.0	100.0	34 161	34 448
Douro – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	100.0	98.7	3 877	3 832
Eurolocação – Comércio e Aluguer de Veículos e Equipamento, S.A.	100.0	100.0	416	439
Promática – Sociedade de Informação e de Organização de Empresas, S.A.	100.0	100.0	1 308	1 338
Simofer – Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Construção Civil, Lda. ²	100.0	100.0		
			47 898	48 394

Nota: O valor de balanço das empresas filiais integradas no Grupo BPI (nota 1) corresponde à reavaliação da participação pelo método de equivalência patrimonial.

1) Esta participação apresenta valor de balanço nulo em virtude de os seus capitais próprios serem negativos. De acordo com a política do BPI, a rubrica CONTAS DE REGULARIZAÇÃO (PASSIVO) regista os capitais negativos da sociedade (nota 4.18).

2) O valor desta participação para efeitos de consolidação é nulo, estando constituída uma provisão (na rubrica PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS) para fazer face aos prejuízos acumulados pela empresa.

Em 30 de Junho de 2002, os saldos respeitantes a operações realizadas por empresas do Grupo com as suas filiais não consolidadas pelo método de integração global são os seguintes:

Crédito concedido	155 592
Devedores	170
Depósitos	8 430
Garantias prestadas	46 021

4.9. Outras participações financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Títulos cotados		
Acções	361 610	521 437
	361 610	521 437
Títulos não cotados		
Acções	162 291	185 009
Outros	25	
	162 316	185 009
	523 926	706 446
Provisões para depreciação de participações	(8 325)	(7 831)
	515 601	698 615

O movimento ocorrido nas provisões durante os primeiros semestres de 2002 e 2001 é apresentado na nota 4.27. Em 30 de Junho de 2002 e 2001, o saldo desta rubrica corresponde a:

	Participação efectiva (%)		Valor de balanço (liq.)	
	2002	2001	2002	2001
Arco Bodegas Unidas	1.8	1.8	4 383	4 399
B.A. – Fábrica de Vidros Barbosa & Almeida, S.A.	14.5	14.5	16 039	16 039
Brisa – Autoestradas de Portugal, S.A. ¹		5.7		161 178
Cofina, SGPS, S.A.	8.7	8.7	12 018	12 018
Conduril – Construtora Duriense, S.A.	7.7	7.7	806	806
Euronext	0.2		6 216	
F. Ramada – Aços e Indústrias, S.A.		8.0		3 131
FIEP – Fundo para a Internacionalização das Empresas Portuguesas, SGPS, S.A. ²		19.5		19 465
Ibersol – SGPS, S.A.	6.3	6.3	5 442	5 444
IES – Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, S.A.	13.3	13.3	1 327	1 327
Impresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	10.3	10.3	74 492	75 652
Pararede – SGPS, S.A.	3.8	7.7	3 898	8 288
PME Capital – Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S.A.	4.8	4.8	1 303	926
PME Investimentos – Sociedade de Investimentos, S.A.	4.8	4.8	1 303	926
Portugal Telecom, S.A.	1.7	1.7	222 501	223 197
Ricardo Gallo – Vidro de Embalagem, S.A.	1.7	6.7	216	1 009
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	15.0	15.0	3 115	3 115
SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A. ^{3, 4}	14.7	14.7	141 095	142 774
Sonae, SGPS, S.A.	0.0	0.0	563	573
S.P.G.M. – Sociedade de Investimentos, S.A.	16.2	16.3	2 015	2 035
Tagusparque, S.A.	11.0	11.0	2 394	2 394
Tharwa Finance	13.1	13.1	998	1 035
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	17.6	17.6	1 057	1 057
VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.	16.6	12.0	13 693	10 969
Outras			727	858
			515 601	698 615

Nota: O quadro individualiza as participações financeiras de montante global superior a 500 mil euros (líquidas de provisões).

1) Participação alienada durante o 1.º semestre de 2002.

2) Em 30 de Junho de 2002, esta participação está registada na rubrica OUTROS ACTIVOS / OUTRAS IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS (nota 4.12).

3) O valor de balanço destas participações não considera mais-valias suspensas no montante de 63 104 m. euros (nota 4.18).

4) Esta participação é detida pela Dixit – Investimentos Estratégicos, SGPS, S.A. Adicionalmente, o Grupo BPI detém, através da Solo – Investimentos em Comunicação, SGPS, S.A., uma participação na SIC – Sociedade Independente de Comunicação S.A. a que, em conjunto com aquela, corresponde uma participação efectiva de 19.9% do capital desta sociedade.

4.10. Imobilizações incorpóreas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valor bruto				Saldo em 30.06.02
	Saldo em 31.12.01	Aquisições	Alienações e abates	Transferências e outros	
Trespasse	268	69		63	400
Despesas de estabelecimento	15 039	67	(560)	(450)	14 096
Custos plurienais	3 784				3 784
Despesas de investigação e desenvolvimento	19 906			1 111	21 017
Sistemas de tratamento automático de dados	47 697	2 708	(167)	654	50 892
Outras imobilizações	13 192	153	(624)	40	12 761
	99 886	2 997	(1 351)	1 418	102 950
Imobilizações em curso	2 389	846		(1 713)	1 522
	102 275	3 843	(1 351)	(295)	104 472

4.11. Imobilizações corpóreas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valor bruto				Saldo em 30.06.02
	Saldo em 31.12.01	Aquisições	Alienações e abates	Transferências e outros	
Imóveis em uso					
Imóveis de serviço próprio	204 356	79	(217)	(1 619)	202 599
Outros imóveis	6 674		(1 039)	1 797	7 432
Obras em imóveis arrendados	85 588	371	(4 752)	1 683	82 890
Imóveis em locação financeira					
Imóveis em curso					
Imóveis de serviço próprio	2 336	1 091		(1 258)	2 169
Obras em imóveis arrendados	2 259	1 568		(2 115)	1 712
	301 213	3 109	(6 008)	(1 512)	296 802
Equipamento					
Mobiliário e material	37 117	640	(323)	(87)	37 347
Máquinas e ferramentas	14 868	251	(185)	(123)	14 811
Equipamento informático	130 676	3 468	(6 200)	111	128 055
Instalações interiores	56 793	2 167	(887)	1 210	59 283
Material de transporte	20 191	1 022	(1 488)	(138)	19 587
Equipamento de segurança	15 839	278	(268)	(13)	15 836
Outro equipamento	257	1	(1)	(6)	251
	275 741	7 827	(9 352)	954	275 170
Outras imobilizações					
Património artístico	1 856	22		(3)	1 875
Outras imobilizações em locação financeira	1 700			(17)	1 683
Outras	15 279	30	(266)	15	15 058
	18 835	52	(266)	(5)	18 616
Imobilizações em curso					
Equipamento	2 364	3 730	(9)	(1 134)	4 951
Outras imobilizações	123	7		(66)	64
Adiantamentos por conta de imobilizações	20 927	139		(236)	20 830
	23 414	3 876	(9)	(1 436)	25 845
	619 203	14 864	(15 635)	(1 999)	616 433

	Amortizações				Valor líquido	
	Saldo em 31.12.01	Amortizações do período	Alienações e abates	Transferências e outros	Saldo em 30.06.02	Saldo em 30.06.00
	80	54		(43)	91	278
	14 561	162	(560)	(527)	13 636	620
	3 228	230			3 458	800
	12 458	2 200			14 658	5 644
	40 318	2 560	(167)	(38)	42 673	9 330
	10 775	969	(623)	(8)	11 113	3 189
	81 420	6 175	(1 350)	(616)	85 629	17 321
						19 861
						1 522
	81 420	6 175	(1 350)	(616)	85 629	18 843
						23 906

	Amortizações				Valor líquido	
	Saldo em 31.12.01	Amortizações do período	Alienações e abates	Transferências e outros	Saldo em 30.06.02	Saldo em 30.06.01
	60 783	1 697	(14)	(625)	61 841	140 758
	1 583	59	(174)	604	2 072	147 491
	46 945	3 359	(3 332)	(18)	46 954	5 360
						37 996
						971
						2 169
						2 557
						1 712
						3 852
	109 311	5 115	(3 520)	(39)	110 867	185 935
						196 240
	24 914	1 284	(301)	(30)	25 867	11 480
	11 803	510	(185)	(45)	12 083	12 268
	103 973	7 053	(6 187)	(236)	104 603	2 728
	35 522	1 830	(589)	312	37 075	23 452
	11 317	2 042	(1 257)	(206)	11 896	22 208
	9 836	769	(216)	(3)	10 386	19 241
	210	42	(1)	(38)	213	7 691
	197 575	13 530	(8 736)	(246)	202 123	8 564
						5 277
						54
				(2)	(2)	1 877
						1 840
	441	320		13	774	909
	7 608	649	(92)		8 165	6 893
	8 049	969	(92)	11	8 937	6 893
						8 206
						4 951
						3 165
						64
						24
						20 830
						22 087
					25 845	25 276
	314 935	19 614	(12 348)	(274)	321 927	294 506
						310 130

4.12. Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Ouro, metais preciosos e numismática	1 361	978
Outras disponibilidades	1 383	1 589
Devedores		
Bonificações a receber	49 450	33 175
Adiantamentos BPI Taxa Garantida	35 577	50 977
Cessão de créditos à Finangeste	11 287	16 758
Impostos a recuperar	2 597	7 443
Outros	39 421	24 834
Aplicações por recuperação de créditos		
Imóveis	34 593	32 836
Outros	2 840	3 317
Devedores por operações com futuros e opções	1 504	1 158
Outras aplicações	583	790
Outras imobilizações financeiras	114 064	90 765
	294 660	264 620
Provisões para devedores de cobrança duvidosa	(33)	(736)
Provisões para aplicações por recuperação de créditos	(7 178)	(8 180)
Provisões para risco país	(27 865)	(27 823)
Provisões para depreciação de outras imobilizações financeiras	(3 115)	(2 055)
	(38 191)	(38 794)
	256 469	225 826

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, o saldo da rubrica OUTRAS IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS inclui 14 713 m. euros relativos a unidades de participação no Fundo de Investimento Imobiliário Margueira e 65 678 m. euros e 61 694 m. euros, respectivamente, relativos a contratos de suprimento. Em 30 de Junho de 2002, esta rubrica inclui ainda 19 465 m. euros relativos a unidades de participação no FIEP – Fundo para a Internacionalização das Empresas Portuguesas. Em 30 de Junho de 2001, estas unidades de participação estavam classificadas na rubrica OUTRAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS (nota 4.9).

O movimento ocorrido nas provisões durante os primeiros semestres de 2002 e 2001 é apresentado na nota 4.27.

4.13. Contas de regularização (activo)

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Proveitos a receber		
De aplicações em instituições de crédito	9 501	20 171
De crédito	76 048	86 550
De títulos	11 155	21 983
De operações cambiais, de taxas de juro e sobre cotações (swaps)	315 368	216 685
Reavaliação das obrigações Capital Seguro e Risco Limitado	66 730	75 088
Outros	44 963	26 749
	523 765	447 226
Despesas com custo diferido		
De responsabilidades representadas por títulos	8 352	4 370
De campanhas de publicidade	15 222	22 577
De contribuições para fundos de pensões	52 378	
De prémios de opções associadas às operações Capital Seguro	73 523	117 086
De operações de swap	22 166	
De outras operações extrapatrimoniais	9 461	1 295
Outras	13 821	14 379
	194 923	159 707
Flutuação de valores		
Fundos de pensões	99 471	
Outras	399	99
Outras contas de regularização		
Dividendos antecipados relativos a acções preferenciais	4 886	10 123
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	9 914	24 143
Operações activas a regularizar	30 664	43 490
Reavaliação de opções compradas associadas às operações Capital Seguro	13 492	
Outras	19 066	5 742
	177 892	83 597
Outras contas internas (nota 2.6)		49 400
	896 580	739 930

Em 30 de Junho de 2002, o saldo das despesas com custo diferido / contribuições para fundos de pensões inclui os seguintes saldos (nota 4.20):

	2002
Excesso de cobertura nos fundos de pensões	54
Acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas	50 872
Perdas actuariais resultantes de diferenças entre os pressupostos e os valores efectivamente realizados (montante não enquadrável no "corredor")	1 452
	52 378

Em 30 de Junho de 2002, o saldo das despesas com custo diferido / campanhas de publicidade resulta de:

Saldo em 31 de Dezembro de 2001	18 603
Despesas efectuadas no primeiro semestre de 2002	3 524
Imputação a custos efectuada em 2002	(6 905)
Saldo em 30 de Junho de 2002	15 222

Em 30 de Junho de 2002, o saldo da rubrica FLUTUAÇÃO DE VALORES / FUNDOS DE PENSÕES corresponde a perdas actuariais relativas à cobertura das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência, resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros e os valores efectivamente realizados (pelo montante enquadrável no "corredor"), nos termos do *Aviso do Banco de Portugal* n.º 12 / 2001 de 23 de Novembro.

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, a rubrica OPERAÇÕES SOBRE VALORES MOBILIÁRIOS A REGULARIZAR corresponde ao valor líquido das operações sobre valores mobiliários registadas entre a data de execução das operações e a data prevista nos regulamentos para a respectiva liquidação financeira (nota 4.18).

4.14. Débitos para com instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
A vista		
No País	14 933	33 190
No Estrangeiro	11 272	14 014
	26 205	47 204
A prazo ou com pré-aviso		
Recursos do Banco de Portugal		
Depósitos a prazo	33 703	78 097
	33 703	78 097
Recursos de outras instituições monetárias		
Mercado monetário interbancário	243 200	208 780
Depósitos a prazo ou com pré-aviso	273 291	40 667
Outros	29 198	18 968
	545 689	268 415
Recursos de outras instituições de crédito		
No País		
Depósitos a prazo ou com pré-aviso		24
Outros	9	6 013
No Estrangeiro		
Organismos financeiros internacionais	230 727	297 276
Depósitos a prazo ou com pré-aviso	3 045 083	4 150 472
Margens para cobertura de derivados	194 901	
Outros	878 756	733 544
	4 349 676	5 187 329
Vendas a descoberto	1 259 387	1 052 968
	6 188 455	6 586 809
	6 214 660	6 634 013

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, o saldo dos recursos de outras instituições de crédito no estrangeiro inclui, respectivamente, 161 760 m. euros e 13 968 m. euros de fundos captados pelas sucursais financeiras exteriores dos Bancos do Grupo.

Em 30 de Junho de 2001, as margens para coberturas de derivados encontravam-se registadas na rubrica DÉBITOS PARA COM CLIENTES (nota 4.15).

Os débitos para com instituições de crédito a prazo ou com pré-aviso apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2002	2001
Até 3 meses	3 992 556	3 678 690
De 3 meses a 1 ano	1 491 730	2 327 377
De 1 a 5 anos	546 929	412 181
Superior a 5 anos	125 130	125 120
Indeterminado	32 110	43 441
	6 188 455	6 586 809

4.15. Débitos para com Clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Depósitos de poupança	825 379	780 121
Outros débitos		
À vista	4 587 869	4 203 389
A prazo		
Depósitos	6 123 968	5 815 433
Empréstimos	3 231	2 993
Outros recursos		
Cheques e ordens a pagar	45 710	86 221
Operações de venda com acordo de recompra – títulos	5 115	486 266
Recursos por operações sobre futuros e opções	2 626	4 824
Margens para cobertura de derivados		144 366
Outros	20 694	18 582
	6 201 344	6 558 685
	11 614 592	11 542 195

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, a rubrica DÉBITOS PARA COM CLIENTES inclui, respectivamente, 755 323 m. euros e 391 195 m. euros de depósitos de Fundos de Investimento geridos pelo BPI bem como de depósitos da BPI Vida (sociedade que processa os seguros de capitalização vendidos pelo Grupo BPI).

Em 30 de Junho de 2002, as margens para coberturas de derivados encontram-se registadas na rubrica DÉBITOS PARA COM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO (nota 4.14)

Os débitos para com Clientes a prazo (incluindo depósitos de poupança) apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2002	2001
Até 3 meses	4 077 631	4 637 235
De 3 meses a 1 ano	2 520 733	2 154 054
De 1 a 5 anos	372 874	533 677
Indeterminado	55 485	13 840
	7 026 723	7 338 806

4.16. Débitos representados por títulos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Obrigações de caixa de taxa fixa		
BPI 95 / Cupão Zero	5 544	5 544
BPI 96 – 1.ª Emissão / Cupão Zero	2 032	2 032
BPI 97 – 1.ª Emissão / Cupão Zero	768	768
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.65%	65 820	70 299
BPI Rendimento Fixo 5 Anos 4.1%	67 471	71 610
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.1%	23 273	23 772
BPI Rendimento Fixo 5 Anos 4.5%	3 986	4 095
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.0%	27 276	24 529
BPI Rendimento Fixo 5 Anos 4.4%	911	927
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.2%	16 730	17 516
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.25%	60 395	9 013
BPI Aplicação 4.1%	45 182	47 267
BPI Aplicação 4.1% – 2.ª Emissão	68 708	72 418
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.3%		6 495
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.65%	1 269	1 277
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.2%		5 566
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.1%		4 808
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.32%		500
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.5%	1 450	4 030
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.4%	12 682	13 328
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.7%	1 359	1 484
BPI Rendimento Fixo Crescente	22 119	23 222
BPI 20/02/2001-2006 4.28%	5 000	5 000
BPI Cayman 08/03/2001-2007 4.25%	5 000	5 000
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.5%	1 922	
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.1%	749	
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.25%	1 072	
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.75%	1 705	
BPI 19/04/02-2004 4.1%	500	
BPI 05/04/02-2004 4%	1 110	
BPI 19/03/02-2004 4%	2 540	
BPI Cayman USD 28/05/02-2005 4%	43 152	
Obrigações de caixa de taxa variável		
BFB / 96		599
BFE 9.ª Emissão – Série A		10 368
BFE 9.ª Emissão – Série B		1 830
BPI Cayman 28/07/2000-2003	300 000	300 000
BPI Cayman 09/02/2001-2004	400 000	400 000
BPI Cayman 26/02/2001-2003	100 000	100 000
BPI Cayman 01/03/2001-2006	15 000	15 000
BPI Cayman 03/05/2001-2006	600 000	600 000
BPI Cayman 18/03/2002-2005	400 000	
Obrigações de caixa de rendimento variável¹		
BFB Risco Limitado América / 96		3 792
BFB Capital Seguro Espanha / 97		4 480
BFE Capital Seguro Alemanha / 97		10 941
BFE Capital Seguro América do Sul / 97		20 904
BFB Risco Limitado Portugal / 97	4 074	5 993
BFB Risco Limitado Europa-100 / 97	10 464	11 141
BFB Risco Limitado Europa & América / 98	1 275	1 830
BFB Capital Seguro Europa & América / 98	0	
BFB Capital Seguro Europa-100 / 98	34 423	39 563
BFB Capital Seguro Japão / 98	25 251	26 649
BFB Capital Seguro Portugal / 98	76 399	81 657
BFB Capital Seguro Itália / 98	15 965	16 912
BFB Capital Seguro França / 98	16 806	19 806
BPI Euro PT – 1999 – 1.ª e 2.ª Emissões		12 864
BPI Capital Seguro Portugal / 1999	12 301	12 995
BPI Capital Seguro Empresas Internacionais / 1999		31 105
BPI Capital Seguro Bolsas Mundiais / 1999		44 013
BPI Capital Seguro Multinacionais / 1999	45 134	47 051
BPI Capital Seguro Brasil / 99	1 675	6 657
BPI Capital Seguro Zona Euro 2004	19 316	20 053
BPI Capital Seguro Zona Euro 2007	30 162	31 429

	2002	2001
Obrigações de caixa de rendimento variável¹ (cont.)		
BPI Capital Seguro Zona Euro 2002	11 202	13 546
BPI Capital Seguro Internet USD / 99	4 208	5 963
BPI Capital Seguro Internet Euro / 99	32 683	32 785
BPI Capital Seguro Internet Euro / 99 – 2.ª Emissão	14 506	14 896
BPI Risco Limitado Comunicações Móveis USD / 2000	24 385	36 304
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 / 2000		2 885
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis USD / 2000	6 038	12 728
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis EUR / 2000	46 966	49 793
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis EUR / 2000 2.ª Emissão	48 553	49 667
BPI Risco Limitado Sector Nasdaq 100 USD / 2000	4 010	4 717
BPI Risco Limitado Sector Comunicações Móveis USD / 2000	4 010	4 717
BPI Risco Limitado Sector Internet USD / 2000	4 010	4 717
BPI Risco Limitado Sector 10 Uncommon Values USD / 2000	3 007	3 538
BPI Risco Limitado Sector Biotecnologia USD / 2000	7 519	8 844
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis EUR / 2000 3.ª Emissão	54 342	54 583
BPI Capital Seguro Biotecnologia USD / 2000	5 294	7 491
BPI Risco Limitado Biotecnologia USD / 2000	10 916	15 990
BPI Risco Limitado 10 Uncommon Values USD / 2000	3 491	9 880
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis EUR / 2000 4.ª Emissão	50 337	50 639
BPI Capital Seguro 10 Uncommon Values USD / 2000	3 939	6 657
BPI Capital Seguro Zona Euro 2005 2.ª Emissão	45 908	48 238
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 / 2008	2 500	2 500
BPI Risco Limitado Euro Telefonica 2000	5 829	10 038
BPI Risco Limitado Euro Stoxx 50 2005	2 980	3 000
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 2005	1 935	1 935
BPI Capital Seguro Selecção Europa 2003 – 1.ª emissão	29 959	30 714
BPI Capital Seguro Selecção Europa 2003 – 2.ª emissão	26 348	27 783
BPI Capital Seguro Zona Euro 2003	47 636	49 514
BPI Risco PT 2000-2002	2 750	2 750
BPI Capital Seguro Euro BPI 2000-2003	2 500	2 500
BPI Risco Limitado Euro PT 2000	17 102	17 895
BPI Risco Limitado Euro PT 2000 – 2.ª emissão	4 990	5 000
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 / 2003	7 500	7 500
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 / 2007	9 421	9 917
BPI Capital Seguro Índices Mundiais 2001	39 697	40 416
BPI Capital Seguro Rendimento Euribor 5.75% 2001	38 620	39 539
BPI Risco Limitado Portugal Telecom 2001		5 000
BPI Risco Limitado Tecnologia 2001	7 290	7 444
BPI Risco Limitado PT 2001	6 500	6 500
BPI Capital Seguro Zona Euro 2006	23 728	24 832
BPI Capital Seguro PTNC 2004	4 325	4 325
BPI Capital Seguro Zona Euro 2006 – 2.ª emissão	24 225	24 556
BPI Capital Seguro Quattro 2004	26 121	26 506
BPI Capital Seguro Rendimento Máximo 27.5% 2001-2004	7 831	7 892
BPI Capital Seguro Directo 2001	1 295	
BPI Capital Seguro Healthcare 2001-2006	5 260	
BPI Capital Seguro Healthcare 2006 – 2.ª emissão	2 500	
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 2001 – 2004	1 150	
BPI Cayman 18/10/2001-2006	63 525	
BPI Cayman 18/11/2001-2005	30 000	
BPI Capital Seguro Euro Imobiliário 2002	39 978	
BPI Capital Seguro Euro Imobiliário 2002-2007	6 000	
BPI Capital Seguro Cinco Mais 2002	18 469	
BPI Risco Limitado Portugal Telecom 2002	2 500	
BPI Risco Limitado Portugal Telecom 2002-2004	9 950	
BPI Capital Seguro Rendimento Máximo 5% 2002	39 327	
BPI Capital Seguro Rendimento Máximo 25% 2002-2005	5 750	
BPI Capital Seguro Rendimento Máximo 27.5% 2002-2005	25 000	
	3 573 785	3 094 766

1) O Grupo BPI dispõe de opções para cobertura dos riscos de variação dos custos suportados com estas obrigações.

As emissões de títulos a que se referem os saldos em 30 de Junho de 2002 têm as características seguintes:

	Valor nominal	Remuneração	Taxa de juro em vigor a 30.06.02 (%)	Data de reembolso
Obrigações de caixa de taxa fixa				
BPI 95 / Cupão Zero	5 544	Diferença entre o respectivo valor de reembolso e preço de emissão (2 494 m. euros)		Dezembro de 2003
BPI 96 – 1.ª Emissão / Cupão Zero	2 032	Diferença entre o respectivo valor de reembolso e preço de emissão (998 m. euros)		Abril de 2004
BPI 97 – 1.ª Emissão / Cupão Zero	768	Diferença entre o respectivo valor de reembolso e preço de emissão (499 m. euros)		Novembro de 2005
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.65% (2 emissões)	75 000	Fixada em 3.65%		Outubro de 2002
BPI Rendimento Fixo 5 Anos 4.1% (3 emissões)	75 150	Fixada em 4.1%		Outubro de 2004
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.1% (3 emissões)	26 058	Fixada em 4.1%		Entre Fevereiro de 2003 e Setembro de 2004
BPI Rendimento Fixo 5 Anos 4.5% (2 emissões)	4 182	Fixada em 4.5%		Fevereiro de 2005
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.0% (9 emissões)	29 739	Fixada em 4.0%		Entre Março de 2003 e Março de 2005
BPI Rendimento Fixo 5 Anos 4.4% (2 emissões)	937	Fixada em 4.4%		Março de 2005
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.2% (4 emissões)	18 291	Fixada em 4.2%		Entre Maio de 2003 e Fevereiro de 2004
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.25% (15 emissões)	61 281	Fixada em 4.25%		Entre Fevereiro e Junho de 2005
BPI Aplicação 4.1%	50 000	Fixada em 4.1%		Agosto de 2004
BPI Aplicação 4.1% – 2.ª Emissão	77 000	Fixada em 4.1%		Setembro de 2004
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.65%	1 377	Fixada em 4.65%		Janeiro de 2003
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.5% (4 emissões)	4 318	Fixada em 4.5%		Entre Junho de 2002 e Julho de 2002
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.4% (3 emissões)	13 967	Fixada em 4.4%		Entre Dezembro de 2002 e Agosto de 2003
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.7% (2 emissões)	1 584	Fixada em 4.7%		Agosto de 2002
BPI Rendimento Fixo Crescente (8 emissões)	23 895	Fixada em 4.0% em 2001, 4.5% em 2002 e 5.5% em 2003		Entre Setembro e Dezembro de 2003
BPI 2006	5 000	Fixada em 4.28%		Agosto de 2006
BPI Cayman 2007	5 000	Fixada em 4.25%		Agosto de 2007
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.5% (2 emissões)	1 935	Fixada em 3.5%		Entre Novembro de 2004 e Fevereiro de 2005
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.1%	751	Fixada em 3.1%		Dezembro de 2004
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.25%	1 074	Fixada em 3.25%		Janeiro de 2005
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.75%	1 730	Fixada em 3.75%		Março de 2005
BPI 19/03/02-2004 4%	2 588	Fixada em 4%		Março de 2004
BPI 05/04/02-2004 4%	1 110	Fixada em 4%		Abril de 2004
BPI 19/04/02-2004 4.1%	500	Fixada em 4.1%		Abril de 2004
BPI Cayman USD 28/05/02-2005 4%	43 152	Fixada em 4%		Maio de 2005
	(USD 43 044 000)			
Obrigações de caixa de taxa variável				
BPI Cayman 2003	300 000	Indexada à Euribor a 3 meses	3.577	Julho de 2003
BPI Cayman 2004	400 000	Indexada à Euribor a 3 meses	3.564	Fevereiro de 2004
BPI Cayman 2003	100 000	Indexada à Euribor a 3 meses	3.588	Junho de 2003
BPI Cayman 2006	15 000	Indexada à Euribor a 3 meses	3.604	Abril de 2006
BPI Cayman 2006	600 000	Indexada à Euribor a 3 meses	3.61	Maio de 2006
BPI Cayman 2005	400 000	Indexada à Euribor a 3 meses	3.618	Março de 2005
Obrigações de caixa de rendimento variável				
BFB Risco Limitado Portugal / 97	28 282	Indexada ao índice PSI 20, tendo como limites por obrigação -4.99 euros e 39.90 euros		Outubro de 2002
BFB Risco Limitado Europa – 100 / 97	29 529	Indexada ao índice FTSE Europa-100, tendo como limite um mínimo de -4.99 euros por obrigação		Novembro de 2002
BFB Risco Limitado Europa & América / 98	4 988	Indexada ao índice BPI Europa & América, tendo como limites por obrigação -4.99 euros e 34.92 euros		Janeiro de 2003
BFB Capital Seguro Europa & América / 98	2 494	Indexada ao índice BPI Europa & América, tendo como limites por obrigação zero e 80% dessa variação		Janeiro de 2003
BFB Capital Seguro Europa – 100 / 98	109 736	Indexada ao índice FTSE Eurotop-100, tendo como limites por obrigação zero e 34.92 euros		Fevereiro de 2003
BFB Capital Seguro Japão / 98	34 916	Indexada ao índice NIKKEI 225, tendo como limites por obrigação zero e 39.90 euros		Março de 2003

	Valor nominal	Remuneração	Taxa de juro em vigor a 30.06.02 (%)	Data de reembolso
Obrigações de caixa de rendimento variável (cont.)				
BFB Capital Seguro Portugal / 98	124 699	Indexada ao índice PSI 20, tendo como limites por obrigação zero e 27.43 euros		Março de 2003
BFB Capital Seguro Itália / 98	39 904	Indexada ao índice MIB 30, tendo como limites por obrigação zero e 24.94 euros		Abril de 2003
BFB Capital Seguro França / 98	50 129	Indexada ao índice CAC 40, tendo como limites por obrigação zero e 24.94 euros		Maio de 2003
BPI Capital Seguro Portugal / 1999	15 000	Indexada ao índice PSI20, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Abril de 2004
BPI Capital Seguro Multinacionais / 1999	50 000	Indexada a um índice composto por um conjunto de acções de empresas multinacionais cotadas em bolsas internacionais, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Junho de 2004
BPI Capital Seguro Brasil / 99	7 500	25% do valor nominal na data de reembolso ou zero se se verificar alguma das condições de incumprimento por parte da República Federal do Brasil		Julho de 2004
BPI Capital Seguro Zona Euro 2004	25 000	Indexada ao índice DJ Euro Stoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Julho de 2004
BPI Capital Seguro Zona Euro 2007	39 500	Indexada ao índice DJ Euro Stoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação 0.16 euros		Agosto de 2007
BPI Capital Seguro Zona Euro 2002	20 000	Indexada ao índice DJ Euro Stoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Agosto de 2002
BPI Capital Seguro Internet USD / 99	26 055 (USD 26 000 000)	Indexada ao índice DJ Internet Composite, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Outubro de 2004
BPI Capital Seguro Internet Euro / 99	35 000	Indexada ao índice DJ Internet Composite, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Novembro de 2004
BPI Capital Seguro Internet Euro / 99 – 2.ª Emissão	15 000	Indexada ao índice DJ Internet Composite, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Novembro de 2004
BPI Risco Limitado Comunicações Móveis USD / 2000	32 832 (USD 32 750 000)	Indexada ao índice BPI Comunicações Móveis, tendo como limite mínimo por obrigação USD -0.1		Janeiro de 2005
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 / 2000	2 885	Indexada ao índice Dow Jones Euro Stoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Janeiro de 2002
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis USD / 2000	13 283 (USD 13 250 000)	Indexada ao índice BPI Comunicações Móveis, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Janeiro de 2005
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis EUR / 2000	50 250	Indexada ao índice BPI Comunicações Móveis, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Fevereiro de 2005
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis EUR / 2000 2.ª Emissão	50 750	Indexada ao índice BPI Comunicações Móveis (2.ª Emissão), tendo como limite mínimo por obrigação zero		Março de 2005
BPI Risco Limitado Sector Nasdaq 100 USD / 2000	4 010 (USD 4 000 000)	Indexada ao índice Nasdaq 100, tendo como limite mínimo por obrigação USD -0.1		Março de 2005
BPI Risco Limitado Sector Comunicações Móveis USD / 2000	4 010 (USD 4 000 000)	Indexada ao índice BPI Comunicações Móveis, tendo como limite mínimo por obrigação USD -0.1		Março de 2003
BPI Risco Limitado Sector Internet USD / 2000	4 010 (USD 4 000 000)	Indexada ao índice Dow Jones Internet Composite, tendo como limite mínimo por obrigação USD -0.1		Março de 2005
BPI Risco Limitado Sector 10 Uncommon Values USD / 2000	3 008 (USD 3 000 000)	Indexada ao índice 10 Uncommon Values, tendo como limite mínimo por obrigação USD -0.1		Março de 2005
BPI Risco Limitado Sector Biotecnologia USD / 2000	7 519 (USD 7 500 000)	Indexada ao índice Amex Biotechnology, tendo como limite mínimo por obrigação USD -0.1		Março de 2005
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis EUR / 2000 3.ª Emissão	55 200	Indexada ao índice BPI Comunicações Móveis (3.ª Emissão), tendo como limite mínimo por obrigação zero		Março de 2005
BPI Capital Seguro Biotecnologia USD / 2000	8 120 (USD 8 100 000)	Indexada ao índice Amex Biotechnology, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Março de 2005
BPI Risco Limitado Biotecnologia USD / 2000	22 757 (USD 22 700 000)	Indexada ao índice Amex Biotechnology, tendo como limite mínimo por obrigação USD -0.1		Março de 2005
BPI Risco Limitado 10 Uncommon Values USD / 2000	8 922 (USD 8 900 000)	Indexada ao índice 10 Uncommon Values, tendo como limite mínimo por obrigação USD -0.1		Abril de 2005
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis EUR / 2000 4.ª Emissão	51 250	Indexada ao índice BPI Comunicações Móveis (4.ª Emissão), tendo como limite mínimo por obrigação zero		Abril de 2005
BPI Capital Seguro 10 Uncommon Values USD / 2000	6 140 (USD 6 125 000)	Indexada ao índice 10 Uncommon Values, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Abril de 2005
BPI Capital Seguro Zona Euro 2005 – 2.ª Emissão	50 000	Indexada ao índice Dow Jones Euro Stoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Junho de 2005
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 / 2008	2 500	Indexada ao índice Dow Jones Euro Stoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação 0.05 euros		Julho de 2008
BPI Risco Limitado Euro Telefonica 2000	10 520	Indexada à cotação das acções da Telefonica na Bolsa de Madrid tendo como limites por obrigação -0.73 euros e 0.27 euros		Julho de 2003
BPI Risco Limitado Euro Stoxx 50 2005	3 000	Indexada ao índice Dow Jones Euro Stoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação -0.1 euros		Agosto de 2005

	Valor nominal	Remuneração	Taxa de juro em vigor a 30.06.02 (%)	Data de reembolso
Obrigações de caixa de rendimento variável (cont.)				
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 2005	2 125	Indexada ao índice Dow Jones Euro Stoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Agosto de 2005
BPI Capital Seguro Selecção Europa 2003	31 154	Indexada ao índice 10 Uncommon Values, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Agosto de 2003
BPI Capital Seguro Selecção Europa 2003 – 2.ª Emissão	28 085	Indexada ao índice 10 Uncommon Values, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Setembro de 2003
BPI Capital Seguro Zona Euro 2003	50 000	Indexada ao índice Dow Jones Euro Stoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação 9 euros		Outubro de 2003
BPI Risco PT 2000-2002	2 750	Indexada à cotação das acções da Portugal Telecom na BVLP tendo como limites por obrigação -82 euros e 18 euros		Dezembro de 2002
BPI Capital Seguro Euro BPI 2000-2003	2 500	Indexada à cotação das acções do BPI SGPS na BVLP tendo como limites por obrigação zero e 16.5 euros		Dezembro de 2003
BPI Risco Limitado Euro PT 2000	18 000	Indexada à cotação das acções da Portugal Telecom na BVLP tendo como limites por obrigação -80 euros e 20 euros		Dezembro de 2002
BPI Risco Limitado Euro PT 2000 – 2.ª Emissão	5 000	Indexada à cotação das acções da Portugal Telecom na BVLP tendo como limites por obrigação -80 euros e 20 euros		Janeiro de 2003
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 / 2003	7 500	Indexada ao índice Dow Jones Euro Stoxx 50 Price tendo como limites por obrigação zero e 16 euros		Abril de 2003
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 2001-2007	10 000	Indexada ao índice Dow Jones Euro Stoxx 50 Price tendo como limite mínimo por obrigação zero		Abril de 2007
BPI Capital Seguro Índices Mundiais 2001	50 000	Indexada aos índices Nikkei 225, FTSE 100, Dow Jones Euro Stoxx 50, Nasdaq 100 e S&P 500, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Março de 2006
BPI Capital Seguro Rendimento Euribor 5.75% 2001	40 000	Indexada à Euribor a 1 ano		Março de 2004
BPI Risco Limitado Portugal Telecom 2001	5 000	Indexada à cotação das acções da Portugal Telecom e à Euribor a 3 meses		Março de 2003
BPI Risco Limitado Tecnologia 2001	7 450	Indexada ao índice Nasdaq 100 tendo como limites por obrigação -70 euros e 20 euros		Abril de 2003
BPI Risco Limitado PT 2001	6 500	Indexada à cotação das acções da Portugal Telecom tendo como limite mínimo por obrigação 20 euros		Abril de 2003
BPI Capital Seguro Zona Euro 2006	25 000	Indexada ao índice Dow Jones Euro Stoxx 50 Price tendo como limites por obrigação -80 euros e 20 euros		Maio de 2006
BPI Capital Seguro PTNC 2004	4 325	Indexada às cotações das acções Portugal Telecom, Telefonica, Nokia e Cisco, tendo como limites por obrigação 9 euros e 22 euros		Maio de 2004
BPI Capital Seguro Zona Euro 2006 – 2.ª emissão	25 000	Indexada ao índice Dow Jones Euro Stoxx 50 Price tendo como limite mínimo por obrigação 10 euros		Junho de 2006
BPI Capital Seguro Quattro 2004	27 100	Indexada às cotações das acções Portugal Telecom, Telefonica, Nokia e Cisco Systems, tendo como limites por obrigação 6 euros e 25 euros		Junho de 2004
BPI Capital Seguro Rendimento Máximo 27.5% 2001-2004	8 000	Indexada às cotações das acções Portugal Telecom, Telefonica, AXA e Bayer, tendo como limites por obrigação 6 euros e 27.5 euros		Julho de 2004
BPI Capital Seguro Directo 2001	2 500	Indexada às cotações das acções Portugal Telecom, Telefonica, Nokia e Cisco Systems, tendo como limites por obrigação 6 euros e 20 euros		Dezembro de 2004
BPI Capital Seguro Healthcare 2001-2006	5 300	Indexada ao índice Dow Jones Stoxx Healthcare Price, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Dezembro de 2006
BPI Capital Seguro Healthcare 2006 – 2.ª emissão	2500	Indexada ao índice Dow Jones Europe Stoxx Healthcare Price, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Dezembro de 2006
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 2001-2004	1 150	Indexada ao índice Dow Jones Euro Stoxx 50 Price tendo como limite mínimo por obrigação 3 euros		Dezembro de 2004
BPI Cayman 2006	63 525	Indexada a um conjunto de índices		Outubro de 2006
BPI Cayman 2005	30 000	Indexada a um conjunto de índices Dow Jones		Novembro de 2005
BPI Capital Seguro Imobiliário 2002	50 000	Indexada ao índice European Public Real Estate Index, tendo como limite mínimo por obrigação 10 euros		Junho de 2007
BPI Capital Seguro Euro Imobiliário 2002-2007	6 000	Indexada ao índice European Public Real Estate Index, tendo como limite mínimo por obrigação 8 euros		Maio de 2007
BPI Capital Seguro Cinco Mais 2002	25 000	Indexada à cotação das acções da Endesa, JP Morgan Chase, Nestlé, Portugal Telecom e Royal Dutch Petroleum, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Junho de 2007
BPI Risco Limitado Portugal Telecom 2002	2 500	Indexada à cotação das acções da Portugal Telecom		Março de 2004
BPI Risco Limitado Euro Portugal Telecom 2002-2004	9 950	Indexada à cotação das acções da Portugal Telecom, tendo como limite máximo por obrigação 17 euros		Março de 2004
BPI Capital Seguro Rendimento Máximo 5% 2002	39 600	Indexada à USD Libor a 6 meses		Março de 2005
BPI Capital Seguro Rendimento Máximo 25% 2002-2005	5 750	Indexada à cotação das acções da Acesa, Aegon NV, Bayer e British American Tobacco		Março de 2005
BPI Capital Seguro Rendimento Máximo 27.5% 2002-2005	25 000	Indexada à cotação das acções da Intel, AT&T, Hewlett-Packard e Deutsche Telekom		Maio de 2005

4.17. Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Credores		
Fornecedores	6 835	13 345
Credores por contratos de factoring	9 715	9 932
Credores diversos	84 502	102 053
Outras exigibilidades		
Sector Público Administrativo		
IRC a pagar	4 393	1 671
Retenção de impostos na fonte	10 261	13 950
Outros	6 022	2 958
Contribuições para fundos de pensões	56 320	101
Outras	3 322	2 657
	181 370	146 667

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, a rubrica CREDITORES DIVERSOS inclui, respectivamente, 33 436 m. euros e 39 707 m. euros resultantes de cobranças efectuadas a Clientes da Sucursal de Luanda do Banco BPI que aguardam autorização do Banco Nacional de Angola para a emissão de ordens de pagamento ao exterior.

4.18. Contas de regularização (passivo)

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Custos a pagar		
De recursos de instituições de crédito	45 099	59 044
De depósitos	70 318	76 520
De responsabilidades representadas por títulos	41 816	31 555
De custos administrativos		
Remunerações variáveis	17 705	13 386
Outros	53 171	71 438
De operações cambiais, de taxas de juro e sobre cotações (swaps)	151 726	139 242
Reavaliação das obrigações Capital Seguro e Risco Limitado	78 526	35 964
Outros	28 393	9 886
	486 754	437 035
Receitas com proveito diferido		
De rendimento de títulos emitidos a valor descontado	14 236	24 455
De prémios de opções vendidas associadas às operações Capital Seguro	3 921	9 708
De operações de swap	10 587	
De outras operações extrapatrimoniais	11 958	4 573
De contribuições para fundos de pensões	97	
Outras	18 554	13 460
	59 353	52 196
Flutuação de valores		33
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	3 109	18
Operações passivas a regularizar	59 772	61 540
Reavaliação de opções associadas às operações Capital Seguro	13 417	35 396
IRC – Pagamentos por conta	22 467	24 011
Outras	61 859	61 724
	160 624	182 689
Outras contas internas (nota 2.6)	88 592	
	795 323	671 953

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, a rubrica OPERAÇÕES SOBRE VALORES MOBILIÁRIOS A REGULARIZAR corresponde ao valor líquido das operações sobre valores mobiliários registadas entre a data de execução das operações e data prevista nos regulamentos para a respectiva liquidação financeira (nota 4.13).

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, a rubrica OUTRAS CONTAS DE REGULARIZAÇÃO inclui 63 104 m. euros relativos à mais valia apurada na alienação de 30% do capital social da IMC – Investimentos, Média e Conteúdos, SGPS, S.A (IMC). Esta mais valia encontra-se suspensa de reconhecimento na conta de resultados uma vez que o Grupo BPI adquiriu participações na Impresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Impresa) e na SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A. (SIC), anteriormente detidas pela IMC. Os montantes a considerar na determinação dos resultados de uma eventual alienação das participações na Impresa e na SIC ascendem a 14 388 m. euros e 48 716 m. euros, respectivamente (nota 3.2).

4.19. Provisões para riscos e encargos e fundo para riscos bancários gerais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Para pensões	11 191	6 763
Outras provisões (nota 2.10)		
Para riscos gerais de crédito	188 123	173 360
Para outros riscos e encargos	57 634	15 960
	245 757	189 320
Fundo para riscos bancários gerais (nota 2.11)	10 851	5 145
	267 799	201 228

Os Administradores que integram a Comissão Executiva do BPI SGPS, S.A. bem como os demais Administradores do Banco BPI e, a partir de 2001, do BPI Investimentos beneficiam de um plano complementar de pensões de reforma e sobrevivência. Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, o valor actual das responsabilidades por serviços passados correspondentes ao plano era de 10 478 m. euros e 6 140 m. euros, respectivamente.

Estas responsabilidades estão a ser reconhecidas como custos através de um plano de amortizações uniformes anuais à taxa de 7% e ao longo de um período que corresponde à vida activa remanescente dos Administradores a que respeitam. Em 30 de Junho de 2002 e 2001, o saldo da rubrica PROVISÕES PARA PENSÕES E ENCARGOS SIMILARES inclui, respectivamente, 6 104 m. euros e 3 172 m. euros para cobertura destas responsabilidades.

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, o saldo da rubrica PROVISÕES PARA PENSÕES E ENCARGOS SIMILARES inclui ainda 5 087 m. euros e 3 591 m. euros, respectivamente, respeitantes a responsabilidades por serviços passados de Colaboradores das Sucursais de Luanda e Madrid do Banco BPI e do Banco Fomento, S.A.R.L. (Moçambique).

Em 30 de Junho de 2001, o saldo da rubrica PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS inclui 5 246 m. euros relativos a encargos com impostos a pagar decorrentes de ganhos em curso de operações cujo reconhecimento fiscal apenas tem lugar no exercício da liquidação dessas operações. Em 30 de Junho de 2002, o saldo da provisão para impostos a pagar decorrentes de ganhos daquela natureza é nulo em consonância com a evolução da matéria colectável respectiva.

O movimento ocorrido nas provisões durante os primeiros semestres de 2002 e 2001 é apresentado na nota 4.27.

4.20. Responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência

As responsabilidades por serviços passados de Pensionistas e de Colaboradores que estão, ou estiveram, ao serviço de empresas¹ do Grupo BPI e cuja cobertura se encontra assegurada por fundos de pensões, são calculadas em conformidade com o estabelecido no *Aviso do Banco de Portugal* n.º 12 / 2001, de 23 de Novembro.

A BPI Pensões é a entidade a quem compete a responsabilidade de elaborar as avaliações actuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência bem como a de gerir os fundos de pensões respectivos. As avaliações actuariais são, em geral, reportadas ao final de cada exercício.

Os métodos de valorização actuarial utilizados são o "Projected Unit Credit", para o cálculo do custo normal e das responsabilidades com serviços passados por velhice, e os Prémios Únicos Sucessivos, para o cálculo dos custos relativos aos benefícios de invalidez e sobrevivência.

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões são:

	Pressupostos
Tábua de mortalidade	TV – 73 / 77
Tábua de invalidez	EKV 80
Taxa de desconto	7.0%
Taxa de rendimento dos activos dos fundos de pensões	7.0%
Taxa de crescimento dos salários pensionáveis	4.0%
Taxa de crescimento das pensões	3.0%
Taxa de rotação do pessoal	0%
Decrementos	Por mortalidade

De acordo com a disciplina do *Aviso do Banco de Portugal* n.º 12 / 2001, desde 31 de Dezembro de 2001 não são utilizados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades por serviços passados de Colaboradores no activo. Esta alteração implicou um acréscimo das responsabilidades por serviços passados no valor, àquela data, de 90 077 m. euros que, mediante acordo do Banco de Portugal, será reconhecido no balanço e financiado de acordo com um plano de amortização de prestações uniformes anuais, durante um período máximo de 20 anos iniciado em 2002 (nota 4.28).

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, a cobertura financeira das responsabilidades por serviços passados é:

	2002	2001
A. Responsabilidades totais por serviços passados¹		
Responsabilidades por pensões em pagamento	1 043 674	919 846
Das quais: [acréscimo de responsabilidades resultante de reformas antecipadas efectuadas no semestre]	[13 835]	[9 467]
Responsabilidades por serviços passados de Colaboradores no activo	342 276	254 989
	1 385 950	1 174 835
B. Responsabilidades por serviços passados a reconhecer até 2022	88 978	
C. Responsabilidades por serviços passados reconhecidas no balanço (A-B)	1 296 972	1 174 835
D. Situação patrimonial dos fundos de pensões		
Saldo inicial	1 256 581	1 162 342
Contribuições de empresas do Grupo BPI		
Relativas ao custo corrente do período		8 438
Extraordinárias		12 080
Relativas a exercícios anteriores	3 231	
Contribuições de Colaboradores	587	682
Rendimento dos fundos de pensões (líquido)	18 129	12 635
Pensões pagas pelos fundos de pensões	(37 689)	(33 825)
	1 240 839	1 162 352
E. Contribuições a transferir para os fundos de pensões	56 187	12 836
F. Cobertura total (D+E)	1 297 026	1 175 188
G. Excesso de cobertura (F-A)	54	353

1) Em 30 de Junho de 2002, os valores relativos à BPI Dealer, BPI Factor, BPI Fundos e BPI Leasing reportam-se a 31 de Dezembro de 2001.

No primeiro semestre de 2002, as contribuições para o fundo de pensões foram realizadas em dinheiro.

Em 30 de Junho de 2002, as responsabilidades por serviços passados (excluindo o acréscimo de responsabilidades decorrente da não utilização de decrementos de invalidez) ainda não reconhecidas como custo são:

	2002
A. Acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas	50 872
B. Perdas (ganhos) actuariais resultantes de alterações nos pressupostos actuariais	(619)
C. Perdas (ganhos) actuariais resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros e os valores efectivamente realizados	
C1. Reconhecidos como flutuação de valores	99 471
C2. Reconhecidos como despesas com custo diferido	1 452
C3. Reconhecidos como receitas com proveito diferido	(97)
D. Responsabilidades a amortizar (A+B+C2+C3)	51 608

1) Empresas consolidadas pelo método de consolidação global (BPI SGPS, BPI Investimentos, Banco BPI, BPI Dealer, BPI Factor, BPI Fundos e BPI Leasing).

Em 30 de Junho de 2001, o Grupo BPI efectuou a amortização, por contrapartida de reservas, da totalidade do saldo das despesas com custo diferido relativas à cobertura do acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas realizadas em 1999 e 2000 e ainda não amortizadas em 31 de Dezembro de 2000, bem como do acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas realizadas no primeiro semestre de 2001 e ainda não amortizadas (80 402 m. euros).

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, as demonstrações financeiras consolidadas registam os seguintes custos relacionados com a cobertura de responsabilidades por pensões:

	2002	2001
Em custos com pessoal		
Custo do ano	9 719	8 934
	9 719	8 934
Em perdas (ganhos) extraordinários		
Amortização do acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas	2 968	
Amortização de perdas (ganhos) actuariais devidas a:		
– diferenças entre os pressupostos e os valores verificados	78	
– alterações dos pressupostos actuariais	(36)	
Prestação relativa ao acréscimo de responsabilidades decorrente da não utilização de decrementos de invalidez	4 251	
Outros custos		14 852
	7 261	14 852

4.21. Passivos subordinados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Títulos de participação		
Títulos de participação BFE 1.ª Emissão	8 873	9 759
Títulos de participação BFE 2.ª Emissão	7 919	8 763
Empréstimos subordinados		
Obrigações de Caixa Subordinadas BPI 94	49 880	49 880
Obrigações de Caixa Subordinadas BPI 96	74 820	74 820
Obrigações Perpétuas Subordinadas BPI 96	74 820	74 820
Obrigações Perpétuas Subordinadas BPI 96 em yenes	63 452	71 178
Obrigações Subordinadas BFB 91		74 820
Obrigações Perpétuas Subordinadas BFB 96 em dólares		117 924
Obrigações de Caixa Subordinadas BFB 1997 / 2007	74 820	74 820
Obrigações de Caixa Subordinadas BBI / 92	24 697	24 696
Obrigações de Caixa Subordinadas BPI Rendimento Mais 2001	99 974	
Obrigações de Caixa Subordinadas BPI 2001 / 2011	150 000	
Obrigações BBI de Reprivatização / 94		6 235
	629 255	587 715

As emissões dos títulos a que se referem os saldos em 30 de Junho de 2002 têm as características seguintes:

	Valor nominal	Remuneração	Taxa de juro em vigor a 30.06.02 (%)	Data de reembolso
Títulos de participação				
Títulos de Participação BFE 87 – 1.ª emissão	14 210	Indexada à Lisbor a 1 ano e aos resultados do Banco BPI		
Títulos de Participação BFE 87 – 2.ª emissão	13 872	Indexada à Lisbor a 1 ano e aos resultados do Banco BPI		
Empréstimos subordinados				
Obrigações de Caixa Subordinadas BPI 94	49 880	Indexada à Lisbor a 6 meses	4.346	Outubro de 2004
Obrigações de Caixa Subordinadas BPI 96	74 820	Indexada à Lisbor a 6 meses	3.875	Junho de 2006
Obrigações Perpétuas Subordinadas BPI 96	74 820	Indexada à Lisbor a 3 meses	4.216	
Obrigações Perpétuas Subordinadas BPI 96 em yenes (7 500 milhões JPY)	63 452	4% até Novembro de 2011 e, posteriormente, indexada à taxa de rendimento dos títulos do Governo Japonês a 5 anos	4.0	
Obrigações de Caixa Subordinadas BFB 1997 / 2007	74 820	Indexada à Lisbor a 3 meses	3.75	Novembro de 2007
Obrigações de Caixa Subordinadas BBI / 92	24 940	Indexada à taxa base anual (TBA) calculada e divulgada pelo Banco de Portugal	3.8125	Junho de 2003
Obrigações de Caixa Subordinadas BPI Rendimento Mais 2001	100 000	Indexada à Euribor a 6 meses	4.226	Julho de 2011
Obrigações de Caixa Subordinadas BPI 2001 / 2011	150 000	5% no 1.º ano, 5.1% no 2.º ano, 5.2% no 3.º ano, 5.3% no 4.º ano, 5.4% no 5.º ano, 5.5% no 6.º ano, 5.85 no 7.º ano, 6.2% no 8.º ano, 6.55% no 9.º ano e 7% no 10.º ano	5.0	Julho de 2011

O Banco de Portugal considera que os fundos provenientes destes passivos são equiparados, para efeitos de cumprimento dos requisitos de solvabilidade, a fundos próprios sujeitos a um programa de redução gradual dos respectivos montantes nos cinco anos que precedem o respectivo reembolso.

4.22 Interesses minoritários

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Balço		Demonstração de resultados	
	2002	2001	2002	2001
Accionistas minoritários de:				
BPI Capital Finance Ltd.	255 873	305 510	5 240	10 686
CrediUniverso – Serviços de Marketing, S.A.	981	836	151	105
Inter-Risco – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	3 998	4 502	(55)	104
BPI (Suisse), S.A.	2			
	260 854	310 848	5 336	10 895

Em 30 de Junho de 2002, os interesses minoritários da BPI Capital Finance Ltd. incluem 250 627 m. euros correspondentes ao contravalor em euros de 6 000 000 de acções preferenciais Série A e de 4 000 000 de acções preferenciais Série B, ambas as séries sem direito de voto, com o valor nominal de 25 dólares americanos cada e emitidas por aquela filial do BPI SGPS em Dezembro de 1996.

O pagamento de dividendos e o reembolso das acções preferenciais são garantidos pelo BPI SGPS.

As acções preferenciais da Série A dão direito ao pagamento de um dividendo preferencial não cumulativo determinado pela aplicação de uma taxa anual correspondente à Libor (USD – 3 meses) acrescida de uma margem de 1.95 pontos percentuais sobre o valor nominal, pago trimestralmente em 18 de Março, 18 de Junho, 18 de Setembro e 18 de Dezembro de cada ano. As acções preferenciais da Série B dão direito ao pagamento de um dividendo preferencial não cumulativo determinado pela aplicação de uma taxa anual correspondente à Libor (USD – 3 meses) acrescida de uma margem de 1.15 pontos percentuais (até 19 de Dezembro de 2001) e de 2.65 pontos percentuais (depois de 19 de Dezembro de 2001) sobre o valor nominal, pago trimestralmente em 19 de Março, 19 de Junho, 19 de Setembro e 19 de Dezembro de cada ano.

Durante o primeiro semestre de 2002, o valor dos dividendos (antecipados) pagos pela BPI Capital Finance aos detentores destas acções preferenciais ascendeu a 4 886 m. euros.

As acções preferenciais da Série A são reembolsáveis, no todo ou em parte, ao valor nominal por opção da BPI Capital Finance, Ltd., mediante aprovação prévia do Banco de Portugal e do BPI SGPS, em qualquer data de pagamento do dividendo a partir de Dezembro de 2003. As acções preferenciais da Série B são reembolsáveis, no todo ou em parte, ao valor nominal por opção da BPI Capital Finance, Ltd., mediante aprovação prévia do Banco de Portugal e do BPI SGPS, em qualquer data de pagamento do dividendo.

Estas acções são subordinadas em relação a qualquer passivo do BPI SGPS e *pari passu* relativamente a quaisquer acções preferenciais que venham a ser emitidas pelo Grupo.

4.23. Capital subscrito

Por escritura pública de 3 de Junho de 2002, o capital social do BPI SGPS foi aumentado de 645 625 m. euros para 760 000 m. euros por emissão de 114 375 000 acções ordinárias nominativas e escriturais com o valor nominal de 1 euro por subscrição pública reservada a accionistas. As acções foram pagas a um preço de subscrição de 1.75 euros cada, o que, em função do seu valor nominal unitário, correspondeu a um prémio de emissão de 0.75 euros por acção (nota 4.24).

Em 2002, a Assembleia Geral de 3 de Abril atribuiu ao Conselho de Administração do BPI SGPS poderes para, no prazo de dezoito meses:

- comprar em mercados regulamentados acções do BPI SGPS representativas de até 10% do seu capital social, sendo o preço máximo igual a 110% da média ponderada das médias diárias ponderadas da cotação das acções do BPI SGPS nas 20 sessões de bolsa anteriores à data da compra e o mínimo de 1 euro;
- alienar aos Colaboradores do BPI SGPS e de Sociedades por ele dominadas, bem como aos respectivos Administradores, a título de remuneração variável, acções e opções de compra de acções do BPI SGPS, nos termos e condições constantes do Regulamento em vigor para o Programa de Remuneração Variável em Acções (RVA);
- alienar a terceiros ao preço mínimo de 10% abaixo da cotação média ponderada de Bolsa nas 20 sessões anteriores à data de venda, devendo esta ser feita em Bolsa, salvo se tal venda se relacionar com a colocação de ADR's (American Depositary Receipts) nos Estados Unidos da América.

Em 30 de Junho de 2002, o capital social do BPI SGPS está representado por 760 000 000 acções de valor nominal de 1 euro e encontra-se integralmente realizado.

4.24. Prémios de emissão

Entre 31 de Dezembro de 2000 e 30 de Junho de 2002, o movimento ocorrido nos prémios de emissão foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2000	201 052
Aumento de capital realizado em Junho de 2002 (Escritura pública de 3 de Junho de 2002)	
– Prémios de emissão realizados (nota 4.23)	85 781
Saldo em 30 de Junho de 2002	286 833

Nos termos da Portaria n.º 408 / 99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, n.º 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

4.25. Reservas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Reserva legal	21 416	19 201
Reservas livres	65 750	81 543
Reservas de fusão	156 256	
	243 422	100 744
Reservas de consolidação	(244 937)	(172 481)
	(1 515)	(71 737)

De acordo com o disposto no artigo 295.º do *Código das Sociedades Comerciais*, o BPI SGPS deverá destinar uma percentagem não inferior à vigésima parte dos seus lucros à constituição de uma reserva legal até que aquela represente a quinta parte do capital social. Esta reserva não é distribuível, excepto em caso de liquidação da Sociedade.

Em 30 de Junho de 2002, as reservas de fusão resultam da incorporação, por fusão, da BPI Capital, da BPI Participações e da BPI Private Equity no BPI SGPS.

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, os prémios de emissão e as reservas legais das Sociedades que integram o Grupo BPI, indisponíveis em conformidade com a legislação aplicável, ascendem a 308 687 m. euros e 296 032 m. euros, respectivamente, as quais, ponderadas pela percentagem (efectiva) de participação do BPI SGPS, ascendem a 221 626 m. euros e 211 762 m. euros, respectivamente. Estas reservas são incluídas na rubrica RESERVAS DE CONSOLIDAÇÃO.

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, as reservas de reavaliação das Sociedades que consolidam pelo método de integração global ascendem a 21 550 m. euros. Estas reservas são incluídas na rubrica RESERVAS DE CONSOLIDAÇÃO.

A rubrica RESERVAS DE CONSOLIDAÇÃO representa a diferença entre a quota-parte que corresponde à percentagem (efectiva) de participação do BPI SGPS nos capitais próprios das participadas e o valor do respectivo custo de aquisição após a introdução dos ajustamentos considerados necessários.

Entre 31 de Dezembro de 2000 e 30 de Junho de 2002, o movimento ocorrido nas reservas foi o seguinte:

Reservas em 31 de Dezembro de 2000	(69 042)
Lucro consolidado de 2000	152 355
Dividendos distribuídos em 2001	(58 097)
Goodwill na aquisição de 8.4% da Viacer	(15 298)
Goodwill na aquisição de 18.8% da Douro SGPS	(2 620)
Badwill na aquisição de 17.0% do Banc Post	3 368
Amortização de reformas antecipadas	(80 402)
Distribuição de resultados a órgãos sociais	(1 201)
Outros	(800)
Reservas em 30 de Junho de 2001	(71 737)
Goodwill na aquisição de 1.3% da Douro SGPS	(178)
Outros	642
Reservas em 31 de Dezembro de 2001	(71 273)
Lucro consolidado de 2001	133 283
Dividendos distribuídos em 2002	(57 875)
Provisões para imobilizações financeiras (Aviso n.º 4 / 2002)	(4 467)
Variação das reservas regulamentares das seguradoras	(718)
Distribuição de resultados a órgãos sociais	(50)
Outros	(415)
Reservas em 30 de Junho de 2002	(1 515)

4.26. Goodwill

O valor do *badwill* relativo à aquisição, pelo BPI Investimentos, de 17% do capital social do Banc Post, reconhecido no primeiro semestre de 2001, foi:

Valor dos capitais próprios do Banc Post	87 815
Valor dos capitais próprios do Banc Post adquiridos pelo BPI Investimentos (17.0%)	14 928
Valor de custo da participação adquirida pelo BPI Investimentos	(11 560)
Valor do badwill no Banc Post	3 368

O valor do *goodwill* relativo à aquisição, pelo BPI SGPS, de 20% do capital social da Douro SGPS em 2001 foi:

Valor dos capitais próprios da Douro SGPS	3 961
Valor dos capitais próprios da Douro SGPS adquiridos pelo BPI SGPS (20.1%)	794
Valor de custo da participação adquirida pelo BPI SGPS	(3 592)
Valor do goodwill na Douro SGPS	(2 798)

O valor do *goodwill* relativo à aquisição, pela BPI Ventures, de 8% do capital social da Viacer no primeiro semestre de 2001 foi:

Valor do aumento dos capitais próprios da Viacer	42 579
Valor dos capitais próprios da Viacer adquiridos pela BPI Ventures (8.4%)	10 183
Valor de custo da participação adquirida pela BPI Ventures	(25 481)
Valor do goodwill na Viacer	(15 298)

4.27. Provisões para crédito, títulos e outros activos

O movimento ocorrido nas provisões do Grupo durante o primeiro semestre de 2002 foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.01	Dotações	Transferências	Utilizações	Reposições	Reavaliação cambial e outros	Saldo em 30.06.02
Provisões para créditos de cobrança duvidosa							
Para crédito (nota 4.4)	4 403	17 034	(303)		(2 444)	16 415	35 105
Para devedores e outras aplicações (nota 4.12)	21	12					33
Provisões para crédito e juros vencidos							
Para aplicações em instituições de crédito (nota 4.3)	118 928				(704)	(12 675)	105 549
Para crédito (nota 4.4)	91 756	23 578	(1 663)	(20 910)	(2 707)	(480)	89 574
Para títulos (nota 4.5)	439	109		(297)		(5)	246
Provisões para risco-país							
Para aplicações em instituições de crédito (nota 4.3)	27	25			(2)		50
Para crédito (nota 4.4)	2 715				(1 172)		1 543
Para títulos (nota 4.5)	409						409
Para outras aplicações (nota 4.12)	27 821	44					27 865
Provisões para obrigações e outros títulos de rendimento fixo (nota 4.5)	3 622	1 710	(2 364)	(1)	(156)		2 811
Provisões para acções e outros títulos de rendimento variável (nota 4.6)	16 147	1 956		(152)	(823)	(20)	17 108
Provisões para partes de capital em empresas associadas	938					183	1 121
Provisões para depreciação de imobilizações financeiras							
Para outras participações financeiras (nota 4.9)	6 468	21			(1 849)	3 685	8 325
Para outras imobilizações financeiras (nota 4.12)	2 626	11				478	3 115
Provisões para acções próprias		156					156
Provisões para aplicações por recuperação de créditos (nota 4.12)	6 872	401		(32)	(63)		7 178
Provisões para pensões de reforma e sobrevivência (nota 4.19)	9 442	1 156				593	11 191
Provisões para riscos gerais de crédito (nota 4.19)	180 896	8 630	1 966		(3 910)	541	188 123
Provisões para outros riscos e encargos (nota 4.19)	54 680	3 039		(33)	(52)		57 634
Fundo para riscos bancários gerais (nota 4.19)	6 658	1 897	2 364	(26)	(3)	(39)	10 851
	534 868	59 779	0	(21 451)	(13 885)	8 676	567 987

Em 30 de Junho de 2002, as rubricas PROVISÕES PARA PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS ASSOCIADAS e AS PROVISÕES PARA DEPRECIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS incluem, sob a epígrafe reavaliação cambial e outros, 4 474 m. euros relativos a provisões constituídas por contrapartida de reservas nos termos do Aviso n.º 4 / 2002 (notas 2.4 e 4.25). De acordo com o regime transitório definido no referido aviso, e descrito na nota 2.4, aquele montante deverá ser complementado com a constituição de provisões no valor de 49 215 m. euros.

Em 30 de Junho de 2002, a reavaliação cambial e outros inclui 18 492 m. euros de provisões relativas à aquisição de créditos do Fundo EFTA.

O movimento ocorrido nas provisões do Grupo durante o primeiro semestre de 2001 foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.00	Dotações	Transferências	Utilizações	Reposições	Reavaliação cambial e outros	Saldo em 30.06.01
Provisões para créditos de cobrança duvidosa							
Para crédito (nota 4.4)	2 271	2 147	(28)		(278)		4 112
Para devedores e outras aplicações (nota 4.12)	947	18			(229)		736
Provisões para crédito e juros vencidos							
Para aplicações em instituições de crédito (nota 4.3)	113 130	576				10 383	124 089
Para crédito (nota 4.4)	96 057	8 954	379	(16 567)	(739)	(809)	87 275
Para títulos (nota 4.5)	1 198						1 198
Provisões para risco-país							
Para aplicações em instituições de crédito (nota 4.3)	21	19					40
Para crédito (nota 4.4)	4 769	1 194			(36)		5 927
Para títulos (nota 4.5)	409						409
Para outras aplicações (nota 4.12)	27 821	2					27 823
Provisões para obrigações e outros títulos de rendimento fixo (nota 4.5)	3 370	716		(1)	(547)		3 538
Provisões para acções e outros títulos de rendimento variável (nota 4.6)	14 231	6 503		(682)	(4 731)	13	15 334
Provisões para partes de capital em empresas associadas	567	261					828
Provisões para depreciação de imobilizações financeiras							
Para outras participações financeiras (nota 4.9)	3 974	4 152		(64)	(231)		7 831
Para outras imobilizações financeiras (nota 4.12)	1 951					104	2 055
Provisões para aplicações por recuperação de créditos (nota 4.12)	9 744	6		(7)	(1 563)		8 180
Provisões para pensões de reforma e sobrevivência (nota 4.19)	5 886	1 001				(124)	6 763
Provisões para riscos gerais de crédito (nota 4.19)	160 579	15 603			(2 656)	(166)	173 360
Provisões para outros riscos e encargos (nota 4.19)	22 194	1 949		(586)	(7 597)		15 960
Fundo para riscos bancários gerais (nota 4.19)	5 679	2 092	(351)	(251)	(1 988)	(36)	5 145
	474 798	45 193	0	(18 158)	(20 595)	9 365	490 603

Nos primeiros semestres de 2002 e 2001, as utilizações de provisões para crédito e para títulos vencidos correspondem a *writte-offs* efectuados naqueles períodos.

Em 30 de Junho de 2001, as reposições relativas à rubrica PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS incluem 7 363 m. euros relativos à reposição de parte da provisão para impostos a pagar decorrentes de ganhos em curso de operações cujo reconhecimento fiscal apenas tem lugar no exercício da liquidação dessas operações (nota 2.10).

4.28. Contas extrapatrimoniais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	3 247 463	3 026 506
Créditos documentários abertos	75 075	98 802
Aceites e endossos	392	19
Cartas de crédito stand-by		434
Fianças e indemnizações	52	47
Outros passivos eventuais	13	13
	3 322 995	3 125 821
Activos dados em garantia	358 430	374 843
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	59 575	1 915 660
Subscrição de títulos	26 688	50 000
Responsabilidades por pensões de reforma	88 978	
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	25 621	18 629
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	9 772	11 532
Outros compromissos irrevogáveis	5 355	59 077
Compromissos revogáveis	2 939 375	1 420 201
	3 155 364	3 475 099
Responsabilidades por prestação de serviços		
Por depósito e guarda de valores	19 467 955	24 225 503
Por cobrança de valores	292 330	342 926
Por valores administrados pela instituição	3 660 034	3 583 909
Outras	11 795	11 795
	23 432 114	28 164 133

Em 30 de Junho de 2002, o saldo da rubrica ACTIVOS DADOS EM GARANTIA inclui:

- títulos dados em garantia ao BEI por empréstimos concedidos ao BPI Investimentos no montante de 179 605 m. euros;
- títulos dados em garantia ao BEI por *swaps* de taxa de juro efectuados com o BPI Investimentos no montante de 41 604 m. euros;
- títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 100 673 m. euros; e
- títulos dados em garantia à Euronext no âmbito da actividade de derivados no montante de 6 189 m. euros.

A garantia prestada ao BEI por empréstimos concedidos substitui a garantia de uma segunda assinatura (bancos de 1.ª ordem ou Estado Português) estatutariamente exigida por aquela Instituição.

Em 30 de Junho de 2002, o saldo da rubrica RESPONSABILIDADES POR PENSÕES DE REFORMA NÃO COBERTAS PELO FUNDO DE PENSÕES corresponde integralmente ao acréscimo de responsabilidades resultante de terem deixado de ser utilizados decrementos por invalidez no cálculo das responsabilidades por serviços passados de Colaboradores no activo (nota 4.20).

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, o saldo da rubrica RESPONSABILIDADES A PRAZO DE CONTRIBUIÇÕES ANUAIS PARA O FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS corresponde ao compromisso irrevogável que o BPI assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, o saldo da rubrica RESPONSABILIDADE POTENCIAL PARA COM O SISTEMA DE INDEMNIZAÇÃO AOS INVESTIDORES corresponde à obrigação irrevogável que o BPI assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 30 de Junho de 2002, o Grupo BPI detinha sob gestão os seguintes activos de terceiros:

Fundos de Investimento e PPRs	3 844 491
Fundos de pensões ¹	1 873 797
Produtos de capitalização	960 579

1) Inclui os fundos de pensões de empresas do Grupo.

O Grupo BPI realiza operações derivadas no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus Clientes ou cobrindo posições de natureza estrutural.

O Grupo BPI transacciona derivados financeiros, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, de contratos sobre taxas de juro, de contratos sobre preços futuros de mercadorias e de contratos sobre acções ou sobre índices. Estas transacções são efectuadas em mercados de balcão (OTC) e em mercados organizados (especialmente bolsas de valores).

A negociação de derivados em mercados organizados rege-se pelas normas e regulamentação próprias desses mercados. A negociação de derivados no mercado de balcão baseia-se normalmente num contrato bilateral standard (no caso de relações interprofissionais um contrato ISDA; no caso de relações com Clientes um contrato próprio do BPI) que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes e em que se prevê a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei).

Os derivados podem ser reconhecidos pelos seus valores contabilísticos, de substituição e líquido de mercado. O valor contabilístico tem por base o valor notional, isto é, o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação. O valor de substituição corresponde à perda potencial, em termos de valor actual, no caso de incumprimento da contraparte. No caso de um contrato de derivados em que esteja prevista a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento o valor de substituição é igual à soma algébrica dos valores de mercado do conjunto das operações regidas por esse contrato quando positiva. No caso de operações cujo contrato não preveja a compensação de responsabilidades, o valor de substituição é igual à soma dos valores de mercado de cada transacção individual, quando positivos. A abrangência das cláusulas de compensação em caso de incumprimento é considerada pelo Grupo BPI de forma conservadora, sendo em caso de dúvida considerado que a compensação não existe. O valor líquido de mercado (*fair value*) corresponde ao valor que os derivados teriam se fossem transaccionados no mercado na data de referência.

Diferentemente das operações tradicionais de mútuo em que o valor de mercado é directamente relacionado com o capital mutuado, nas operações derivadas com fluxos financeiros determinados o valor líquido de mercado é representado pelo valor actual desses fluxos, dado o conjunto de taxas de juros relevantes vigentes no momento do cálculo (*swaps* ou *forwards*) ou é determinado pelo próprio mercado (futuros). No caso das opções, o valor de mercado é determinado por recurso a modelos que procuram reflectir o preço e a volatilidade do preço dos activos subjacentes no momento do cálculo bem como as características próprias da opção (preço de exercício e período de tempo até à data de vencimento).

O valor contabilístico das operações derivadas constitui, apenas, um indicador do volume de actividade nos diferentes mercados, não se podendo estabelecer relação directa entre aquele valor e o risco de crédito da operação. O risco de crédito das operações derivadas num dado momento é dado pelo seu valor de substituição nesse momento. No caso dos futuros, as contrapartes do Grupo BPI são bolsas de valores pelo que o risco de crédito é eliminado diariamente através da liquidação financeira. Nas operações derivadas a médio e longo prazos, os contratos que enquadram as operações prevêm em geral a compensação entre saldos devedores e credores com a mesma contraparte, o que elimina ou reduz o risco de crédito. Com a finalidade de controlar o risco de crédito em derivados OTC, foram também assinados alguns acordos pelos quais

o Banco recebe da (ou transfere para a) sua contraparte valores (em divisas ou em títulos) que servem de garantia ao bom cumprimento das responsabilidades.

As operações com derivados estão, principalmente, associadas a operações sobre activos e passivos reconhecidos nos balanços, devendo a correcta avaliação do valor dessas transacções tomar em conta essa associação.

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, a actividade desenvolvida pelo Grupo BPI em operações derivadas traduz-se pelos seguintes valores:

	2002			2001
	Valor contabilístico	Valor de substituição ¹	Valor líquido de mercado ²	Valor contabilístico
Contratos de taxa de câmbio				
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)				
Cambiais a prazo (outright forwards)	180 904	2 307	(8 104)	176 857
Swaps cambiais	2 088 223	33 121	(73 718)	2 033 732
Swaps de médio e longo prazo	149 030	4 108	(15 583)	234 001
Transaccionados em Bolsa				
Futuros ³				772
	2 418 157	39 536	(97 405)	2 445 362
Contratos de taxa de juro				
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)				
FRA (forward rate agreements)	85 000	3	(48)	1 790 000
Swaps de médio e longo prazo (interest rate swaps)	8 645 164	295 217	217 714	6 395 500
Opções compradas	3 750	76	76	3 750
Opções vendidas				24 940
Transaccionados em Bolsa				
Futuros ³	368 454		(181)	637 868
	9 102 368	295 296	217 561	8 852 058
Contratos sobre acções				
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)				
Opções compradas ⁴	968 791	36 391	36 391	996 513
Opções vendidas ⁴	109 177		(15 992)	122 607
Transaccionados em Bolsa				
Futuros ³	15 990		349	36 969
	1 093 958	36 391	20 748	1 156 089
Contratos sobre mercadorias				
Transaccionados em Bolsa				
Futuros ³	57			166
	57			166
	12 614 540	371 223	140 904	12 453 675
Acordos de redução de risco de crédito de derivados		(194 886)		
Efeito do netting ⁵		(20 290)		
	12 614 540	156 047	140 904	12 453 675

1) Soma dos valores de substituição das contrapartes, tomando em conta as cláusulas de compensação, quando existentes.

2) Soma algébrica dos valores de mercado das operações na data de referência (não corresponde ao impacto nas demonstrações financeiras do registo da reavaliação destas operações).

3) O valor de substituição dos futuros é nulo por serem transaccionados em bolsas de valores.

4) Não inclui opções inseridas em obrigações emitidas ou compradas. O valor líquido de mercado destas opções está, principalmente, afecto às variações de rendimento das obrigações Capital Seguro e Risco Limitado emitidas pelo Grupo.

5) Efeito da compensação entre valores de substituição de transacções com a mesma contraparte mas registadas em linhas diferentes do quadro.

Em 30 de Junho de 2002, a repartição do valor contabilístico por maturidades residuais é:

	< = 3 meses	> 3 meses < = 6 meses	> 6 meses < = 1 ano	> 1 ano < = 5 anos	> 5 anos	Total
Contratos de taxa de câmbio						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)						
Cambiais a prazo (outright forwards)	118 180	15 415	43 530	3 779		180 904
Swaps cambiais	1 411 001	576 128	101 094			2 088 223
Swaps de médio e longo prazo		26 010		123 020		149 030
	1 529 181	617 553	144 624	126 799		2 418 157
Contratos de taxa de juro						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)						
FRA (forward rate agreements)	85 000					85 000
Swaps de médio e longo prazo (interest rate swaps)	1 327 473	1 055 622	1 796 645	3 346 742	1 118 682	8 645 164
Opções compradas				3 750		3 750
Opções vendidas						0
Transaccionados em Bolsa						
Futuros	143 756	145 635	58 010	21 053		368 454
	1 556 229	1 201 257	1 854 655	3 371 545	1 118 682	9 102 368
Contratos sobre acções						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)						
Opções compradas	7 805	23 937	236 027	671 307	29 715	968 791
Opções vendidas		26 838	61 194	21 145		109 177
Transaccionados em Bolsa						
Futuros	15 990					15 990
	23 795	50 775	297 221	692 452	29 715	1 093 958
Contratos sobre mercadorias	57					57
	3 109 262	1 869 585	2 296 500	4 190 796	1 148 397	12 614 540

Em 30 de Junho de 2002, a repartição das operações derivadas por categorias de contrapartes é:

	Valor contabilístico	%
Contratos sobre taxa de câmbio		
OTC com Instituições Financeiras	2 191 551	17
OTC com Clientes	226 606	2
	2 418 157	19
Contratos sobre taxa de juro		
OTC com Instituições Financeiras	8 182 151	65
OTC com Clientes	551 764	4
Em bolsa	368 453	3
	9 102 368	72
Contratos sobre acções		
OTC com Instituições Financeiras	1 077 968	9
Em bolsa	15 990	0
	1 093 958	9
Contratos sobre mercadorias		
Bolsas	57	
	12 614 540	100

Em 30 de Junho de 2002, a repartição das operações derivadas por rating externo de contrapartes é:

	Valor contabilístico	Valor de substituição	Valor líquido de mercado
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)			
AAA	663 903	5 542	(54 785)
AA	7 458 602	267 456	188 014
A	3 167 613	51 682	(4 870)
BBB	41 390	1 268	(481)
N.R.	898 531	24 985	12 858
	12 230 039	350 933	140 736
Transaccionados em Bolsa			
	384 501		168
	12 614 540	350 933	140 904
Acordos de redução de risco de crédito de derivados			
		(194 886)	
	12 614 540	156 047	140 904

Nota: Os valores foram agregados por níveis de *rating* das contrapartes, tomando em conta os *ratings* da dívida senior de médio longo prazo atribuídos pelas agências Moody, Standard & Poor e Fitch e vigentes na data de referência. A escolha do *rating* a considerar para uma dada contraparte segue a regra aconselhada pelo Comité de Basileia (quando há *ratings* divergentes escolher o segundo melhor). Em termos de *mapping* considerou-se uma correspondência perfeita dos níveis atribuídos pelas três agências a partir do topo (Aaa = AAA; Aa1 = AA+; etc). As operações com entidades sem *rating* por estas agências (N.R.) representam sobretudo Clientes sujeitos a *rating* interno.

4.29. Margem financeira

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Juros e proveitos equiparados		
Juros de aplicações		
Instituições de crédito	53 462	79 447
Crédito	409 240	457 348
Títulos	81 723	78 097
Devedores e outras aplicações	417	1 521
Crédito vencido	3 579	3 430
Juros de operações de swap	207 913	217 870
Outros juros e proveitos equiparados	14 309	15 147
	770 643	852 860
Rendimento de títulos	9 990	16 367
Juros e custos equiparados		
Juros de recursos alheios		
Instituições de crédito	115 179	149 738
Depósitos	129 709	166 207
Débitos representados por títulos	47 371	37 601
Outros recursos	763	4 033
Juros de capitais próprios e equiparados	13 369	17 358
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	1 165	846
Juros de operações de swap	204 060	218 889
Outros juros e custos equiparados	20 101	20 437
	531 717	615 109

4.30. Comissões líquidas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Comissões recebidas		
Por garantias prestadas	10 405	9 382
Por compromissos perante terceiros	2 544	2 830
Por serviços bancários prestados	71 690	68 776
Por operações de factoring	1 510	1 443
Por operações realizadas por conta de terceiros	6 425	6 832
Outras	8 938	9 047
	101 512	98 310
Comissões pagas		
Por serviços bancários de terceiros	5 817	4 873
Por operações realizadas por terceiros	3 377	2 216
Outras	460	410
	9 654	7 499

4.31. Lucros líquidos em operações financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Lucros em operações financeiras		
Lucros e diferenças de reavaliação na posição cambial	108 173	58 973
Lucros e diferenças de reavaliação em aplicações	140 432	113 971
Diferenças de reavaliação em recursos alheios	112 154	71 593
Lucros em operações extrapatrimoniais	16 873	6 605
Outros lucros e proveitos	146 383	471 265
	524 015	722 407
Prejuízos em operações financeiras		
Prejuízos e diferenças de reavaliação na posição cambial	116 055	49 495
Prejuízos e diferenças de reavaliação em aplicações	143 566	123 895
Diferenças de reavaliação em recursos alheios	109 630	62 468
Custos em operações extrapatrimoniais	6 794	5 738
Outros custos e prejuízos	141 410	466 560
	517 455	708 156

Em 30 de Junho de 2002, os lucros em operações extrapatrimoniais incluem 10 081 m. euros relativos a prémios recebidos pela amortização antecipada de *swaps*.

Em 30 de Junho de 2002, as rubricas OUTROS LUCROS E PROVEITOS E OUTROS CUSTOS E PREJUÍZOS incluem, respectivamente, 100 994 m. euros e 101 654 m. euros associados às operações Capital Seguro e Risco Limitado.

4.32. Custos com o pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	4 264	4 524
Remuneração de empregados	105 990	106 360
Encargos sociais		
Obrigatórios	30 414	29 407
Facultativos	1 381	1 405
Outros custos com o pessoal	2 451	3 377
	144 500	145 073

Em 30 de Junho de 2002, a rubrica CUSTOS COM PESSOAL inclui os custos da aplicação, no exercício de 2002, do programa RVA – Remuneração variável em acções. Este programa integra-se no sistema de remuneração e incentivo em acções contemplando duas modalidades – atribuição de acções e opções sobre acções – e abrangendo os Administradores Executivos e os Colaboradores do Grupo BPI cuja remuneração variável seja igual ou superior a 2 500 m. euros.

O artigo 25.º, n.º 1, dos Estatutos do BPI SGPS prevê a atribuição de remunerações variáveis à Comissão Executiva do Conselho de Administração, determinadas em função dos resultados anuais. Em 30 de Junho de 2002 e 2001, a rubrica REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO inclui os saldos relativos à aplicação desta disposição estatutária nos montantes de 663 m. euros e 1 240 m. euros, respectivamente.

4.33. Outros proveitos e custos de exploração

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2002	2001
Outros proveitos e lucros		
Rendimento de imóveis	556	586
Remuneração pelo exercício de cargos sociais	4	5
Prestação de serviços diversos	4 261	392
Reembolso de despesas	16 017	14 782
Mais-valias em bens de locação financeira	569	303
Recuperação de créditos e juros vencidos	6 927	10 188
Outros	6 403	4 496
	34 737	30 752
Outros custos e prejuízos		
Quotizações e donativos	791	1 036
Remuneração de títulos de participação	70	70
Menos-valias em bens de locação financeira	402	386
Outros	2 178	1 954
	3 441	3 446

4.34. Ganhos e perdas extraordinários

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2002	2001
Ganhos extraordinários		
Mais-valias realizadas na venda de valores imobilizados	24 151	666
Indemnizações por incumprimento de contratos	58	71
Outros ganhos relativos a exercícios anteriores	8 833	69 638
Outros ganhos extraordinários	574	607
	33 616	70 982
Perdas extraordinárias		
Menos-valias realizadas na venda de valores imobilizados	3 210	51
Outras perdas em valores imobilizados	474	
Multas e outras penalidades legais	73	40
Prejuízos por roubo, extravio e falsificação de valores	43	35
Indemnizações por incumprimento de contratos	3	5
Perdas relativas a exercícios anteriores	11 888	69 335
Outras perdas extraordinárias	9 197	15 185
	24 888	84 651

Em 30 de Junho de 2002, a rubrica MAIS VALIAS REALIZADAS NA VENDA DE VALORES IMOBILIZADOS inclui 12 107 m. euros relativos a ganhos na venda da participação do Grupo BPI na Brisa e 9 892 m. euros relativos a ganhos na venda da participação do Grupo BPI na BVLP.

Em 30 de Junho de 2001, as rubricas OUTROS GANHOS RELATIVOS A EXERCÍCIOS ANTERIORES e PERDAS RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES incluem 64 024 m. euros e 64 479 m. euros, respectivamente, relativos à reavaliação das componentes de operações Capital Seguro.

Em 30 de Junho de 2002 e 2001, as rubricas PERDAS e GANHOS EXTRAORDINÁRIOS incluem 7 261 m. euros e 14 852 m. euros de custos relativos à cobertura de responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência (nota 4.20). Em 30 de Junho de 2002 e 2001, a rubrica OUTRAS PERDAS EXTRAORDINÁRIAS inclui ainda 5 182 m. euros e 1 028 m. euros, respectivamente, relativos a outros custos com reformas antecipadas realizadas em 2002 e em 2001.

4.35. Impostos sobre os lucros

A carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre os lucros e o lucro do exercício antes daquela dotação, foi a seguinte:

	2002	2001
Impostos sobre os lucros	21 656	23 615
Lucro do período antes de impostos ¹	92 379	95 449
Carga fiscal	23.4%	24.7%

1) Considera o lucro antes de impostos adicionado dos interesses minoritários e deduzido dos resultados de filiais excluídas da consolidação.

Nos primeiros semestres de 2002 e 2001, os lucros gerados pelas Sucursais Financeiras Exteriores do Grupo e isentos de tributação foram:

	2002	2001
Sucursal Financeira Exterior do BPI Investimentos	4 151	5 390
Sucursal Financeira Exterior do Banco BPI	18 073	9 750

Em 30 de Junho de 2002, os prejuízos fiscais reportáveis do BPI SGPS eram de 25 180 m. euros.

4.36. Lucro consolidado

A formação do lucro consolidado nos semestres findos em 30 de Junho de 2002 e 2001 foi a seguinte:

	2002	2001
Resultado contabilístico (não consolidado) do BPI SGPS	29 501	45 596
Resultado contabilístico (não consolidado) do BPI Investimentos	229	(739)
Resultado contabilístico (não consolidado) do Banco BPI	42 283	46 989
Resultado contabilístico (não consolidado) do Banco de Fomento S.A.R.L.	2 047	1 617
Resultado contabilístico (não consolidado) do Banc Post	522	781
Contribuição das filiais e associadas do BPI SGPS (excluindo os Bancos) para o lucro consolidado	16 397	24 696
Resultados gerados pela recuperação de ajustamentos considerados no goodwill pago na aquisição do BFE, associados a:		
– Mais valias potenciais na carteira de títulos	(2)	(136)
– Provisões diversas	63	229
Reversão dos custos com a amortização de reformas no Banco BPI, já amortizadas por reservas no consolidado	7 342	7 458
Resultados gerados pela recuperação de ajustamentos considerados no goodwill pago na aquisição do Universo Banco Directo		33
Anulação de dividendos	(20 042)	(53 759)
Reconhecimento e anulação de mais e menos valias geradas entre empresas do Grupo	1 080	1 091
Outros ajustamentos de consolidação	(8 635)	(2 022)
	70 785	71 834

Nos primeiros semestres de 2002 e 2001, a contribuição do BPI SGPS e das empresas suas filiais e associadas para o resultado consolidado é a seguinte:

	2002		2001	
	Montante	%	Montante	%
Holding				
BPI – SGPS, S.A. ¹	14 925	21.1	(4 585)	(6.4)
Bancos				
Banco Português de Investimento, S.A. ¹	(3 364)	(4.8)	(2 206)	(3.1)
Banco BPI, S.A. ¹	45 073	63.7	52 907	73.7
Banco de Fomento S.A.R.L. ¹	395	0.6	110	0.2
Banco Post S.A.(1)	(842)	(1.2)	2 680	3.7
Crédito especializado				
BPI Leasing – Sociedade de Locação Financeira, S.A.	2 374	3.4	2 856	4.0
BPI Factor – Sociedade Portuguesa de Factoring, S.A.	1 107	1.6	806	1.1
BPI Locação de Equipamentos, Lda.	(44)	(0.1)	(57)	(0.1)
BPI Rent – Comércio e Aluguer de Bens, Lda.	65	0.1	1 189	1.7
Eurolocação – Comércio e Aluguer de Veículos e Equipamentos, S.A.	3	0.0	2	0.0
Gestão de activos e corretagem				
BPI Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem, S.A.	4 293	6.1	978	1.4
BPI Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem (Moçambique), S.A.R.L. ¹	(12)	0.0	(17)	0.0
BPI Fundos – Gestão de Fundos de Investimento Mobiliários, S.A.	6 308	8.9	5 844	8.1
BPI – Global Investment Fund Management Company, S.A.	510	0.7	721	1.0
BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	896	1.3	876	1.2
Sofinac – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	101	0.1	90	0.1
BPI (Suisse), S.A.	(23)	0.0		
Capital de risco / desenvolvimento				
BPI Participações – SGPS, S.A. ¹			1 360	1.9
BPI Private Equity, SGPS, S.A. ¹			2 717	3.8
BPI Ventures SGPS, S.A. ¹	(6 234)	(8.8)	(4 640)	(6.4)
Dixit – Investimentos Estratégicos SGPS, S.A.	(34)	0.0	2 007	2.8
F. Turismo – Capital de Risco, S.A.	19	0.0	17	0.0
Inter-Risco – Sociedade de Capital de Risco, S.A. ¹	(280)	(0.4)	534	0.7
Solo – Investimentos em Comunicação, SGPS, S.A.	(2)	0.0	813	1.1
Seguros				
BPI Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	432	0.6	1 077	1.5
Cosec – Companhia de Seguros de Crédito, S.A.	675	0.9	537	0.8
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	50	0.1	140	0.2
Outros				
BFE Investimentos – Sociedade de Investimentos, S.A.	97	0.1	290	0.4
BPI, Inc	(5)	0.0	26	0.0
BPI Capital, SGPS, S.A.			533	0.7
CrediUniverse – Serviços de Marketing, S.A.	151	0.2	105	0.2
Douro SGPS, S.A. ¹	26	0.0	1 821	2.5
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	2 228	3.1	885	1.2
Luságua Gestão de Águas, S.A.			(260)	(0.3)
Promática – Sociedade de Informação e Organização de Empresas, S.A.	310	0.4	231	0.3
Simofer – Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Construção Civil, Lda.	(2)	0.0	(216)	(0.3)
Digitmarket – Serviços de Informação, S.A.	(308)	(0.4)		
Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.	1 897	2.7	1 663	2.3
	70 785	100.0	71 834	100.0

1) Lucro ajustado.

4.37. Efectivos

Nos primeiros semestres de 2002 e 2001, o número de efectivos¹⁾, em média e no final do período, eram os seguintes:

	2002		2001	
	Média do período	Final do período	Média do período	Final do período
Administradores	18	16	19	18
Quadros superiores	562	547	553	557
Outros quadros	3 239	3 161	3 295	3 309
Outros Colaboradores	3 929	3 918	4 214	4 182
	7 748	7 642	8 081	8 066

1) Efectivos das empresas do Grupo consolidadas pelo método da integração global.
Inclui os efectivos ao serviço das Sucursais do Banco BPI no exterior.

4.38. Crédito aos membros do Conselho de Administração do BPI SGPS

De acordo com a política definida, os membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração do BPI SGPS beneficiam do Regime de Concessão de Crédito Bonificado à Habitação em vigor nos Bancos para todos os seus Colaboradores. Deste modo, em 30 de Junho de 2002, o saldo global do crédito hipotecário concedido aos elementos da Comissão Executiva do Conselho de Administração por Bancos do Grupo com vista à aquisição de habitação própria ascendia a 1 005 m. euros.

4.39. Eventos subsequentes

Em 25 de Julho de 2002, o Conselho de Administração do BPI SGPS aprovou um projecto de reestruturação do Grupo BPI, a realizar até ao final de 2002, que prevê que o BPI SGPS altere o seu objecto social para o de um Banco e simultaneamente incorpore, por fusão, entre outras entidades do Grupo, o Banco BPI, a BPI Leasing e a BPI Factoring. O BPI SGPS adoptará, então, a denominação Banco BPI. A concretização deste processo de reorganização fica sujeita às aprovações dos requerimentos a apresentar ao Banco de Portugal, Ministério das Finanças e Ministério da Justiça.

Durante o segundo semestre de 2002, a BFE Investimentos – Sociedade de Investimentos, S.A. alterou a sua denominação e o seu objecto social, passando a denominar-se Estratégia, SGPS, S.A. e a ter como objecto social a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta do exercício da actividade económica.

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrição n.º 95
Registo na CMVM n.º 223
NIPC 502 558 610

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE A INFORMAÇÃO CONSOLIDADA SEMESTRAL ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM

(Montantes expressos em milhares de euros – m. euros)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o Relatório de Auditoria sobre o relatório de gestão do semestre findo em 30 de Junho de 2002 e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do BPI – SGPS, S.A. (Sociedade), as quais compreendem o balanço consolidado em 30 de Junho de 2002 que evidencia um total de 24 653 741 m. euros e capitais próprios de 1 116 103 m. euros, incluindo um resultado líquido de 70 785 m. euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa para o semestre findo nesta data e as correspondentes notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente: a verificação das operações de consolidação, da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação; a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e a verificação, para os aspectos materialmente relevantes, de que a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Sede em Lisboa:
Escritório no Porto:

Amoreiras – Torre 1 – 7.º – 1070-101 Lisboa
Av. da Boavista, 3523 – 1.º – 4100-139 Porto

Telefone 21 387 00 15
Telefone 22 610 11 79

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do BPI – SGPS, S.A. em 30 de Junho de 2002, os resultados consolidados das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no semestre findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário, os quais, excepto conforme indicado no parágrafo 7 abaixo, foram aplicados de forma consistente face a igual período do ano anterior, e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao semestre findo em 30 de Junho de 2001 são apresentadas pela Sociedade de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa no nosso relatório datado de 27 de Julho de 2001, incluía uma ênfase sobre a amortização de despesas com custo diferido relativas a responsabilidades com reformas antecipadas, efectuada por contrapartida de reservas (notas 2 e 4.25).
7. A entrada em vigor do Aviso n.º 12 / 2001, de 23 de Novembro, do Banco de Portugal, introduziu alterações na metodologia de cálculo e registo contabilístico das responsabilidades com pensões de reforma. Em 30 de Junho de 2002, as diferenças mais significativas face às políticas previstas no regime em vigor em igual período do ano anterior, referem-se ao diferimento dos desvios negativos de natureza actuarial e financeira e à amortização do efeito da não consideração de decrementos por invalidez no cálculo das responsabilidades por serviços passados dos Colaboradores no activo. Os referidos desvios originados durante o primeiro semestre de 2002, no montante de 28 474 m. euros, foram reflectidos em "Contas de regularização – activo". A amortização do efeito da não consideração de decrementos por invalidez ascendeu a 4 251 m. euros (notas 2.12, 4.13, 4.20 e 4.28).

Porto, 3 de Setembro de 2002



Magalhães, Neves e Associados – SROC
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

Relatório dos auditores

Aos Exmos. Senhores Accionistas do
BPI – SGPS, S.A.

**Deloitte
& Touche**

(Montantes expressos em milhares de euros – m. euros)

1. Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do BPI – SGPS, S.A. (Sociedade), as quais compreendem o balanço em 30 de Junho de 2002, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa para o semestre findo nesta data e as correspondentes notas. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião, baseada na nossa auditoria, sobre estas demonstrações financeiras.
2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Uma auditoria inclui, igualmente, a verificação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e de ser adequada a apresentação global das demonstrações financeiras. Entendemos que a nossa auditoria proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
3. As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao semestre findo em 30 de Junho de 2001 são apresentadas pela Sociedade de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. O relatório de auditoria sobre estas demonstrações financeiras, datado de 27 de Julho de 2001, incluía uma ênfase sobre a amortização de despesas com custo diferido relativas a responsabilidades com reformas antecipadas, efectuada por contrapartida de reservas (notas 2 e 4.25).
4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do BPI – SGPS, S.A. em 30 de Junho de 2002, bem como os resultados consolidados das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no semestre findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário, os quais, excepto conforme indicado no parágrafo 5 abaixo, foram aplicados de forma consistente face a igual período do ano anterior.
5. A entrada em vigor do Aviso n.º 12 / 2001, de 23 de Novembro, do Banco de Portugal, introduziu alterações na metodologia de cálculo e registo contabilístico das responsabilidades com pensões de reforma. Em 30 de Junho de 2002, as diferenças mais significativas face às políticas previstas no regime em vigor em igual período do ano anterior, referem-se ao diferimento dos desvios negativos de natureza actuarial e financeira e à amortização do efeito da não consideração de decrementos por invalidez no cálculo das responsabilidades por serviços passados dos Colaboradores no activo. Os referidos desvios originados durante o primeiro semestre de 2002, no montante de 28 474 m. euros, foram reflectidos em "Contas de regularização – activo". A amortização do efeito da não consideração de decrementos por invalidez ascendeu a 4 251 m. euros (notas 2.12, 4.13, 4.20 e 4.28).

Porto, 3 de Setembro de 2002

Deloitte & Touche

PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BPI – SGPS, S.A. NO CAPITAL DA SOCIEDADE

Membros do Conselho de Administração	Ações			
	Detidas em 31.12.2001	Adquiridas	Subscritas a,b	Vendidas
Artur Santos Silva	569 750		170 006	
Carlos da Câmara Pestana	290 000		53 230	43 230
Fernando Ulrich	264 325		106 722	
Ruy de Carvalho	119 905		21 334	21 147
Alfredo Rezende de Almeida	1 510 000		203 093	50 000
António Seruca Salgado	4 147		25 854	
António Domingues	4 306	2	41 342	
Armando Leite de Pinho	4 969 743		912 219	
Fernando Ramirez	4 148		734	
Isidro Fainé Casas	0			
João Sanguinetti Talone	10 173	24	1803	
José Pena do Amaral	34 101		24 630	
Klaus Dührkop	0			
Manuel de Oliveira Violas	26 772		4 914	
Diethart Breipohl	4 148		734	
Roberto Egydio Setúbal	0			
Tomaz Jervell	7 256		1 285	
Maria Celeste Hagatong	59 340		16 333	
Manuel Ferreira da Silva	12 000		25 749	

Observação: os preços indicados são sempre unitários.

a) a subscrição de ações no aumento de capital de €645 625 000 para €760 000 000 foi efectuada ao preço unitário de €1.75.

b) RVA – Programa de Remunerações Variáveis em ações destinado aos colaboradores do Grupo BPI.

ARTUR SANTOS SILVA – Subscreeveu, em 29 de Abril de 2002, no âmbito do RVA, 55 280 ações valorizadas em €2.58, das quais parte se encontram sob condição resolutiva, nos termos do respectivo regulamento. Subscreeveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, 114 726 ações das quais 4 000 lhe couberam em rateio.

CARLOS DA CÂMARA PESTANA – Subscreeveu no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 53 230 ações. Vendeu: em 3 de Junho de 2002, 10 000 ações ao preço de €2.47; em 4 de Junho de 2002, 5 000 ações ao preço de €2.45, em 5 de Junho de 2002, 10 000 ações ao preço de €2.50 e em 7 de Junho de 2002, 18 230 ações ao preço de €2.46.

A IPI Itaúsa Portugal SGPS, Lda. de que é membro do Conselho de Gerência, subscreeveu no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 17 776 127 ações. Em 30 de Junho de 2002, esta sociedade detinha em carteira 114 619 877 ações do BPI – SGPS, S.A.

FERNANDO ULRICH – Subscreeveu, em 29 de Abril de 2002, no âmbito do RVA, 49 178 ações, valorizadas em €2.58, das quais parte se encontram sob condição resolutiva, nos termos do respectivo regulamento. Subscreeveu ainda, no aumento de capital do BPI – SGPS, 57 544 ações, das quais 2 006 lhe couberam em rateio.

RUY DE CARVALHO – Subscreeveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 21 334 ações das quais 92 lhe couberam em rateio. Vendeu: em 27 de Maio de 2002, 19 295 ações ao preço de €2.46 e em 29 de Maio de 2002, 1 852 ações ao preço de €2.48.

ALFREDO REZENDE DE ALMEIDA – Subscreeveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 203 093 ações, das quais 7 082 lhe couberam em rateio. Vendeu: em 14 de Maio de 2002, 10 000 ações ao preço de €2.43, e em 4 de Junho de 2002, 40 000 ações ao preço de €2.53. A Arcotêxteis – Empresa Industrial de S. Tirso, S.A., de que é Presidente do Conselho de Administração, subscreeveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 171 920 ações, das quais 5 995 lhe couberam em rateio. Vendeu: em 23 de Janeiro de 2002, 100 000 ações ao preço de €2.50; em 25 de Janeiro de 2002, 1 950 ações ao preço de €2.58,

100 000 ao preço de €2.55 e 100 000 ações ao preço de €2.52; em 28 de Janeiro de 2002, 800 ações ao preço de €2.61, 50 000 ações ao preço de €2.59, 48 050 ações ao preço de €2.58 e 29 200 ações ao preço de €2.61. Em 11 de Fevereiro de 2002, 10 000 ações ao preço de €2.58, em 14 de Fevereiro de 2002, 10 000 ações ao preço de €2.62; em 15 de Fevereiro de 2002, 10 000 ações ao preço de €2.64, em 18 de Fevereiro de 2002, 9 753 ações ao preço de €2.69, em 19 de Fevereiro de 2002, 247 ações ao preço de €2.69 e em 4 de Junho, 20 000 ações ao preço de €2.55. Em 30 de Junho de 2002, esta sociedade detinha em carteira 490 000 ações do BPI – SGPS, S.A. A Arcofio – Fiação, S.A. de que é Presidente do Conselho de Administração subscreeveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 53 230 ações, das quais 1 856 lhe couberam em rateio. Em 30 de Junho de 2002, esta Sociedade detinha em carteira 743 230 ações. A Arcotinto – Tinturaria, S.A. subscreeveu no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 69 750 ações, das quais 2 432 lhe couberam em rateio. Em 30 de Junho de 2002 esta Sociedade detinha em carteira 849 750 ações.

ANTÓNIO SERUCA SALGADO – Subscreeveu, em 29 de Abril de 2002, no âmbito do RVA, 21 340 ações valorizadas em €2.58, das quais parte se encontram sob condição resolutiva, nos termos do respectivo regulamento. Subscreeveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, 4 514 ações.

ANTÓNIO DOMINGUES – Subscreeveu, em 29 de Abril de 2002, no âmbito do RVA, 34 472 ações valorizadas em €2.58, das quais parte se encontram sob condição resolutiva, nos termos do respectivo regulamento. Subscreeveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, 6 870 ações.

ARMANDO LEITE DE PINHO – Subscreeveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A. 912 219 ações. A Arsopi – Indústrias Metalúrgicas Arlindo S. Pinho, S.A. de que é Presidente do Conselho de Administração subscreeveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 348 678 ações. Em 30 de Junho de 2002 esta Sociedade detinha em carteira 2 248 271 ações do BPI – SGPS, S.A.

PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DO BPI – SGPS, S.A. NO CAPITAL DA SOCIEDADE

FERNANDO RAMIREZ – Subscreeveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 734 acções.
A Corporació de Participacions Estrangeres, S.L. subscreeveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 14 269 701 acções. Em 30 de Junho de 2002 esta Sociedade detinha em carteira 94 819 437 acções do BPI – SGPS, S.A.

ISIDRO FAINE CASAS – Não detém títulos.
A Caixa Holding, S.A. Sociedade Unipersonal de cujo Conselho de Administração faz parte, subscreeveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, 2 879 983 acções.
Em 30 de Junho de 2002 esta Sociedade detinha em carteira 19 136 942 acções do BPI – SGPS, S.A.

JOÃO SANGUINETTI TALONE – Adquiriu, em 9 de Maio de 2002, 24 acções ao preço de €2.39. Subscreeveu, em 21 de Maio de 2002, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 1 803 acções.

JOSÉ PENA DO AMARAL – Subscreeveu, em 29 de Abril de 2002, no âmbito do RVA, 16 416 acções valorizadas em €2.58, das quais parte se encontram sob condição resolutiva, nos termos do respectivo regulamento.
Subscreeveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, 8 214 acções.

KLAUS DÜHRKOP – Não detém títulos.

MANUEL DE OLIVEIRA VIOLAS – Subscreeveu no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 4 914 acções, das quais 171 lhe couberam em rateio.
A Violas – SGPS, S.A., de cujo Conselho de Administração faz parte, subscreeveu no aumento de capital do BPI-SGPS, S.A. 3 372 579 acções das quais 117 605 lhe couberam em rateio. Vendeu em 29 de Maio de 2002, 65 228 acções ao preço de €2.50. Em 30 de Junho de 2002 esta Sociedade detinha em carteira 21 681 062 acções.

DIETHART BREIPOHL – Subscreeveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A. 734 acções.

A RAS International N.V. que o indicou para o Conselho de Administração do BPI – SGPS, subscreeveu no aumento de capital do BPI – SGPS, S.A., 8 870 369 acções. Em 30 de Junho de 2002 esta Sociedade detinha em carteira 65 659 233.

ROBERTO SETÚBAL – Não detém quaisquer títulos.

TOMAZ JERVELL – Subscreeveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, 1 285 acções.

A Norsócia SGPS, S.A., de cujo Conselho de Administração faz parte, vendeu os direitos de subscrição no aumento de capital relativos às 6 018 395 acções que detém em carteira. A Auto Maquinaria Tea Aloya, de cujo Conselho de Administração faz parte vendeu os direitos de subscrição no aumento de capital relativos às 6 037 256 acções que detém em carteira.

MARIA CELESTE HAGATONG – Subscreeveu, em 29 de Abril de 2002, no âmbito do RVA, 4 945 acções valorizadas em €2.62. Subscreeveu no aumento de capital do BPI – SGPS, 11 388 acções.

MANUEL FERREIRA DA SILVA – Subscreeveu, em 29 de Abril de 2002, no âmbito do RVA, 15 565 acções valorizadas em €2.58, das quais parte se encontram sob condição resolutiva, nos termos do respectivo regulamento. Subscreeveu no aumento da capital do BPI-SGPS 5 854 acções das quais 204 lhe couberam em rateio.

Membros do Conselho Fiscal	Acções				
	Detidas em 31.12.2001	Adquiridas	Subscritas	Vendidas	Total em 30.06.2002
Jorge de Figueiredo Dias	0	0	0	0	0
José Ferreira Amorim	3 773 717	356 976	758 207		4 888 900
Revisores Oficiais de Contas: Magalhães, Neves & Associados	0	0	0	0	0

Observação: os preços indicados são sempre unitários.

A subscrição de acções no aumento de capital de €645 625 000 para €760 000 000 foi efectuada ao preço unitário de €1.75.

JORGE DE FIGUEIREDO DIAS – Não detém quaisquer títulos.

JOSÉ FERREIRA AMORIM – Adquiriu: em 11 de Janeiro de 2002, 10 000 acções ao preço de €2.20; em 12 de Março de 2002, 20 000 acções ao preço de €2.60, em 4 de Abril, 50 000 acções ao preço de €2.70 e por herança 276 976 acções. Subscreeveu, no aumento de capital do BPI – SGPS, 758 207 acções.

MAGALHÃES NEVES & ASSOCIADOS – Não detém quaisquer títulos.

